



PLANERR



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSÓFICAS
Mestrado Profissional em Planejamento Territorial

OSVALDO JUNIOR DE OLIVEIRA CARNEIRO

**A COOPERAÇÃO COMO UM ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER:
UMA ANÁLISE SOBRE A INICIATIVA SOLIDÁRIA NOSSA POLPA NA
COMUNIDADE DE BARRA-ICHU-BA**

Feira de Santana, BA
2019

OSVALDO JUNIOR DE OLIVEIRA CARNEIRO

**A COOPERAÇÃO COMO UM ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER:
UMA ANÁLISE SOBRE A INICIATIVA SOLIDÁRIA NOSSA POLPA NA
COMUNIDADE DE BARRA-ICHU-BA**

Relatório apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Feira de Santana – como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

C289c Carneiro, Osvaldo Júnior de Oliveira

A cooperação como um elemento de construção do bem viver: uma análise sobre a iniciativa solidária Nossa Polpa na Comunidade de Barra - Ichu - BA/ Osvaldo Júnior de Oliveira Carneiro. - 2019.

110 f.: il.

Orientador: José Raimundo Oliveira Lima.

Relatório (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2019.

1. Economia solidária - Ichui (BA). 2. Cooperativismo - Bahia. 3. Nossa Polpa (cooperativa) - Aspectos sociais. I. Lima, José Raimundo Oliveira, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 334.4(814.22)

Clemilda Santana dos Reis de Jesus – Bibliotecária CRB5/1641

OSVALDO JUNIOR DE OLIVEIRA CARNEIRO


OSVALDO JUNIOR DE OLIVEIRA CARNEIRO

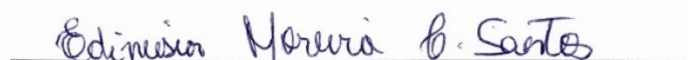
**A COOPERAÇÃO COMO UM ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER:
UMA ANÁLISE SOBRE A INICIATIVA SOLIDÁRIA NOSSA POLPA NA
COMUNIDADE DE BARRA-ICHU-BA**

Relatório apresentado ao Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Territorial – PLANTERR, Mestrado
Profissional, da Universidade Estadual de Feira de Santana
– como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em
Planejamento Territorial.

Aprovado em 11 de setembro, 2019.

Banca examinadora


Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima
Orientador – PLANTERR/UEFS


Profa. Dra. Edinúzia Moreira Carneiro Santos
UEFS


Prof. Dr. Davi Silva da Costa
IF BAIANO

Dedico à minha mãe, Dalva, ao longo dos seus 77 anos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida!

Agradeço à Universidade Estadual de Feira de Santana e ao Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial pelo acolhimento.

À Profa. Dra. Acácia Batista Dias por sua dedicação e presteza quando minha professora e orientadora.

Agradeço ao Prof. Dr. Jose Raimundo Oliveira Lima por ter aceitado me orientar e por sua presteza nas orientações e cortesia. Muito obrigado professor!

Aos colegas do mestrado.

Às mulheres cooperadas do grupo *Nossa Polpa*

Aos meus pais, pela existência. Gratidão!

A Gisleide, pelo presente.

Aos meus filhos, João e Maria, pelo futuro.

Meu agradecimento à banca: Prof. Dr. Davi Silva da Costa e Profa. Dra. Edinusia Moreira Carneiro Santos, pelas grandiosas contribuições científicas.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que eu alcançasse esta meta.

A todos vocês, muito obrigado!

RESUMO

Compartilhando com a proposta de organização laboral centrada em princípios da solidariedade, contrapondo-se ao ideário da competitividade desenfreada de todos contra todos, o objetivo desta presente pesquisa é verificar, sob os pressupostos da chave analítica do Bem Viver, até que ponto a iniciativa solidária contribui para a melhoria da qualidade de vida das mulheres cooperadas do grupo Nossa Polpa – Centro de Produção de Polpa de Fruta, instalado na comunidade da Barra, pertencente ao município de Ichu-Ba –, inserido no sistema econômico alternativo de economia solidária. Esta pesquisa segue a abordagem descritiva, consubstanciada a um estudo de caso. Metodologicamente, para a obtenção dos dados, utilizou-se a revisão bibliográfica e análise de documentos, tanto primários quanto secundários, tendo como ferramenta de análise a Matriz FOFA “SWOT, objetivando uma compreensão e descrição do grupo. Além desses procedimentos, foi realizada pesquisa de campo a fim de conhecer a realidade do grupo e a sua constituição. A pesquisa demonstrou que há ainda alguns pontos que comprometem – mas não inviabilizam – a iniciativa solidária. Mostrou também que há espaço para crescimento e ampliação das possibilidades de atuação das cooperadas, com conseqüente melhoria de padrões de vida. Esses ganhos mostram-se muito importantes para o desenvolvimento de outras possibilidades de existência.

Palavras-chave: Iniciativa solidária. Cooperativismo. Nossa Polpa. Bem viver.

ABSTRACT

Sharing with a proposal of competition centered on principles of solidarity in opposition to the title of competitiveness for all purposes, all present are verified, under the assumptions of the analytical key of Good Living, to what extent a solidarity initiative. quality of life of the cooperative women of Nossa Polpa Group - Fruit Pulp Production Center, based in the community of Barra, belonging to the municipality of Ichu-Ba, was not integrated into the alternative economic system of solidarity economy. This research follows a descriptive approach, substantiated by a case study. Methodologically, for data collection the first data used a literature review, a document analysis, a little more than once, having as an analysis tool a matrix. SWOT FOFA, aiming at an understanding and description of the group. The research showed that there are some points that were compromised - but not impossible - the solidarity initiative. In addition, the space for growth and expansion of the possibilities of action of cooperatives, with consequent improvement of living standards. These vowels are very important for the development of other possibilities of existence.

Keywords: Solidarity Initiative. Cooperativism. Nossa Polpa. Well live.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do território de Identidade do Sisal	37
Figura – 2 Mapa da localização de Ichu no Estado, no território de identidade e no município	41
Figura 3 – Sistema de coordenadas geográficas: Comunidade Barra-Ichu, Ba	43
Figura 4 – Imagem panorâmica do Sistema de coordenadas geográfica: Comunidade da Barra-Ichu, Ba	45
Figura – 5 Paróquia Sagrado Coração de Jesus/ comunidade Barra-Ichu- Ba	47
Figura 6 – Rio Tabôa da Barra-Ichu, Ba	48
Figura 7 – COOPERAGIL: grupos de produção	51
Quadro 1 – COOPERAGIL: grupos de produção	52
Quadro 2 – Autocaracterização do perfil socioprodutivo do grupo Nossa Polpa	55
Figura 8 – Rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG	59
Figura 9 – Rompimento da barragem da Vale em Brumadinho-MG	59
Figura 10 – Linha do tempo: Formação do grupo infraestrutura e equipamentos	62
Figura 11– Linha do tempo: Mercado de comercialização do grupo	63
Figura 12 – Linha do tempo dados econômicos e financeiros	64
Figura 13 – Protesto contra a falta de merenda escolar no município de Ichu	67
Quadro 3 – Matriz FOFA / Grupo Nossa Polpa	71
Figura14 – Gráfico da produção de polpas do grupo Nossa Polpa	79
Figura 15 – Gráfico do faturamento anual do grupo Nossa Polpa	79
Figura 16 – Gráfico do faturamento individual do grupo Nossa Polpa	79
Quadro 4 – Matriz FOF: Oportunidades e ameaças – Grupo Nossa Polpa	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARCO Sertão - Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia

ARCO Sertão Central - Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CESAOL – Centro Público de Economia Solidária

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

COOPERAGIL – Cooperativa de Produção e Comercialização e Serviço Padre Leopoldo Garcia-Garcia

DRP - Diagnóstico Rural Participativo

EES – Empreendimento Econômico Solidário

ES – Economia Solidária

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FOFA – Fortaleza, Debilidade, Oportunidades e Ameaças

FRS – Fundos Rotativos Solidários

GBU – Grupo Boa União

GC – Grupo Formigas em Ação

GMGBC – Grupo Mulheres Guerreiras do Bairro do Cortiço

GMU – Grupo Mulheres Unidas

GNP – Grupo Nossa Polpa

GR – Grupo Renascer

GST – Sabor da Terra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

JUCEB – Junta Comercial do Estado da Bahia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MGP – Mulheres Guerreiras de Praianos

MOC – Movimento de Organização Comunitária

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escola

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PROINF – Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAGER – Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda

PSE – Programa Saúde na Escola (PSE)

PSF – Programa de Saúde da Família

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

SESOL – Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo

SUS – Sistema Único de Saúde

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities, e Threats*

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UNICAFES-BA – União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	16
1 DISCUTINDO PRINCÍPIOS E ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A RELAÇÃO ECONOMIA SOLIDÁRIA-BEM VIVER	20
1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTEXTO SOCIO-HISTÓRICO.....	21
1.1.1 Princípios básicos das iniciativas populares solidárias.....	25
2 CAMINHOS PERCORRIDOS E ESPECIFICIDADES QUE PODEM NOS LEVAR AO BEM VIVER NA LOCALIDADE DE ICHU-BA	33
2.1 ICHU E A COMUNIDADE DA BARRA: ASPECTOS HISTÓRICO DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO.....	36
2.2 NOSSA POLPA: GÊNESE.....	48
2.2.1 Nossa Polpa: um fruto de possibilidades.....	54
2.3 O BEM VIVER: DIMENSÃO HOLÍSTICA.....	57
3 NOSSA POLPA: FORTALEZAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADE E AMEAÇAS	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICES	93
ANEXOS	95-110

APRESENTAÇÃO

Foi durante um duelo à faca, em uma noite, no interior das Minas Gerais, que o coronel José Augusto Esteves Matraga descobriu que todo homem tem a hora e a sua vez.¹ A dele pode ter soado demasiado tarde – quando ele pressentia que já estava batendo nas portas do paraíso – mas a minha, talvez, tenha soado demasiado cedo e sob circunstâncias adversas.

Nas narrativas mitológicas ou nas composições literárias que resvalam para o épico, o nascimento do protagonista de grandes feitos futuros, costumeiramente, se coincide com os acontecimentos maravilhosos que desafiam a imaginação: a passagem de um cometa, um eclipse que mergulha o mundo em trevas espessas ou um grande abalo sísmicos que compromete as fundações de um aglomerado urbano.

Nascido sob o signo do inconformismo, vi a luz do dia, pela primeira vez, em quatro de março de 1972, auge da repressão militar no Brasil. Foi um dia como outro qualquer, destituído de prodígios sobrenaturais. Nenhum cometa riscou os céus, tampouco os homens deixaram de executar seus afazeres diários para atentarem para um acontecimento tão desprovido de importância para o mundo. Não sou herói nem aspiro sê-lo; sou homem comum, entranhado nas lides do universo e das tradições da cultura popular sertaneja.

Uma definição que me apraz e que traduz alguns dos elementos simbólicos do meu universo interior é a de que sou um filho de branco com preta. Nessa fusão de opostos que se entrelaçam, vejo não apenas uma experiência particular, vejo muito mais uma imagem síntese do processo de formação étnica do Brasil: pai branco (semianalfabeto – José Osvaldo Carneiro) com mãe preta (Maria Dalva de Oliveira Carneiro – formada em Escola Sacramentina). Duas influências e dois modos distintos de perceber a realidade. De cada um deles, extraí referências que se mostraram de grande valia para o processo de edificação de minha interioridade. Minha formação posterior como pesquisador, e cidadão consciente de uma necessidade de intervenção nos rumos da política de minha comunidade, se encontra atrelada aos ensinamentos indiretos que deles recebi. O conhecimento acadêmico era um aspecto que envolvia a minha mãe, enquanto que meu pai, na condição de pedreiro e semianalfabeto, por incentivo da esposa, se formou em Professor e passou a exercer a profissão que também é a minha fonte de subsistência.

Embora atualmente eu tenha fixado residência em Feira de Santana, meu local original de habitação é a cidade de Ichu, na qual transcorreram a minha primeira infância, a minha

¹ Coronel José Augusto Esteves Matraga, personagem do conto *A Hora e a Vez de Augusto Matraga*, integrante da obra *Sagarana*, de João Guimarães Rosa, 1986.

adolescência e onde sou conhecido pelo nome de Juninho. Os passos iniciais de minha formação intelectual se deram com a formatura em Magistério de 1º grau, no Colégio Estadual Aristides Cedraz de Oliveira, em 1988. Em 1991, ingressei no Estado através de concurso público para provimento do cargo de Professor, profissão que exerço com orgulho e é a mesma de meus pais, como já assinalado. Em 1992, ingresso, por via de aprovação num processo seletivo (vestibular), no curso de graduação em Licenciatura em matemática, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tendo obtido o diploma de graduado em 1997.2. Entre 2002 e 2004, realizo curso de especialização em Estatística, na Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais.

O ano de 2001 registra um importante acontecimento para minha biografia existencial, embora não esteja associado diretamente ao meu processo de formação profissional-acadêmica: o casamento com Gisleide Oliveira do Carmo Carneiro, pesquisadora integrada ao quadro funcional do Movimento de Organização Comunitária² (MOC). Este acontecimento se reveste de importância para mim por ter me propiciado um sentimento de segurança psicológica sem o qual talvez não tivesse me tornado o que sou.

Minha trajetória profissional registra a passagem por diversas escolas de Feira de Santana nas quais lecionei: Anísio Teixeira, São Francisco, Objetivo e Nobre. Em 2004 fui convidado a assumir a Secretaria de Assistência Social do Município de Ichu, onde desenvolvi trabalhos voltados para a formação de Grupos Econômicos solidários em diversas comunidades do Município, como Nova Esperança, Barra, Licuri, Morro Redondo, Praianos e Formigueiro. Também desenvolvi trabalhos na sede do município em articulação com a Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus e o MOC.

Os grupos comunitários nos quais trabalhei cresceram e, com este crescimento, surgiu a necessidade de organização e de busca por meios de comercialização da produção comunitária. Como resultado dessa inquietação, nasceu a ideia de uma Cooperativa que pudesse comercializar e distribuir os rendimentos para seus cooperados. O projeto se consolidou com certa brevidade: logo foi firmada uma parceria com a Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus e o MOC. Enquanto as entidades citadas encarregavam-se de organizar os membros da comunidade, a Secretaria buscava formas de alocar os grupos em espaços cedidos pela prefeitura municipal, além de fornecer uma capacitação e garantir a compra dos produtos produzidos pela cooperativa para a alimentação escolar e inclusão no

² O Moc está em funcionamento desde outubro de 1967, é uma entidade civil, de direito privado, para fins filantrópicos e não econômicos, de caráter beneficente, educacional, voltado para o desenvolvimento sustentável da sociedade humana (MOC). Disponível em: <<https://www.moc.org.br/>>. Acesso em: dez.2018.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) cuja gestão era da Secretaria de Assistência Social.

Em parceria com o MOC, elaborei projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa do governo Federal, o qual consistia em adquirir produtos da agricultura familiar e distribuí-lo no próprio município, garantido o mínimo necessário para a alimentação saudável das pessoas mais vulneráveis. O citado programa impulsionou a Cooperativa de forma que as cooperadas começam a mudar suas vidas, tendo acesso ao trabalho, incrementado a renda familiar.

Além de participação nos eventos anteriormente citados e ligados ao universo de cooperativas populares, também atuei na formação da Cooperativa Mista de Agricultores de Ichu, da qual sou sócio fundador. Militei na organização da cadeia produtiva do leite no citado município, que já fora um importante produtor de leite na região.

Retorno ao município de Feira de Santana em 2013, ano em que encerrei um ciclo político em Ichu, mas não abandonei a organização dos grupos solidários. Através do Centro Público de Economia Solidária (CESOL), atuo nos Territórios do Portal do Sertão e do Sisal, o que me possibilita retomar o contato com os grupos inchuenses.

Meu ingresso no Mestrado de Planejamento Territorial, da UEFS, se deu a partir da experiência direta com os grupos de trabalhadores cooperados do município de Ichu. O trabalho que desenvolvi com as associadas me alertou para a necessidade premente de organização comunitária para melhor aproveitamento, em termos de resultados concretos alcançados para cada membro da comunidade. Militei durante algum tempo junto a grupos cooperados e pude conhecer de perto a realidade vivenciada pelos membros dessas associações populares. Desse convívio resultaram observações sobre os modos como eles organizavam suas atividades laborais bem como reflexões sobre os grandes desafios organizacionais por eles cotidianamente enfrentados.

Motivado por essa inquietação inicial, formulei, ao longo de meses que se seguiram, uma série de reflexões em torno dos problemas enfrentados pelas iniciativas de economia solidária com as quais me deparei. Percebi que era necessária a proposição de metas de intervenção que pudessem contribuir para a melhoria desses grupos.

Tendo isso em mira, decidi eleger como objeto de meu projeto de pesquisa, um grupo específico da Cooperativa de Produção Comercialização e Serviço Padre Leopoldo Garcia Garcia (COOPERAGIL), o Nossa Polpa, que beneficia frutas da região na fabricação de polpas de fruta. Foi o modo por mim encontrado para compreender aquela comunidade em termos mais aprofundados e fornecer algum tipo de contribuição efetiva como cidadão. Toda a minha

trajetória profissional e acadêmica se encontra associada ao universo das lutas populares em favor de melhoria de condições de vida. Dessa forma, a escolha de meu tema de pesquisa resulta de um convívio prolongado com trabalhadores e trabalhadoras rurais e com os seus dilemas associados ao universo de suas atividades laborais.

Uma pesquisa dessa natureza se justifica tendo-se em mira a necessidade de aprofundamento de temas relacionados ao universo das ações de economia solidária. Embora a bibliografia disponível seja de considerável extensão, ela se refere, em sua maioria, a uma perspectiva nacional. Dessa forma, trabalhos que versam sobre economia solidária sob um viés local podem trazer novos contributos para um esforço maior de compreensão e estudo do fenômeno em apreço.

INTRODUÇÃO

As iniciativas solidárias, sob a forma de cooperativas, se tornaram uma alternativa viável ao processo de exclusão social decorrente da expansão da sociedade capitalista moderna. Esses processos de exclusão derivam de fatores como o agravamento de condições desfavoráveis aos que se encontram em estado de vulnerabilidade social. Nas próprias características dessas iniciativas, encontram-se os fatores que ajudam a explicar a sua viabilidade por estar centradas na proposta de organização de cooperativas e associações destinadas a amenizar o desemprego e voltadas à inclusão de jovens, idosos e dos excluídos do mercado formal de trabalho. A proposta é de autogestão e de organização do trabalho e da propriedade coletiva dos meios de produção. Trata-se, dessa forma, da adoção de uma mentalidade humanista no que concerne à tentativa de resolução de problemas ligados à ausência de fontes de renda e à dificuldade de inserção no mercado laboral.

Autogestão, solidariedade e participação inclusiva são alguns dos princípios teóricos basilares do sistema de Economia Solidária (ES) (SINGER, 2002). Dado que a intenção é a organização de cooperativas em que pessoas se unam em busca de alternativas de renda, a ES se estrutura administrativamente pelo sistema de tomada coletiva de decisões e de gerenciamento de tudo o que se refere ao processo de comercialização de todos os produtos que são produzidos pelo grupo. Os processos de gestão devem ser democráticos porque envolvem a tomada coletiva de decisões, geralmente realizadas em assembleias deliberativas, que definem os rumos a serem adotados. E, por fim, a solidariedade se faz presente como um dos cerne da própria filosofia da cooperativa, visto que a proposta é unir esforços numa tentativa de obtenção de renda por via de processos coletivos de produção e de venda subsequente (GAIGER, 2004).

A expansão das iniciativas solidárias no Brasil vem acontecendo principalmente nas áreas interioranas e nas comunidades rurais distantes dos grandes centros urbanos, onde se concentram os menores índices de inserção no mercado de trabalho formal. Números fornecidos por Gaiger (2014) apontam para quase 20 mil empreendimentos solidários catalogados no Brasil, deste total, a maioria se encontra no interior da região Nordeste. Por ser um sistema de organização produtiva coletiva que aspira à inclusão, a economia solidária funciona como polo agregador de parcelas da população que por variados motivos almejam formas alternativas de organização econômica. Uma alternativa ao sistema de competitividade excludente do capitalismo moderno.

Nos países capitalistas da Europa, os anos de 1970 e 1980 representaram o fim de um sistema de negociação coletiva entre patrão e empregado, o qual permitia “que o conflito de

classe pudesse ser reabsorvido, por uma compatibilidade, ao nível macrossocial, entre crescimento e solidariedade” (LAVILLE, 2009, p.8). Disso resultou, dentre outras coisas, um crescimento da insatisfação no que se refere aos modos de organização tradicionais do trabalho nas suas conhecidas fórmulas fordistas e tayloristas. Desse modo, cresceu, igualmente, a afinidade de muitos com propostas de organização do trabalho centradas em modelos de autogestão participativa ao estilo daqueles formulados por iniciativas solidárias. Assim, ao contrário do que muitos parecem defender, o sistema de ES não se propõe tão somente a inserir trabalhadores no mercado formal, trabalhadores que dele se encontram excluídos.

O sistema de Economia Solidária vai muito além da mera condição de instrumento de melhoria de vida material dos que estão na zona rural ou urbana com dificuldades de obtenção de renda fixa. Laville (2014) redimensiona essa questão ao propor um horizonte mais amplo no qual se deve inserir as práticas de ES. Para o citado pesquisador, a atual fase de expansão do capitalismo industrial trouxe consigo índices inéditos de desigualdade social e crise ambiental. Nesse contexto, a questão da mudança social como fator de democratização torna-se, a cada dia, mais digna de apreciação. Empreendimentos associativos propõem atuar na contramão dos ideários modernos de competitividade desenfreada, do desrespeito ao meio ambiente e da desvalorização de práticas e posturas humanistas.

A pesquisa ora realizada surgiu de necessidades de ordem pessoal e acadêmica, além da sua objetiva possibilidade de contribuição socioeconômica notoriamente relevante. Data de períodos recuados de tempo o meu interesse particular por temas ligados ao desenvolvimento do potencial econômico de áreas rurais interioranas. Mantenho vínculos com o sistema de cooperativas solidárias, tendo me integrado a diversas ações de cidadania, interagindo com campanhas e intervenções diretamente ligadas ao processo de surgimento dessas iniciativas na comunidade da Barra, particularizada neste estudo. Minha trajetória profissional encontra-se, em larga medida, associada ao universo de experiências de produção econômica comunitária nas áreas rurais do município de Ichu e nas de outros municípios do semiárido baiano.

Com efeito, esta pesquisa sobre o tema em questão foi quase uma imposição das circunstâncias. Por me encontrar envolvido desde muito com muitas questões ligadas ao desenvolvimento comunitário, a escolha da temática estudada me pareceu uma forma de dar a minha contribuição para o conhecimento de uma realidade social da qual sou parte integrante. A investigação acadêmica se justifica tendo-se em mira que a região na qual se insere este estudo, uma área rural do município de Ichu, se encontra atrelada a um cinturão formado por dezenas de outras cidades sertanejas de pequeno porte. Um trabalho investigativo dessa natureza aspira sempre trazer uma contribuição, em termos de conhecimento científico, que

possa ser agregado a uma tentativa conjunta de melhoria das condições de vida daquelas populações desassistidas pelo poder público.

A presente pesquisa, portanto, busca verificar, sob os pressupostos da chave analítica do Bem Viver (ACOSTA, 2006), até que ponto o **cooperativismo** contribui para a melhoria da qualidade de vida da população local, mas, em especial, das mulheres envolvidas com o processo econômico cooperativista ligado ao grupo Nossa Polpa – Centro de Produção de Polpa de Fruta instalado na comunidade da Barra, pertencente ao município de Ichu-BA –, inserido no sistema econômico alternativo de economia solidária. Dentro desse macro objetivo, se inserem outros de caráter mais específico:

- Conhecer o grupo a fim de caracterizar as Fortalezas, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças na sua organização e na sua produção.
- Identificar as mudanças advindas da dinâmica do grupo Nossa Polpa e a sua representatividade na vida das mulheres cooperadas/participes deste estudo.
- Identificar os desafios a serem enfrentados pelo grupo Nossa Polpa na busca de alternativas para melhorias na qualidade de vida deste grupo e, por consequência, da comunidade de Barra.

Tendo como base os objetivos traçados, esta investigação envolve a economia solidária e se configura em um estudo de caso, uma das principais estratégias de pesquisa na área das ciências sociais devido ao seu potencial para estudar questões sociais (YIN, 2005).

A fim de atender o proposto, realizou-se a revisão bibliográfica, que enriqueceu a discussão aqui em questão, no que se refere aos conceitos ligados à Economia Solidária. Os procedimentos metodológicos também se constituíram na análise de documentos, tanto primários quanto secundários, e da linha do tempo, elaborada pelas mulheres cooperadas, tendo como ferramenta de análise a Matriz FOFA “SWOT, baseada nos seguintes aspectos: Fortaleza, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças. Esta ferramenta foi inicialmente desenvolvida por Humphrey, nos anos de 1960, na Universidade de Stanford nos Estados Unidos, com o fito de entender porque o planejamento estratégico de empresas importantes havia falhado. As referidas ações foram realizadas aqui com o intuito de descrever e compreender o grupo.

O levantamento de dados e informações³ se constituíram essencialmente a partir da contribuição das mulheres integrantes do grupo, em número de 10, advindas de um universo de

³ A fim de manter o respeito e a integridade dos envolvidos no processo, colocamos no texto algumas informações de falas não identificadas, obtidas a partir de rodas de conversas, reuniões, oficinas colaborativas com o grupo. Tais procedimentos não se constituem em entrevistas, mas em vias de obtenção de informações que corroboraram para as análises e discussões nesta pesquisa.

72 trabalhadores/as, todas moradoras da zona rural, apresentando nível de escolaridade entre o ensino fundamental II e ensino médio completo, e faixa etária entre 24 a 53 anos, com tempo de associação ao grupo de 3 a 11 anos. Estas mulheres, aqui selecionadas, formam o grupo Nossa Polpa, inserido na Cooperativa de Produção Comercialização e Serviço Padre Leopoldo Garcia Garcia (COOPERAGIL), na comunidade da Barra, no município de Ichu-Ba. As informações foram colhidas a partir de oficinas realizadas com as cooperadas, tendo em vista a necessidade de conhecer de forma mais aprofundada o funcionamento da cooperativa de Economia Solidária. O critério de seleção adotado para coleta de depoimentos informativos foi o da ordem de antiguidade delas no sistema cooperativo, ou seja, optou-se pelas que tinham um maior tempo de atuação. Para entender melhor todo o contexto e proceder a uma análise qualitativa, utilizamos os pressupostos analítico da teoria do Bem Viver, proposta por Acosta (2006).

Este trabalho, além desta introdução, foi estruturado em três capítulos, seguidos das considerações finais: no primeiro capítulo, discute-se os fundamentos teóricos que norteiam esta pesquisa: apresentamos alguns aspectos acerca do contexto sócio histórico da economia solidária; em seguida, apresentamos os princípios básicos dos empreendimentos solidários. No capítulo dois, *Caminhos percorridos e especificidades que podem nos levar ao BemViver na localidade da Ichu-Ba*, encontram-se a descrição da metodologia utilizada para a coleta de informações e a descrição da comunidade em estudo: *Ichu e a comunidade da Barra e os seus aspectos histórico-demográfico e socioeconômico*, seguidas do capítulo três, no qual constam a apresentação do grupo Nossa Polpa, a proposta analítica do Bem Viver (ACOSTA, 2006) – pressupostos desenvolvidos que serviram de base analítica das informações obtidas – os resultados e as discussões. Por fim, as considerações finais.

1 DISCUTINDO PRINCÍPIOS E ELEMENTOS ESSENCIAS PARA A RELAÇÃO ECONOMIA SOLIDÁRIA-BEM VIVER

Neste capítulo estão descritos os direcionamentos para que este estudo alcançasse os objetivos propostos, cuja base tem enfoque metodológico qualitativo interpretativista, no entendimento de que se busca, neste trabalho, o aprofundamento da compreensão de um grupo social (GIL, 2008; YIN, 2010). Descreve-se, aqui, o surgimento da economia solidária, com foco no contexto sócio histórico. Em seguida, apresenta-se os princípios básicos das iniciativas solidárias, os quais fazem parte da fundamentação teórica deste estudo, e os pressupostos que dão base à chave analítica do Bem Viver, proposta por Acosta (2006).

A lógica capitalista é a da produtividade e da busca incessante do lucro por via da exploração do trabalho. Uma das implicações mais visíveis disso é a exclusão e a predominância de relações sociais de dominação. Historicamente, grupos, coletividades e sociedades têm se organizado de modo a reagir a estrutura de produção centrada no modelo excludente e exploratório e que, basicamente, muito pouco tem contribuído para o bem-estar dos menos favorecidos, a maior parte da sociedade. A Economia Solidária é um dos contrapontos possíveis à lógica capitalista. Uma de suas principais diretrizes é a de criação de cooperativas de economia popular centradas no princípio da cooperação mútua entre os membros da associação cooperativada. Isso pode ser alcançado por meio de organizações populares e sociais que constroem redes e feiras de produtos de iniciativas de produção solidária.

A cooperação desempenha um papel vital em sociedades antigas, conforme nos ensinam os manuais de ciências sociais. O urbanista Mumford (2002) demonstra que nos primórdios das sociedades humanas da Antiguidade, a cooperação mostrava-se fundamental para a existência dos primeiros núcleos urbanos da humanidade. Sem a organização de grupos engajados em auxílio mútuo, não seria possível a sobrevivência num ambiente hostil. Essas conclusões podem ser estendidas a um contexto temporal mais amplo.

Na conjuntura social contemporânea, marcada pelos crescentes índices de desigualdade e de acirramento da pobreza nas mais diversas áreas do mundo, ações cooperativas podem assumir um caráter transformador da realidade circundante. Pode também, enquanto dispositivo coletivo, funcionar como catalisador “ampliado do engajamento dos agentes para superação das assimetrias econômicas, mas também das assimetrias culturais e sociais” (LAVILLE, 2014, p. 19). Conciliado a Laville, Acosta (2006), idealizador do Bem Viver – oportunidade de construção coletiva de uma nova forma de vida –, defende:

[...] uma economia sustentada naqueles princípios fundacionais desta proposta pós-desenvolvimentista, entre os que destacamos a solidariedade e a sustentabilidade, além da reciprocidade, a complementariedade, a responsabilidade, a integridade [...], a suficiência, (e, de alguma maneira, também a eficiência) a diversidade cultural e a identidade, as equidades e, claro, a democracia. (ACOSTA, 2006, 163-164).

Solidariedade e sustentabilidade são termos integrantes de uma visão de realidade centrada na cooperação mútua como meio de superar os impasses impostos pela economia capitalista e seus sistemas de competitividade. Lima (2016) sustenta que a Economia Solidária, com seus princípios de cooperação solidária, aponta para estratégias de desenvolvimento local inclusivo que consideram outras dimensões sociais que não apenas a meramente mercadológica. Desse modo, se evidencia que a atividade laboral, conjuntamente exercida e não tendo em mira a competitividade excludente e mera acumulação de lucro, pode gerar dividendos sociais evidentes. A coordenação de esforços por trabalhadores e por grupos socialmente excluídos pode contribuir para a mudança no que se refere ao paradigma da competição desenfreada. Esta pode vir a ser substituída – ou complementada – por um modo de fazer atividade econômica e produção centrado na autogestão, na participação integrada, coletiva e solidária que opta pela inclusão.

1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTEXTO SOCIO-HISTÓRICO

Não se pode afirmar que a Economia Solidária (ES) tenha sido gerada pelas formulações de um único indivíduo, suas origens se prendem a uma série de acontecimentos históricos da segunda metade do século XIX, remontando, dessa forma, aos processos de consolidação do capitalismo industrial na sociedade europeia. Infere-se, portanto, que ES foi uma reação espontânea aos processos de consolidação do capitalismo industrial com suas extensas redes de exclusão social e de produção de desigualdade e empobrecimento de grandes parcelas da população.

A sociedade capitalista tem como um de seus fundamentos a propriedade privada dos meios sociais de produção. Estes meios encontram-se concentrados em poucas mãos que deles fazem uso de modo quase sempre contraproducente para as camadas da sociedade desprovidas de instrumental próprio de produção. Dito em outros termos: a posse de capital necessário para a monopolização do sistema produtivo tem, como uma de suas consequências diretas, a exclusão do acesso de parcelas significativas de atores sociais aos ganhos materiais e correntes

desse processo. Para a multidão de excluídos e relegados para posições distantes dos centros de decisão econômica, a alternativa que se impõe como a única viável é a venda de sua força de trabalho como meio de obtenção do necessário para a manutenção da vida (HUBERMAN, 1976; HICKENBICK, 2014).

Singer (2002) aponta que essa situação se acentuou decisivamente com a consolidação da segunda fase da revolução industrial, a qual teve lugar na Inglaterra da primeira metade do século XIX. Segundo este economista, nesse período, a excessiva jornada de trabalho – imposta aos operários –, resultou em reações dentre as quais cumpre destacar a ascensão de um sistema contra-hegemônico de produção centrado na organização de cooperativas de trabalhadores pobres que competiam com seus empregadores. Para o citado economista, nesses acontecimentos, deve-se detectar o surgimento embrionário da Economia Solidária.

Esta, como já apontaram Singer (2002) e Barros (2016), possuiu, desde seus primórdios, evidente filiação teórica aos ideais do socialismo utópico, mais notadamente no que se refere à adoção de conceitos-chave como os de organização coletiva dos meios de produção e autogestão participativa da comunidade produtora. O sistema de economia solidária privilegia a tomada coletiva de decisões, e todos os que trabalham nas cooperativas detêm a sua propriedade. Esta última medida impede que haja o surgimento de classe que viva exclusivamente de rendimentos do capital. O que não implica necessariamente que a ES possa e deva ser tomada como um novo modelo de desenvolvimento econômico potencialmente capaz, por si só, de superar todas as contradições do sistema capitalista. Deve ser vista como um fator de contribuição (dentre vários outros) para se pensar modelos alternativos de desenvolvimento socioeconômico local que não desprezem a inclusão social. É um tipo de pensamento de fundamentação utópica, mas nem por isso inviável.

As propostas de formas alternativas de organização social são provavelmente tão antigas quanto a civilização. Na tradição cultural do ocidente, a primeira proposta, neste sentido, foi a de Platão, com seu Estado idealizado, ainda que de fundamentação totalitária. A este filósofo grego, outros pensadores se seguiriam com similares proposições de reorganização da sociedade, tendo como modelo uma via alternativa; dentre estes, Thomas Morus foi o mais célebre e a este coube a tarefa de cunhar o termo que passaria a designar este tipo de aspiração: *utopia* – título de sua obra mais conhecida (MORUS, 1992). Utopia aqui entendido como aspiração à uma sociedade idealizada sobre os fundamentos do bem-estar social extensivo a todos os membros.

Uma parcela do pensamento político da segunda metade do século XIX foi posteriormente agrupada pelos adversários sob o rótulo de “utópico”, no sentido de que estaria

mais próxima de meras aspirações idealizadas que propriamente de formulações racionalmente construídas assentadas sob padrões ditos científicos. Uma cadeia de pensadores que refletiram e produziram obras que tinham por meta compreender o funcionamento do tecido social e apontar novos rumos para seu sistema de organização – tendo, talvez, a franca influência dos ideais da Revolução Francesa e das teses iluministas de crença no valor reformador da difusão do saber –, propugnava por radicais modificações que resultassem numa sociedade inteiramente transformada. A eles foi reservado o epíteto de “socialistas utópicos” (CHATELET, 2000).

Singer (2002; 2003a) aponta como substrato imediato das ideias ligadas ao florescimento inicial das ES as teses dos socialistas utópicos. O crescimento dos níveis de pobreza, acarretados pela expansão do capitalismo industrial, derivou o comprometimento da cadeia produtiva dos pequenos artesãos locais, resultando a “expulsão em massa [dos camponeses] dos domínios senhoriais, os quais se transformaram no proletariado moderno” (SINGER, 2002, p.24). O acirramento da miséria incentivou reações contrárias a isso, algumas delas por parte de setores capitalistas tendentes a melhorar as condições sociais para aumentar produção e lucro. Reações outras, advindas de setores com propostas dotadas de um maior senso de humanidade, apontaram em direção à construção de novos paradigmas de organização social. Esses reformadores propunham a edificação de organizações similares àquelas que no início dos tempos modernos foram denominadas de corporações artesanais (HUBERMAN, 1976). Eram sistemas parecidos com cooperativas de trabalhadores que se uniam para fazer frente aos sistemas de produção capitalista. O primeiro molde deste experimento teria sido executado na Inglaterra do século XIX (SINGER, 2002).

De acordo com o que se lê na bibliografia historiográfica sobre ES, houve um desenvolvimento de sociedades cooperativas pelos mais diferentes pontos da Inglaterra, quase todas elas modelos inspirados nas construções teóricas de Robert Owen (1771- 1858), um dos responsáveis pelas chamadas ideias dos socialistas utópicos. A pretensão era a de criar “cadeia cooperativa que seria um modelo a ser adotado pela sociedade do futuro, a ser imitado por pessoas de boa vontade mundo afora” (SINGER, 2002, p.26). Portanto, desde seus primórdios, o sistema de cooperativismo se organizava com a pretensão de se construir como um modo de produção alternativo ao capitalismo e que pudesse conduzir a sociedade a novos padrões de organização.

A ES é um projeto amplo que comporta diversas matizes e meios de execução. Não é patrimônio de uma comunidade ou de um país. Tornou-se gradativamente um movimento de amplitude internacional, não se restringindo sua aplicação a países onde predominam as formas improvisadas de produção econômica, apresentando-se como possibilidade teórica de uma

outra economia (LIMA, 2016). Mesmo em grandes centros populosos do continente europeu florescem modelos de organização cooperativa. Embora situados sob diferentes latitudes, as condições básicas de funcionamento permanecem as mesmas: basicamente trabalhadores assalariados que se associam para comprar e vender, produzir produtos, tendo em vista não apenas ganhos pecuniários, mas também a reintegração ao sistema de trabalho formal (SINGER, 2003b). Grupos de assalariados se associam para criar iniciativas de pequeno porte, de bens e serviços de consumo, eventualmente podendo obter financiamentos públicos ou privados a juros baixos.

O que pretende o sistema de ES, infere-se aqui, portanto, em última instância, é a reinstauração de modelos antigos de produção. Não se trata de uma ideia nova e revolucionária, e parece pouco crível que haja pretensão a assim se apresentar. Do que se fala é de ressurgimento, desta feita em termos de uma estrutura sistematicamente organizada, de práticas antigas centradas nos princípios de colaboração mútua visando ao processo de crescimento econômico.

Nas comunidades antigas, as formas de produção são inseparáveis da ação coletiva de seus membros. Grupos humanos tribais, embora estabeleçam uma divisão social de tarefas, tendem a coletivizar os instrumentos e meios de produzir em favor da comunidade. A sobrevivência do bando necessitava de auxílio mútuo contra os diversos perigos que ameaçam a comunidade. O pensamento organizacional se volta para o fazer comunitário como via de manutenção das conquistas alcançadas. Todos se engajam tendo em mira um propósito pré-definido porque nele reside as possibilidades de sobrevivência do grupo social (FLAMARION, 1990).

A ES retoma parte desses princípios organizacionais solidários para utilizá-los como alternativa a um modelo capitalista de exclusão social em larga escala. O modelo de gestão solidária e participativa é um dos meios adequados, no que se refere à reinserção de grupos socialmente marginalizados ou postos à distância do mercado de trabalho formal produtivo. É também adequado para as condições de economias periféricas ou cidades com índices de desenvolvimento humano muito baixos, considerando que esse modelo agrega, insere, acolhe e constrói novas modalidades de organização laboral para trabalhadores sem perspectiva de ganhos imediatos ou mesmo sem perspectiva alguma, como nos casos de mão de obra sem qualificação (SINGER, 2002).

A ES é uma demonstração cabal de que outra economia é possível, com outros fundamentos e práticas mais humanas. Conforme aponta Lima (2016), o amplo conceito de desenvolvimento local solidário pode contribuir para fortalecer novos “paradigmas” que

rompam com o modelo tradicional de produção capitalista direcionado para o consumo que gera modelos de exclusão social. Acrescenta Lima (2016) que no sistema de economia solidária, as necessidades de consumo, necessário ao processo de manutenção da sobrevivência dos membros da comunidade, guiam os procedimentos econômicos de produção de bens de consumo:

[...] decide-se, então, o que deve ser produzido e em que quantidade, quando, como e para quais setores, segundo as prioridades estabelecidas nas localidades, que agreguem maior quantidade de vínculos e relações possíveis, às vezes conflitantes, contudo, especialmente necessidades representativas das dimensões identitárias, culturais, políticas, de trabalho coletivo, entre outras, encampadas de forma própria pela economia política dos setores populares: a economia popular e solidária. (LIMA, 2016, p.05).

Num sistema dessa natureza, que privilegia a produção sustentável e a satisfação de necessidades básicas do homem, as condições materiais de existência podem sofrer consideráveis melhorias. É importante destacar que a crise do desemprego nas sociedades pós-industriais da atualidade atinge setores variados desde os mais fragilizados economicamente a outros de condição social mais estável. Esse quadro gera uma precarização das condições de trabalho e emprego. Associa-se a tudo isso as chamadas políticas de flexibilização das relações trabalhistas, ou seja, supressão ou significativa diminuição das garantias mínimas aos trabalhadores em termos de seguridade laboral. A organização coletiva do trabalho, sob forma de ações cooperativas de autogestão, pode apontar em direção a novas formas de organização da economia (SOUZA, 2003).

1.1.1 Princípios básicos das iniciativas populares solidárias

Há um conjunto de princípios organizacionais que definem, com certo nível de precisão, a estrutura interna de um sistema de ES. São valores que norteiam suas ações e caracterizam seus modos de operação do ponto de vista técnico e administrativo. Esses princípios podem ser sintetizados nos seguintes termos: recusa pela exploração do trabalho humano; ação coletiva; responsabilidade socioambiental. Dessa forma, a cooperação de seus membros entre si, durante as atividades laborais, substitui a competição, e a propriedade coletiva dos meios de produção econômica possibilita a abolição de relações hierárquicas de subordinação e torna todos os integrantes do empreendimento agentes participativos dos processos de tomada coletiva de decisões importantes (HICKENBICK, 2014).

A economia solidária se afasta de princípios tradicionais de organização laboral das sociedades comerciais capitalistas, tendo como um de seus fundamentos a autogestão participativa. A ideia de lucro, resultante da exploração da mais-valia do trabalhador, é substituída pelo conceito de sobras que são utilizadas para obtenção de metas e objetivos definidos coletivamente em assembleias de associados. No empreendimento solidário, portanto, todos os que nela se sentem integrados são sócios e proprietários e são dotados de poder de decisão no que se refere aos destinos do empreendimento social e cada integrante se torna um vetor responsável por tudo aquilo que ocorre ou possa ocorrer. Por tudo isso, a cooperação harmoniosa entre todos os envolvidos torna-se fundamental para a manutenção do ordenamento do empreendimento. Inexistindo uma divisão hierárquica de funções, faz-se necessária a adoção de divisão racional de tarefas e da tomada de iniciativa individual visando o bem-estar coletivo (SINGER, 2002).

A Economia Solidária é um modelo participativo de gestão coletiva que parte de outros pressupostos que se afastam do ideário capitalista que vê no indivíduo, essencialmente, um instrumento de trabalho ou meio de produzir acúmulo de capital. Da proposição de aberta e desenfreada competição por posições e recursos dentro do organismo social, passa-se ao cultivo de uma postura de ajuda mútua visando sempre o bem-estar coletivo de grupos sociais com dificuldade de inserção laboral.

De acordo com o pensamento de Guerin (2005), a economia solidária pode ser vista como um direcionamento maior para o interesse coletivo – no que se refere a um sistema produtivo e comercial – do que para a busca incessante pelo lucro. Nesta ordem de ideias, as iniciativas da ES devem conciliar equidade e eficiência, tendo em mira não substituir o mercado ou o Estado, mas, sim, agir em estreita complementaridade.

Contudo, a ES possui outras dimensões que não apenas a da possibilidade de inserção no mercado formal de trabalho daqueles que se encontram momentaneamente dele afastado. Mance (2000) propõe uma articulação entre as práticas de ES e o que ele denomina de “mediação do Bem Viver”. Na sociedade capitalista, o consumismo alienante – aquele que estabelece uma relação ilusória entre a aquisição de certos bens materiais e a satisfação de supostos anseios interiores –, gera simulacros e ilusões (MANCCE, 2000). No sistema de propaganda criado pela sociedade de consumo, não há relação direta entre aquilo que é anunciado e suas reais propriedades. Ou seja, imagens idealizadas e quase distorcidas são vendidas como se representassem uma real representação de um determinado produto. As efetivas qualidades ficam distantes das imagens que acerca delas são construídas. E as imagens ilusórias geram ansiedade e desejo, um desejo de consumo ainda maior. Nesse contexto, um

homem vale quanto “pesa”, ou vale quanto ostenta. Dessa forma, um indivíduo ganha visibilidade social quando ostenta riqueza material; logo, aqueles que não a possuem nenhum reconhecimento social adquirem. Por isso Mance (2000) diz que o Bem Viver não deve ser necessariamente atrelado a essa perspectiva consumista de existência. Uma postura solidária requer critérios de valores avaliativos a partir dos quais seja possível adotar uma conduta de consumo solidário centrada na satisfação de reais necessidades de cada um.

Em um sistema como o da ES, o que vigora é a organização baseada na produção simples de mercadorias e bens, estando os próprios agentes produtores de posse dos meios de produzi-los. Esses agentes agem conjuntamente como membros de estrutura cooperativa de amparo mútuo e de busca pela sobrevivência. O capitalismo, embora tenha se originado da produção simples de mercadorias, passou a negar esse sistema de produção ao “separar a posse e o uso dos meios de distribuição” (SINGER, 2003a, p.11). Essa divisão teria gerado – ainda acompanhando o pensamento do autor citado – um processo de apropriação privada dos meios de produção e do trabalho. Como consequência direta disso, tivemos a concentração de capital em mãos de uns poucos, a maioria ficou restrita à posse de suas respectivas capacidades individuais de trabalho a serem comercializadas com os patrões.

A simples produção individual de bens ou serviços não garante *per si* um nível razoável de rentabilidade, devido ao inchaço do mercado e à concorrência dos grandes produtores, em larga escala, de mercadorias, o que acaba por contribuir para um acirramento do processo de exclusão social. A ES se mostra como um instrumental alternativo de valor ao permitir que essas forças produtoras de pequeno porte, antes dispersas, enfraquecidas e concorrendo entre si por espaços nos mercados, possam se agregar socializando os meios de produção e distribuição. O modo solidário de produção gera renda, inclusão e aquisição de meios pecuniários indispensáveis ao existir com dignidade no contexto de uma sociedade altamente competitiva e essencialmente materialista.

Indivíduos, membros efetivos da sociedade, os quais, por razões variadas, se encontram num processo de exclusão social e laboral, não se integrando como agentes produtivos, podem organizar-se como produtores conjugados em associações que objetivam reintegração social e ganhos financeiros. Nessa assertiva, encontra-se sintetizado uma das propostas da ES. Acredita-se que profissionais não qualificados podem encontrar maiores chances de melhoria financeira quando atuam conjuntamente, unindo esforços para construção de uma cadeia produtiva solidária. Projetos de organização alternativa da economia podem contribuir para melhoria nos níveis de ganho financeiro de comunidades de profissionais com dificuldade de inserção laboral.

A situação de um profissional inserido na ES é muito diferente do outro integrado a um regime de economia formal capitalista. Trata-se quase de imagens invertidas no espelho: uma como antítese da outra. Enquanto nas empresas tradicionais cabe ao funcionário a aceitação tácita de um ordenamento hierárquico do qual ele assume eventuais prejuízos e muito raramente tem acesso aos lucros ou ao resultado direto daquilo que produziu, na economia auto gerida, as tarefas dos cooperados não se limitam à execução de tarefas e obrigações mecânicas, cabe a cada um deles responsabilidade direta pela gestão patrimonial e organização administrativa, o que implica em responsabilidade sobre custos, rendimentos, êxitos e eventuais malogros financeiros ou bancarrota.

Nesse contexto, a solidariedade torna-se elemento fundamental para o perfeito funcionamento da engrenagem. Devido à ausência de autoridade gestora que centralize o processo de tomada de decisões no âmbito das questões administrativas, cada integrante torna-se responsável por si e por cada um de seus companheiros de ofício.

O cooperativismo pode ser, também, uma alternativa econômica para tempos de crise de trabalho formal. Embora as circunstâncias não se mostrem socialmente favoráveis ao desenvolvimento de cooperativas solidárias, dado o pouco empenho de órgãos estatais em fornecer apoio e financiamento, elas se mostram como via que intermedia a inserção na economia laboral ou o margeamento a ela. Há também uma óbvia relação de proximidade entre cooperativismo e uma prática de produção que não se apoia em atitude predatória sobre o meio ambiente. Aragão (2013) defende que as cooperativas devem ocupar em espaço cada vez maior na sociedade contemporânea e que elas podem concorrer com empreendimentos capitalistas convencionais. E desde que seja valorizado por políticas públicas, o cooperativismo pode se tornar uma base econômica. Para ele:

Um dos caminhos para materializar a reforma desses empreendimentos convencionais seria fomentar a adoção da sustentabilidade como paradigma em todos os empreendimentos, ou seja, eles passariam a se comprometer efetivamente com as dimensões econômicas, sociais e ambientais. No caso das cooperativas, elas já podem ser consideradas sustentáveis em função de suas características que facilitam a adesão às exigências da sustentabilidade. (ARAGÃO, 2013, p12).

Este autor sublinha que a sustentabilidade, ou seja, um sistema de produção que não comprometa o meio ambiente, no perfil dessa nova base econômica, é inevitável a ponto de condicionar mudanças estratégicas empresariais.

Essas mudanças seriam, por um lado, espontâneas, movidas pela racionalidade e pela sobrevivência, e por outro, forçadas pelas normas restritivas, decorrentes da cobrança radical na sociedade, numa convergência tendente a poupar o uso de soluções coercitivas. No arcabouço da teoria econômica neoclássica majoritária, essa mudança seria equivalente a relativizar a busca pelo lucro máximo, a qual poderia ser substituída pelo lucro médio. (ARAGÃO, 2013, p. 12).

O cooperativismo possui como um de seus componentes essenciais a ideia de autogestão. Trabalhadores reunidos numa ação conjunta que visa garantir a manutenção de seus membros em regime de auxílio mútuo, o que pode garantir um retorno proporcional ao esforço de trabalho empregado, sendo que o trabalhador teria meios de interferir na amplitude de tal esforço. Isso pode ser uma alternativa para setores populares, ou uma organização associativa, como uma organização associada de trabalhadores rurais ou urbanos que buscam um meio de escapar aos efeitos das políticas neoliberais (CANÇADO; VIEIRA, 2013).

Uma cooperativa não pode ser associada com uma entidade mercantil. O cooperativismo é basicamente personalista, os membros da associação assumem controle sobre gestão. Os objetivos administrativos também são diferenciados, visto que se busca, basicamente, prestação de serviços aos cooperados, permitindo que estes possam se apropriar de seu trabalho sem intermediação de terceiros. Há também questões ligadas a deliberações coletivas, o que pode excluir a figura do administrador-chefe ou da sombra patronal. Predominam relações democráticas de gestão na qual todos os cooperados possuem direito ao voto nas assembleias deliberativas, que opinam sobre os rumos das grandes questões administrativas em questão (CANÇADO; VIEIRA, 2013).

Um sistema cooperativo possui também como uma de suas características definidoras uma relação de simbiose entre comunidade na qual se encontra inserida e os elementos paisagísticos e socioambientais. Avesso às teses desenvolvimentistas, centradas na ação predatória, o cooperativismo busca interagir harmonicamente – na medida do possível – com os recursos naturais disponíveis. Isso se associa a uma noção de responsabilidade coletiva e compartilhada por todos os membros da associação de trabalhadores. É um tipo de organização de pessoas e não de capital. A meta é que o interesse de cada pessoa prevaleça sobre os interesses de capital financeiro. É uma concepção humanista das práticas laborais, notadamente que se refere às relações homem e capital. Disso tudo deriva consequências políticas. O processo de autogestão pode gerar ganhos ligados ao processo emancipatório ao contribuir para que os trabalhadores se reconheçam enquanto sujeitos autônomos e protagonistas de suas histórias (MOURÃO, 2013).

Cooperativas são organizações de auxílio mútuo. Suas bases remontam a matrizes organizadoras muito antigas. Mourão (2013) demonstra que o auxílio mútuo foi utilizado em muitos períodos da História humana. Ele se encontra associado a uma série de empreendimentos de larga escala que talvez não tivessem alcançado seu êxito. Diferentes grupos sociais fizeram uso do mutualismo ou da ação coletiva para alcançar suas metas. Talvez mais comumente encontrado, ainda hoje, em sociedades de cunho eminente agrícola ou que se baseiam na caça e coleta para sobrevivência. Nessas condições de organismos sociais tribais, a manutenção do existir se encontra associada a um sistema de ação coletiva em que a união de esforços resulta na obtenção de resultados mais satisfatórios. Nas precárias condições de vida sob domínio do escasso, as intervenções ou tentativas solitárias estavam condenadas ao malogro. Agindo em conjunto, de forma cooperada, é possível mobilizar energias e esforços para execução de metas de interesse de todo o organismo social. O agir coletivo beneficia a todos.

A prática da ES envolve alguns desafios de caráter pedagógico. Talvez o principal deles esteja atrelado – como nos chama a atenção Gaiger (2004) – a um processo de reeducação das relações de companheirismo social. A lógica competitiva da sociedade capitalista incentiva a desconfiança, a iniciativa individual competidora e o isolamento. É uma estrutura de pensamento e ação centrada na competição desenfreada em que cada um é visto como potencial adversário em uma disputa por espaço e poder no organismo social. Para um bom funcionamento, a ES necessita de uma mentalidade econômica centrada na ideia de que todos devem ganhar de forma justa, quer dizer, a solidariedade estendida para o plano econômico. Acerca disso, Singer sintetiza:

[...] A Economia Solidária vai além de Adam Smith. Ela propõe que todos os que se dedicam à mesma linha de mercadorias – alimentos, vestuário, veículos, produtos químicos, serviços de educação, de entretenimento, etc. – também cooperem entre si, e que os resultados do trabalho de todos sejam distribuídos de acordo com regras de justiça aceitas por todos ou pela maioria dos cooperadores. O mercado continua a funcionar, mas apenas para que os consumidores comuniquem aos produtores suas necessidades e preferências. (SINGER, 2005, p.15).

A lógica do capital é a da competição em todas as instâncias da vida social dos homens. Disputam-se empregos, vagas nas universidades, melhores condições de vida, de habitação, vestuário e alimentação; há disputas por mercados, por produtos e preços. A construção ideológica que visa sustentar é a da auto-regulamentação mercadológica, que transportada para

o plano do indivíduo se transforma no conceito de *selfie made man*⁴ da cultura norte-americana. Fazer a si mesmo, nesse sentido, significa cultivar um profundo sentimento de desdém deliberado por laços de solidariedade. A vida tomada e vista como uma competição dura e brutal que exige o desenvolvimento de virtudes como a dureza interior, a firmeza e a iniciativa individual. Trata-se de uma apologia do vencer a qualquer custo, o que gera, como subproduto imediato, uma imensa classe de deserdados ou desassistidos, aqueles que por motivos dos mais variados não obtiveram o tão almejado êxito. Uma polarização entre vencedores e excluídos.

A ES, conforme já apontado anteriormente, não se constitui necessariamente na solução para os males sociais derivados da ordem econômica capitalista. Contudo, seu modelo de organização laboral, centrado nos princípios da ação participativa e empreendimento social articulado em grupos, pode produzir formas alternativas de produção e gerar inserção social. Por ser uma forma de produzir que se apoia na propriedade coletiva disponível, a ES pode contribuir para o fortalecimento da solidariedade e dos princípios de igualdade, indispensáveis para construção de uma sociedade mais justa.

Singer (2005) chama a atenção para o fato de que se faz necessário a adoção de práticas pedagógicas que possam contribuir para implementação de uma compreensão coletivista indispensável à ES. Como observa o autor, essa pedagogia não pode ser executada apenas por via de proposições teóricas, deve-se antes buscar uma fundamentação indireta por via de uma vivência ou de uma exposição: situações vivenciadas no cotidiano, por exemplo. Há nessa proposta algo de uma formação continuada, uma demorada *práxis* coletiva que pode formular os princípios de um entendimento que parta da necessidade de superação do competitivo em direção a uma produção solidária de bens e produtos.

Provavelmente não há o que se possa denominar de uma inclinação natural das pessoas para esta ou aquela prática econômica; isto é, não parece provável que os homens sejam espontaneamente inclinados por pendão natural para a competitividade ou para o associativismo participativo. A educação e a formação dos indivíduos em sociedade exercem fator preponderante no caso em questão. Uma prática informativa que oriente os indivíduos acerca dos valores ligados ao trabalho comunitário e associado pode gerar significativos resultados no que se refere ao associativismo. A vida em sociedade, concebida como uma competição dura e brutal, na qual o mais bem preparado obtém êxito, pode ser substituída por outra centrada na cooperação, e a educação e a formação podem contribuir para esse processo.

⁴ Selfie Made Man, ou o homem que fez a si mesmo. Fazer aqui no sentido de um êxito econômico. Ou seja, o homem que recorrendo apenas ao seu esforço laboral conseguiu ascender socialmente e se firmar na sociedade como um grande proprietário. Uma imagem idealizada cara ao imaginário social norte-americano.

A crise do mundo do trabalho, que no Brasil tem gerado consequências graves para os mais fragilizados economicamente falando, reclama adoção de medidas alternativas ou de reações de organização espontâneas por parte dos mais afetados, visando minimizar os efeitos sobre a economia popular. Associações que congreguem voluntariamente grupos de trabalhadores podem contribuir não apenas para geração de emprego e renda, mas também para fomentar uma nova pedagogia da autonomia (FREIRE, 1996) que os deixe imbuídos de uma mentalidade associativa e pensar coletivo. Autonomia aqui entendida como uma capacidade de desvencilhar de amarras socialmente impostas às camadas sociais mais vulneráveis.

A atual conjuntura de acelerada modernização e mecanização das formas de produção industrial tem radicalizado o cenário de crise laboral. O mercado de trabalho, por força das circunstâncias, resultantes da conjuntura modernizante, diminuiu a quantidade de postos de trabalho. O inevitável processo de mecanização, por sua vez, reclama o domínio sobre conhecimento técnico gabaritado sem o qual se torna impraticável a empregabilidade da mão de obra. Dessa conjuntura de fatores restritivos, resulta que quanto menor o nível de escolaridade do trabalhador, maior será a probabilidade de ele ser posto à margem das engrenagens sociais. Um exército de reserva de mão de obra que pode exercer negativa influência sobre o valor dos salários.

A sociedade do capital é excludente e geradora de desigualdade, nisso não há qualquer novidade. Trabalhadores unidos – notadamente os mais vulneráveis, mas não apenas estes –, podem encontrar nas práticas associativas um instrumental necessário para modificação de condições materiais de existência; muito mais além, modificações positivas na qualidade de vida como um todo. Nessa conjuntura, uma proposta como a do Bem Viver, que incorpora uma postura teórica aliada a uma prática cotidiana, pode contribuir para as modificações neste quadro. Como Sugere Acosta (2006), faz-se necessário uma superação da visão tradicional de desenvolvimento atrelada ao consumismo e à ação predatória sobre recursos naturais escassos. Assim, sendo, a economia solidária pode ser um dos caminhos possíveis para alcançar a meta de novas posturas no que se refere ao desenvolvimento.

Nesta direção, apresentamos, no próximo capítulo, os pressupostos teóricos e metodológicos utilizados para o alcance da compreensão dos reflexos da ES na vida de um grupo de mulheres associadas ao grupo de produção de polpas – o grupo Nossa Polpa, da comunidade da Barra, no município de Ichu.

2 CAMINHOS PERCORRIDOS E ESPECIFICIDADES QUE PODEM NOS LEVAR AO BEM VIVER NA LOCALIDADE DE ICHU-BA

Dada a especificidade que requer uma pesquisa, o olhar atento e cuidadoso na escolha dos procedimentos metodológicos na investigação científica é condição basilar para o alcance dos objetivos traçados. Nesse sentido, esta pesquisa que envolve a economia solidária está sob alguns direcionamentos laborativos dos instrumentos e estratégias de coleta de informação: este estudo se propõe a ser uma pesquisa descritiva, comungada a um estudo de caso, que, conforme Gil (2008), serve à pesquisa com diferentes propósitos:

[...] **explorar** situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) **descrever** a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e c) **explicar** as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. (GIL, 2008, p. 58, grifo nosso).

A partir dessa afirmação, infere-se que o estudo de caso apresenta flexibilidade, tanto no que diz respeito ao tipo de pesquisa – ou seja, a ele atrela-se pesquisas exploratória, descritiva e/ou explicativa –, quanto ao uso do tipo de instrumental de coleta de dados. Neste tipo de estudo, realizam-se investigações de fenômenos exatamente como eles ocorrem, sem que haja uma interferência significativa do pesquisador, que atua como um observador cuidadoso e atento aos acontecimentos (GIL, 2008). O pesquisador que opta por estudo de caso pretende realizar uma análise minuciosa de um objeto que pode projetar elucidação sobre um dado fenômeno a partir do estudo detalhado de um único caso, abrangendo contextos variados da esfera humana, seja para o conhecimento dos complexos fenômenos individuais ou grupais (YIN, 2005).

Três gerações marcam a relação do estudo de caso com a pesquisa, relação marcada por visões ideológicas materializadas na área de pesquisa e nos métodos de levantamento de dados. As pesquisas na área da antropologia, com recortes em estudos das sociedades primitivas (início do século XX), utilizavam a observação participante e as entrevistas em profundidade, relacionando-as à aplicação do método de estudo de caso. Paradoxalmente a esta geração, surge a abordagem da Teoria Fundamentada, desenvolvida pelos sociólogos americanos, na metade do século XX. Nesse cenário, há abertura de métodos de pesquisas e passa-se a levar em consideração metodologias e levantamentos de dados sistemáticos nas análises qualitativas, dando espaço para a construção e explicações várias, numa perspectiva horizontal, dos processos sociais. A terceira geração, marcada por pesquisadores contemporâneos, faz uso da

flexibilidade apresentada pelos sociólogos e adequada os pressupostos por eles adotados às novas tecnologias de informação e comunicação e adiciona, às diversas fontes de evidência, o universo virtual, a exemplo de e-mail, chats, redes sociais e outros recursos, para coleta de dados (ROESE, 1999).

Encontra-se, na segunda geração, o cientista social Robert K. Yin, que a partir de suas próprias experiências formulou preceitos de análise das informações para pesquisas em estudo de caso. Na sua obra, quando da definição de estudo de caso como estratégia de pesquisa, ele apresenta duas falhas comuns: a primeira, conciliado às ideias de Schramm (1971), trata-se das definições encontradas, pois elas reproduzem com mais frequência os tipos de tópicos (indivíduos, organizações, processos programas, bairros, instituições, eventos) aos quais os estudos foram aplicados. Sublinha Yin (2005) que citar o tópico é certamente insuficiente para estabelecer a definição necessária do estudo de caso, e afirma que:

[...] um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos [...]. (YIN, 2005, p. 32).

Ou seja, usa-se o método de estudo de caso quando se pretende lidar com condições contextuais contemporâneos e quando estes estudos pedem procedimentos técnicos diversos, tanto para coletar dados quanto para analisá-los.

A segunda falha, citada e apresentada por Yin (2005), se caracteriza em os pesquisadores confundirem os estudos de caso com os estudos etnográficos ou com a observação participante, a ponto de esses métodos e até mesmo a descrição da coleta de dados serem suficientes para caracterizar um estudo de caso. Utilizando das palavras de Platt, Yin diz que

A estratégia de estudo de caso, nas palavras dela [reforça Yin] começa com uma lógica de planejamento (...), uma estratégia que deve ser priorizada quando as circunstâncias e os problemas de pesquisa são apropriados, em vez de comprometimento ideológico que deve ser seguido não importando quais sejam as circunstâncias. (PLATT, 1992, apud YIN, 2005, p.32).

Para Schramm (1971),

[...] A essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados. (SCHRAMM, 1971 apud YIN, 2010, p.31).

Com base nessa assertiva, buscou-se verificar até que ponto a iniciativa solidária Nossa Polpa contribui para a melhoria da qualidade de vida de um grupo de mulheres associadas a esta iniciativa inserida no sistema econômico alternativo de economia solidária.

Neste capítulo, estão descritos os caminhos trilhados no que concerne aos direcionamentos laborativos dos instrumentos e estratégias de coleta de informação para que os objetivos deste estudo fossem atendidos. Os primeiros passos foram dados no município de Ichu e na comunidade da Barra, atentando para seus aspectos histórico-demográfico e socioeconômico. As informações aqui apresentadas foram adquiridas a partir de revisão bibliográfica e das informações constantes no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). Seguindo o trajeto, direcionamo-nos para a COOPERAGIL, cooperativa da qual o grupo Nossa Polpa faz parte. Neste trajeto, fez-se uso da pesquisa documental, que é de grande valia nos estudos científicos. Aqui, ela foi realizada sob o entendimento de que as fontes documentais não são artefatos culturais sem significado e que elas cumprem importante papel para a (re)construção da história do grupo Nossa polpa, aqui em particular.

Os teóricos da metodologia de pesquisa diferenciam a pesquisa documental da pesquisa bibliográfica em razão da natureza das fontes e da sua variedade: fontes que ainda não foram analisadas ou que são reconstituídas de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008; LAKATOS; MARCONI, 2006); podem ser escritas, iconográficas e orais ou, como afirma Bloch (2001, p.79), “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele”.

No campo da historiografia, o conceito de fontes documentais sofreu nos últimos anos um processo de reavaliação, processo este iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1930, historiadores e fundadores da Escola dos Annales⁵. Para um historiador, as fontes documentais são essenciais porque nelas se apoia seu labor profissional. A reconstituição e interpretação de acontecimentos findos se dão pela escolha de vestígios materiais deixados por uma determinada sociedade, os quais devem ser objeto de um olhar crítico interpretativo por parte do pesquisador (NOVAIS; SILVA, 2013).

Os historiadores Le Goff e Nora (1976) propuseram uma reavaliação e ampliação de documento como fonte de pesquisa a ser analisada pelo historiador. A contribuição desses historiadores franceses foi a de evidenciarem a necessidade de uma análise crítica de fontes

⁵Grupos de historiados surgidos em torno da revista dos Annales. A principal proposta consistia na adoção de narrativas historiográficas que negavam a antiga mentalidade em destaque no século XIX, a qual defendia uma história política e biográfica centrada em grandes figuras (NOVAIS; SILVA, 2013). Para uma leitura mais aprofundada, ver BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, 153 páginas. Tradução Nilo Odalia.

documentais, que não poderiam ser tomadas como artefatos culturais neutros, pois os documentos a serem analisados decorreriam de escolhas conscientes do historiador. Além disso, deveria ser levado ainda em conta que qualquer documento, de forma consciente ou não, foi produzido por uma determinada sociedade, em alguns casos, com evidente propósito de efetivar uma imagem, uma monumentalização dos acontecimentos, criando, assim, uma visão idealizada do passado estudado. Salienta-se que todos os documentos que estavam ao nosso alcance foram analisados com foco no seu conteúdo histórico-social para o levantamento de informações.

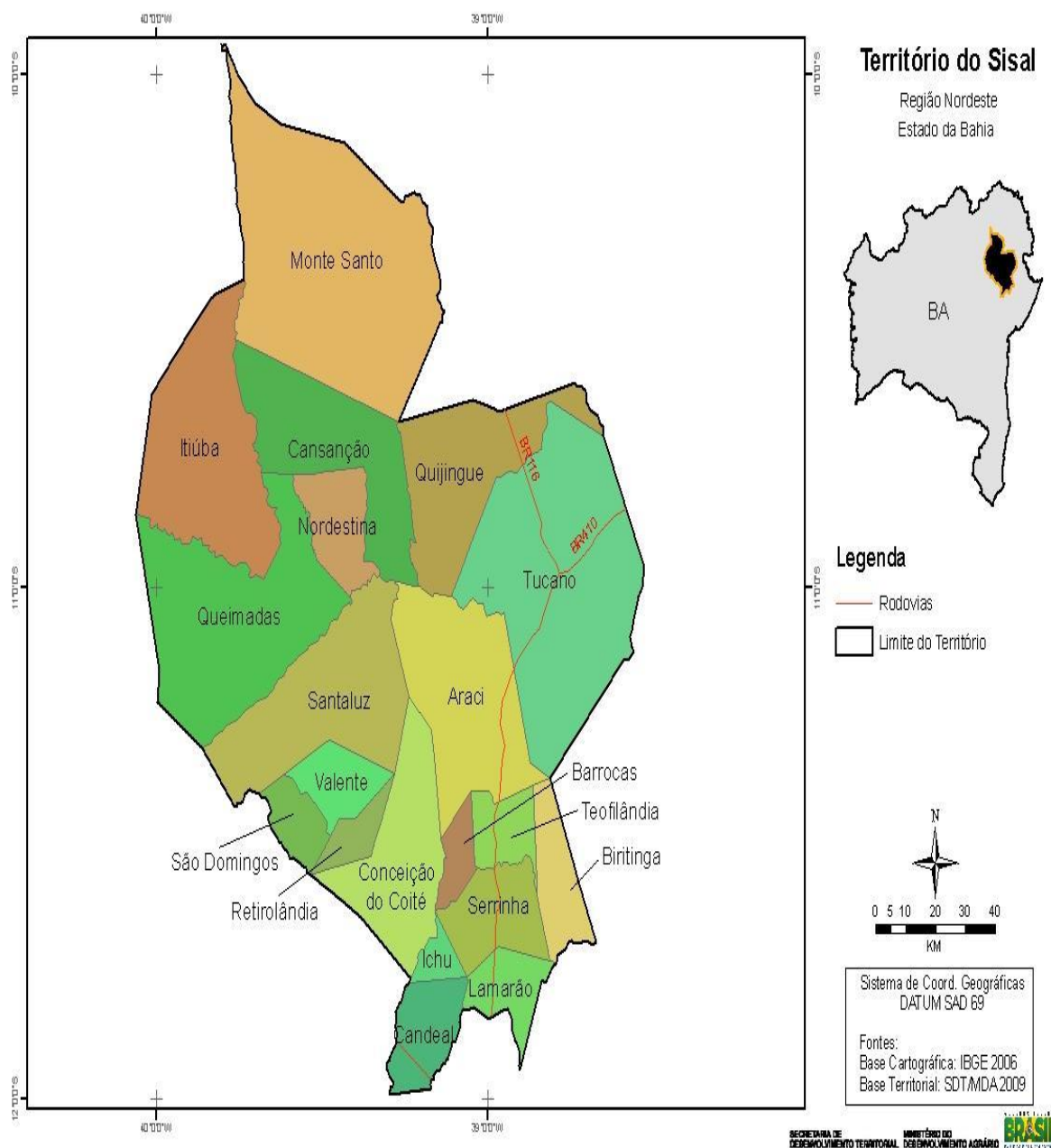
No rol das documentações analisadas, temos as que se caracterizam como fontes primárias ou secundárias: As fontes primárias (em anexo) foram: ata da assembleia geral de constituição da COOPERAGIL, datada 01/12/2007 (Anexo A), seu Estatuto Social, datado em 01/12/2007 (Anexo B) e ata de assembleia geral extraordinária de eleição e posse do seu conselho administrativo e fiscal, datada 25/05/2017 (Anexo C); lista dos (as) associados (as) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), emitida em 27/03/2018 com validade até 27/03/2020 (Anexo D). A fonte secundária está representada, aqui, no registro de informações – organizadas em textos narrativo e descritivo, elaborado por mim – autor desta pesquisa que ora se realiza –, adquiridas em reuniões feitas com a diretoria da Associação Comunitária dos Amigos da COOPERAGIL, na sede da associação na comunidade Nova Esperança, em 2018, com o fito de obter informações sobre o grupo: atividades exercidas pelas mulheres cooperativadas e o sistema interno de funcionamento do grupo. Os registros das informações cedidas pelas mulheres cooperadas se deram através de entrevistas. Vale sublinhar que decidimos utilizar a numeração de 1 a 10 para nomear cada uma das dez mulheres entrevistadas. Tal procedimento se deu a fim de preservar a integridade e o anonimato das cooperadas, mesmo elas estando de pleno acordo em participar desta pesquisa e ratificando isto no termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo E).

2.1 ICHU E A COMUNIDADE DA BARRA: ASPECTOS HISTÓRICO DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO

O grupo Nossa Polpa, alvo do presente estudo, encontra-se sediado na comunidade da Barra, no município de Ichu, interior da Bahia, mais especificamente na região do semiárido baiano, área que abrange e ocupa o perímetro central do estado e que representa 60% da extensão territorial baiana, abarcando um número de 278 municípios, sendo que deste total, 20

se integram ao chamado Território de Identidade do Sisal (IBGE, 2013). Aqui, inclui-se o município de Ichu, o que pode ser observado no mapa abaixo (figura1).

Figura 1 – Mapa do Território de Identidade do Sisal



Fonte: Sistema de informações territoriais⁶, 2009.

⁶Disponível em: < http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tc/tr_043_do_sisal_ba_mar_2009.jpg >. Acesso em: set.2018.

O processo de povoamento desse território, do qual faz parte o município de Ichu, ainda não se encontra totalmente delineado nos relatos historiográficos disponíveis. Das informações encontradas, cumpre destacar aquelas que se ligam diretamente ao tema que aqui se discute. Sabe-se que o sistema de ocupação territorial do interior baiano, nos séculos da conquista e consolidação colonial, se valia costumeiramente de um de seus instrumentos por excelência: o de distribuição, venda ou doação régia de dilatadas extensões territoriais, denominadas sesmarias (TAVARES, 2011).

O litoral das terras que hoje correspondem ao Estado da Bahia foi o primeiro a ser abordado por navegadores portugueses. Três das chamadas Capitânicas Hereditárias foram estabelecidas em solo baiano. A presença colonizadora europeia nas áreas litorâneas é antiga e data dos decênios iniciais do quinhentismo. Dos núcleos povoadores estabelecidos nas praias, partiram os exploradores para o interior da terra em demanda de riquezas minerais e do aprisionamento de índios a serem utilizados como mão de obra escrava nas ainda incipientes lavouras.

As ações de penetração e conquista do interior quase sempre se manifestavam como ações de enfrentamento militar direto com os habitantes originais das terras alvo das ações predatórias, o que a médio prazo resultou no deflagrar de uma guerra aberta e prolongada entre os invasores, que ambicionavam e ambicionam se apropriar de terras e propriedades alheias, e seus defensores, nativos que tentavam e tentam a todo custo manter suas propriedades, suas tradições e suas vidas, que se encontram ameaçadas. Uma dessas operações – das mais citadas na bibliografia sobre história da expansão territorial baiana no período colonial – foi executada pelo Filho do governador Geral Duarte da Costa. Ele protagonizou uma ação de cerco e extermínio de mais de uma dúzia de aldeias situadas nas proximidades da então cidade-fortaleza de Salvador. Pela realização desse “feito”, a ele foi concedida, como sinal de honraria, uma capitania, a do Paraguaçu (TAVARES, 2011).

Após a morte de seu donatário, a capitania do Paraguaçu foi desmembrada e vendida sob forma de sesmarias, uma delas, a de Tocós, foi adquirida pelo célebre Antônio Guedes de Brito, um dos maiores proprietários de terras da Bahia colonial, conforme disso nos afiança Tavares (2011). Pelas suas dimensões extensas, a sesmaria de Tocós era quase um feudo, como costuma classificar Bandeira (2010) no conhecido estudo que ao tema dedica: área geográfica que era território original de habitação de tribos pertencentes ao tronco linguístico Kiriri, dentre as quais a dos Tocós, que acabou por se tornar um toponímico local, servindo de denominação batismal a um dos rios da região de Ichu.

O progressivo desmembramento da sesmaria resultou no surgimento de núcleos de ocupação populacional portuguesa na região e que originariam cidades como Água Fria, Feira de Santana, Santanópolis, Conceição do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. Embora toda a extensa área correspondente ao território original da sesmaria de Tocós tenha sido, desde a segunda metade do século XVI, utilizada como ponto de interligação entre os núcleos de povoadores do litoral e o sertão, o processo de povoamento e ocupação com fins de estabelecer áreas urbanas foi bastante lento.

O território que hoje corresponde ao da sede municipal, nas duas décadas iniciais do século XX, ainda pertencia a uma fazenda de propriedade de Joaquim Lázaro Carneiro e de seu filho Hermelino Carneiro. A fazenda tinha nome “Enxu”, vocábulo que significa – em idioma indígena – “casa de vespas.” Em torno da fazenda formou-se um pequeno povoado que se expandiu com o passar dos anos. Em 1935, a pequena povoação mudou e deixou de usar o nome da fazenda e adotou a denominação de “povoado de Ichu”, integrado como distrito do município de Riachão do Jacuípe. A emancipação política aconteceu em 1963 quando o distrito foi elevado à categoria de município de Ichu (IBGE, 2013).

Como tantos outros municípios interioranos da Bahia, Ichu tem sua origem associada ao desmembramento de uma vasta extensão de terra pertencente a um grande proprietário local. O processo de conquista e povoamento do território que atualmente corresponde a Bahia teve como uma de suas consequências o acúmulo de posse de propriedades rurais em poucas mãos: um pequeno número deteve durante séculos o controle sobre porções consideráveis do território. O município alvo da pesquisa aqui realizada não fugiu a esse esquema.

No município que hoje conhecemos como Ichu, em torno de uma fazenda, vivia uma população economicamente dependente, população flutuante que com o passar dos anos sofreu consideráveis acréscimos. Os dois polos de atração e que funcionaram como força agregadora de povoadores atraídos para a região foram o cemitério, construído nas cercanias da fazenda, e a capela. É do urbanista Lewis Mumford a lição de que no processo de desenvolvimento dos aglomerados urbanos permanentes, o cemitério (ou primitivo local de reverência aos mortos) e o local de culto às divindades representaram os primeiros pontos de encontro dos homens das sociedades antigas (MUMFORD, 2002). Não deve causar espanto, portanto, que uma situação similar tenha sido registrada na gênese do município de Ichu. A reverência aos mortos e ao desconhecido é uma força que atua sobre o imaginário coletivo. Funciona como uma espécie de ímã que atrai grupos para um centro de encontro cerimonial. Embora inicialmente essa “força magnética” atraia apenas não residentes em demanda apenas de um pouco temporário, como o passar do tempo se torna germe de um aldeamento fixo.

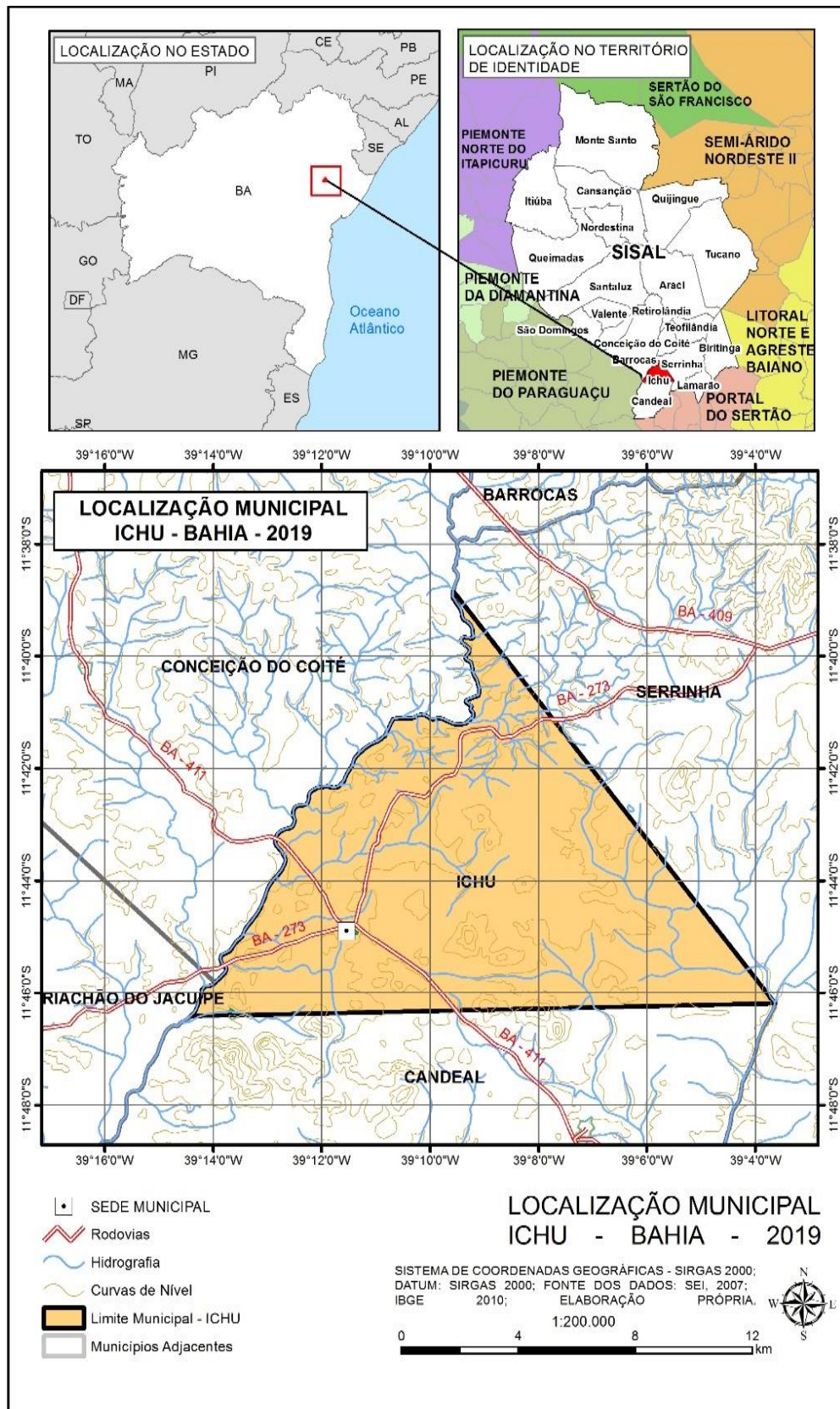
A História de Ichu enquanto município baiano de pequeno porte encontra-se associada ao crescimento populacional em torno da área da fazenda *Enxu*. O termo indígena que servia como nome da referida fazenda ilustra como se deu o processo de formação histórica da cidade: de uma interligação entre elementos da tradição de cultura imaterial indígena e da cultura letrada europeia. Uma grande propriedade de terra que serviu de ponto de partida para um processo de povoamento e consolidação de um sítio urbano. Processo este que se estendeu por cerca de quase quatro décadas, tendo se concluído em meados da década de 60, com a obtenção da emancipação política.

Em depoimento que consta num relato memorialístico, o primeiro prefeito da cidade e articulador da ação que culminou com o processo emancipatório, Hildebrando Cedraz, caracteriza como eram as condições materiais da localidade em 1967, ano em que a vila de Ichu foi elevada à categoria de município. De acordo com seu depoimento, ele teria sido responsável, ao longo de sua gestão, pela instalação de uma infraestrutura pública até então inexistente: a sede da prefeitura; primeira escola, Grupo Escolar Dr. Simões Filho; construção de matadouro; construção de praça; construção de prédio de mercado municipal.⁷

O município está a 108 Km da capital, Salvador. Localiza-se entre os municípios de Candéal, Serrinha, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe, destes dois últimos separada por um curso d'água, o rio Tocós. Possui uma extensão territorial total de 127,7 Km². Área urbanística e rural marcadas pelo baixo nível de renda individual, baixos índices de desenvolvimento humano e econômico e elevados níveis de desemprego, de acordo com dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). O município encontra-se localizado entre 11°44'55" e longitude 39°11'3", a uma altitude média de 280 m acima do nível do mar e caracteriza-se pelo clima semiárido e subúmido a seco. A principal via de acesso é a rodovia BA 411. Na figura (2) são apontadas a localização de Ichu no Estado, no território de identidade e no município.

⁷ Depoimento que consta de uma coletânea de vários outros relatos orais de ex-prefeitos da cidade e demais figuras que, segundo o organizador da obra, teriam exercido influência duradoura sobre os rumos da cidade. Trata-se de narrativas de procedência diversa, todas de caráter memorialístico e que possuem algum valor documental por trazerem fatos importantes ligadas ao desenvolvimento histórico do município.

Figura – 2 Mapa da localização de Ichu no Estado, no território de identidade e no município



Fonte: Carneiro, 2019.

Com relação à situação do domicílio, 3.365 habitantes residiam em áreas urbanas e 1.890 habitantes residiam em domicílios rurais, perfazendo um grau de urbanização de 64,0%. Desenhando este cenário, o IBGE (2010) descreve o território e o ambiente do município de Ichu.

Apresenta 1.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 66.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 399 de 417, 206 de 417 e 364 de 417, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 5373 de 5570, 3311 de 5570 e 4835 de 5570, respectivamente. (IBGE, 2010, s/n).

Na composição por gênero, a população do sexo feminino tem maior destaque, ou seja, em números absolutos eram 2.667 habitantes do gênero feminino e 2.588 do sexo masculino. Para o ano de 2016, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Ichu conta com uma população de 6.418 habitantes, apresentando um acréscimo de 22,1% em comparação ao ano de 2010.

No que diz respeito ao desempenho demográfico, entre 1991 e 2000, a população do município apresentou uma taxa média negativa de 4,7% ao ano, e no período 2000 a 2010 decresceu a uma taxa de 0,6% a.a. A população residente na área urbana decresceu a uma taxa de 1,8% a.a. no período de 1991 a 2000 e cresceu a uma taxa de 2,4% a.a. entre os anos de 2000 a 2010. Para a população residente na área rural, registrou-se um decréscimo de 1,8% entre os anos de 1991 a 2000, e na década seguinte, de 2000 a 2010, houve uma queda de 4,3%.

De acordo com dados oficiais, disponibilizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o produto interno bruto (PIB) do município é estimado em 32,9 milhões e o PIB *per capita* em 5.234,00. Os setores de comércio e serviço respondem por mais da metade da riqueza produzida, cabendo ao setor de agropecuária uma fatia significativamente menor, algo em torno de 20 por cento.⁸

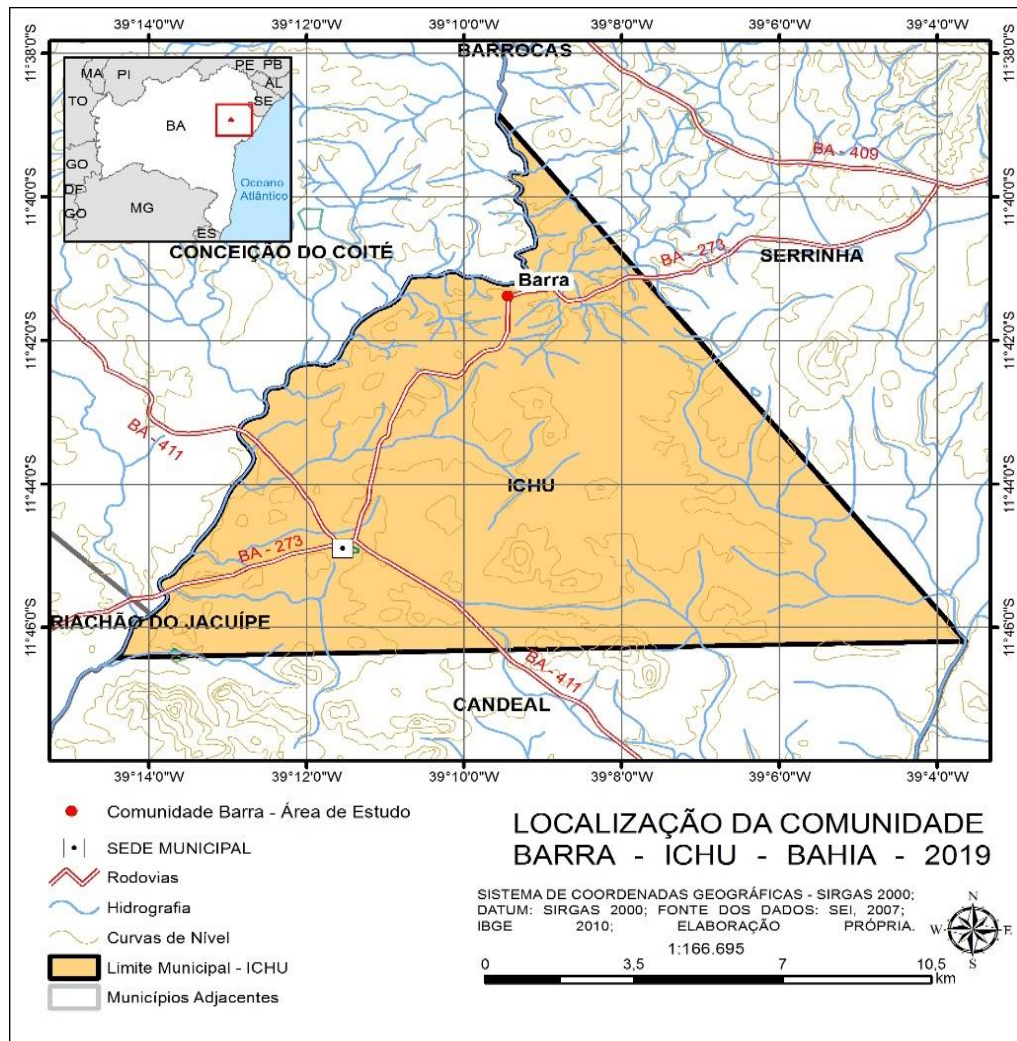
No que se refere aos índices educacionais, o município de Ichu teve, em 2015, uma nota 4 na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O município não conta com unidades de ensino superior. Possui 8 estabelecimentos de ensino pré-escolar; 10 estabelecimentos de ensino fundamental; e 2 estabelecimentos de ensino médio. Em termos de números da saúde, há registro de 9 médicos e 5 enfermeiros do Sistema Único de Saúde

⁸ Dados disponíveis em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/Pergil%20de%20Ichu%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/Pergil%20de%20Ichu%20(2).pdf)

(SUS) e três equipes do Programa de Saúde da Família (PSF). O município disponibiliza 22 leitos hospitalares para internação em Hospitais públicos.⁹

Fazendo parte da zona rural do município de Ichu, encontramos os seguintes povoados: Mumbuca, Varjota, Nova Esperança, Licuri, Praianos, Formigueiro, Umbuzeiro e Casa Nova, diversos vilarejos e fazendas: Morro Redondo, Fazenda Massapê, Fazenda Tolda, Fazenda Canavial, Fazenda Periquito Fazenda Folgador e Lagoa do Cansansão, Cedro, Inferninho, Capoeira do Rio, Calumbi, Queimada, entre outros. Neste conjunto de povoados, encontra-se a comunidade da Barra, alvo da presente pesquisa. Localiza-se ao norte do município de Ichu e é uma típica área rural interiorana do semiárido baiano. A sua localização está melhor delineada no mapa da figura 3.

Figura 3 – Sistema de coordenadas geográficas: Comunidade Barra-Ichu, Ba



Fonte: Carneiro, 2019.

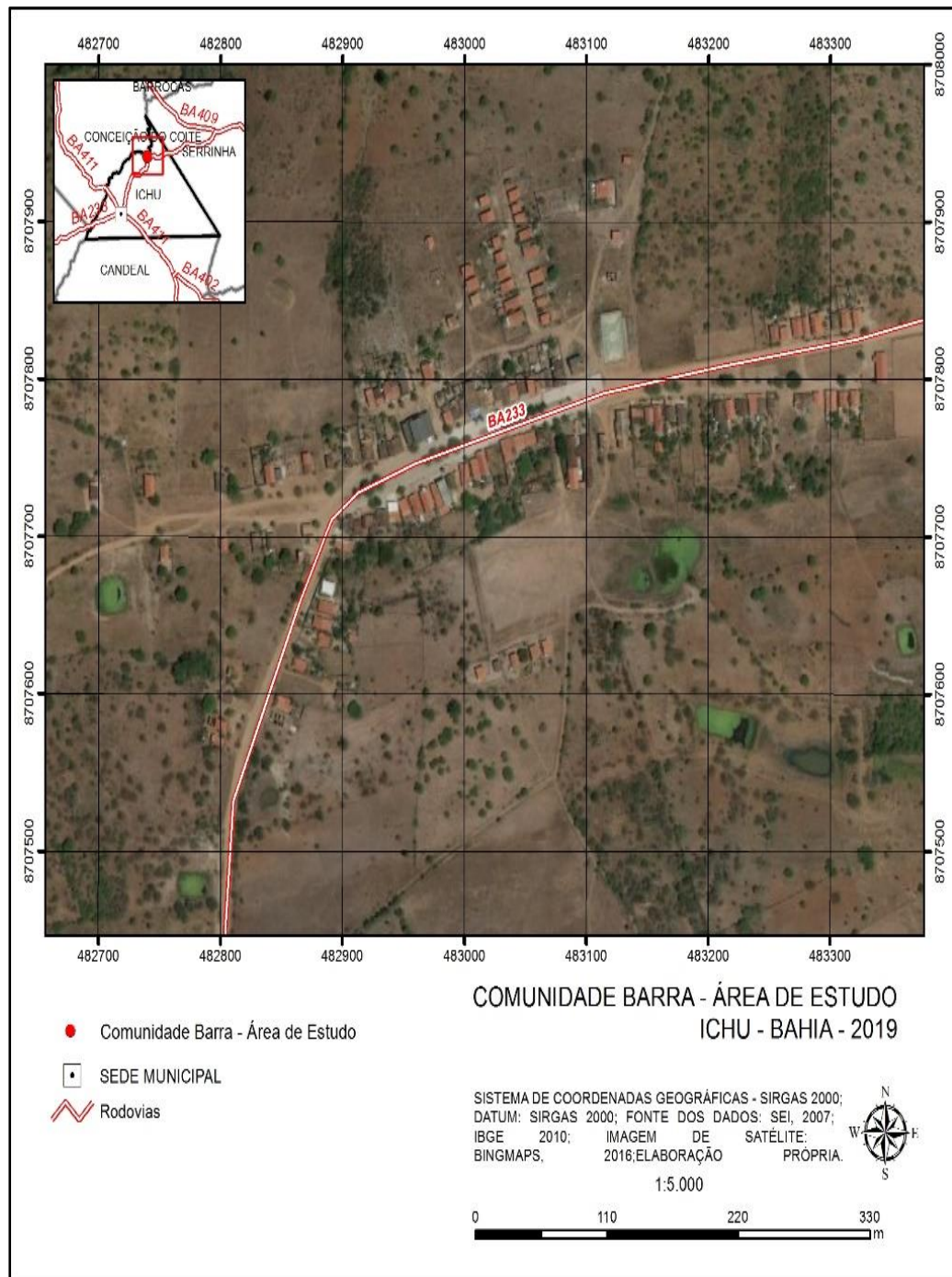
⁹Informações fornecidas pelo SEI. Disponíveis em:
[file:///C:/Users/usuario/Downloads/Pergil%20de%20Ichu%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/Pergil%20de%20Ichu%20(2).pdf)

Nesta comunidade é marcante a ausência de oportunidades econômicas, tendo em vista uma escassez de recursos materiais indispensáveis à manutenção da existência física. A economia se mantém a partir dos resultados da agricultura familiar. Não há centros de produção industrial, e o comércio é incipiente. Nessa conjuntura, não surpreende que os índices de desenvolvimento humano sejam muito baixos. Grande parte da população sobrevive ou complementa renda com recursos advindos de programas de assistências do Estado. Os incentivos governamentais também servem para conceder vigor às iniciativas de empreendimentos rurais ao estilo de cooperativas de agricultura familiar local.

Estando situada numa região com aguda concentração de pobreza, para a comunidade rural em estudo, as políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento regional de pequenos produtores de agricultura familiar representam importante contribuição para o fomento de algumas iniciativas dos pequenos cooperados que agem em sistema de ação cooperativa. A ação cooperada, nesse contexto, não se mostra capaz de subsistir isoladamente e sem auxílio de incrementos financeiros ou auxílio técnico público.

Como tantos outros distritos rurais ou municípios baianos, a comunidade da Barra, como já apontado, surgiu como resultado do desmembramento posterior de uma grande área de fazenda pertencente a um poderoso senhor de terras. No caso em questão, a propriedade era denominada Barrinha e era local de produção de produtos de cerâmica feitos com barro extraído de um dos tanques da localidade. Após a morte do proprietário, as terras teriam sido divididas entre os herdeiros do espólio: filhos e viúvas, visto que ele teria se casado por mais de uma vez. Dessa divisão de espólio, teria resultado o surgimento de pequenos núcleos habitacionais, com construções de pau a pique, os quais, posteriormente, originariam um pequeno povoado que cresceria e se transformaria no atual distrito da Barra, integrado ao município de Ichu (TAVARES, 2011). A figura 4 apresenta o sistema de coordenadas geográfica da comunidade Barra.

Figura 4 – Imagem panorâmica do Sistema de coordenadas geográfica: Comunidade da Barra-Ichu, Ba



Fonte: Carneiro, 2019.

De acordo com dados colhidos no Boletim de Reconhecimento Geográfico da Prefeitura de Ichu (2019), a comunidade da Barra tem um número exato de 19 quarteirões, nos quais se encontram um total contabilizado de 140 residências. Há registro de existência de nove estabelecimentos comerciais não especificados no Boletim. O número de terrenos baldios é de

104. E a quantidade total de imóveis é de 303. Residências classificadas sob a rubrica de “outros”, no Boletim, alcançam o número de 38.

No que se refere a prédios escolares, a comunidade da Barra possui apenas um: o Colégio Santo Antônio, fundado em 08 de fevereiro de 1989. Este colégio municipal oferece educação infantil (creche e pré-escola) e o ensino fundamental I e II (anos iniciais e finais), atende, também, os moradores da comunidade de Varjota, Licuri, Queimada do Meio, Retirinho, Quixaba, Pedra Branca e Boqueirão. Além de ensino, esta instituição oferece aos alunos alimentação escolar, água filtrada, água da rede pública, energia da rede pública, acesso à internet, banda larga. Quanto à estrutura física, a instituição contém: 6 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, cozinha, sala de leitura, banheiro dentro do prédio, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, despensa, almoxarifado, pátio coberto, pátio descoberto. Toda dinâmica da escola é realizada com a cooperação de 26 funcionários.

Sofrendo de forma muito mais acentuada, e aqui particularizamos a assistência do Serviço Único de Saúde (SUS), a comunidade da Barra passou a ser assistida, de forma mais direta, apenas em 2006, por meio do Programa Saúde na Família (PSF). Tal Programa estava atrelado à unidade de saúde Rita Meire Lima Mota (vítima de feminicídio) e atendia a todas as comunidades nucleadas: Nova Esperança, Varjota, Poço Dantas, Barrinha, Fazenda Pedra Branca, Retiro, Queimada do Meio e Boqueirão. Em 2008, a unidade de saúde da Barra foi inaugurada oferecendo atendimento odontológico, clínico e atendimento básico de enfermagem e visita domiciliar. Hoje, Barra oferece atendimento mais ampliado, e a população pode contar com nutricionistas, psicólogos, fisioterapeuta, assistência social, pediatra e outras especialidades. A comunidade também é assistida pelo Programa Saúde na Escola (PSE) e pela visita realizada pelo agente de saúde.

Apesar de apresentar um sincretismo religioso, o catolicismo é predominante nesta comunidade. A sua paróquia é denominada de Sagrado Coração de Jesus e tem Santo Antônio como padroeiro. A igreja é bem organizada e acolhedora (figura 5).

Figura 5 – Paróquia Sagrado Coração de Jesus/comunidade Barra-Ichu-Ba



Fonte: Site do Google¹⁰.

Esta comunidade tem também os times do coração – Barra Esporte Clube e União da Barra, este foi bicampeão do futebol inchuense em 2018. Marcam os festejos: a festa do padroeiro, que segue os festejos juninos, e a tradicional, famosa e badalada festa do colégio Santo Antônio, que, a princípio, era aberta à população em geral, sendo obrigado a restringir este público a apenas aos alunos, em razão do surgimento de conflitos.

Tanto para os moradores quanto para os visitantes, na época de cheias, Barra nos presentearia com o rio Tabôa (Figura 6), visto, pela população e por todos que o visitam, como o lugar natural mais belo da comunidade e ponto de lazer.

¹⁰Disponível em: <https://www.google.com/search?q=comunidade+da+Barra+ichu+bahia&rlz>. Acesso em: março de 2019.

Figura 6 – Rio Tabôa da Barra-Ichu, Ba



Fonte: Site ichunoticias.¹¹

As obras de artes feitas de palhas pelas artesãs também enchem os olhos dos visitantes e dos moradores de Barra. A variedade artesanal envolve crochê, costuras, bolsas e acessórios em geral. A produção artesanal, além de modificar a dinâmica das mulheres artesãs – pois elas se tornam mais ativas socialmente –, é mais uma fonte de renda.

2.2 NOSSA POLPA: GÊNESE

Como tantos outros municípios baianos de pequeno porte, Ichu possui uma grande concentração populacional na zona rural. Devido à escassez de possibilidades de ocupação para mão de obra disponível, a alternativa que se mostra é a de extração de recursos a partir da

¹¹ Disponível em: <http://fotosdoichunoticias.blogspot.com/2013/01/chuvas-em-ichu-na-noite-de-18-19-de.html>. Acesso: março, 2019. Rio Cheio pelas chuvas que caíram no município de Ichu na noite de 18 a 19 de janeiro de 2013.

exploração de produção agrícola. Sendo assim, a agricultura familiar é uma das fontes de rentabilidade da população de baixa renda, na região.

De acordo com uma das fundadoras, (informação verbal¹²), a iniciativa solidária Nossa Polpa surgiu a partir de uma iniciativa da Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus, entidade sem fins lucrativos, localizada no povoado de Nova Esperança, distante 17 km da sede do município de Ichu. A Associação foi fundada no ano de 1999 e, inicialmente, dedicava exclusiva atenção ao atendimento e acolhimento de pessoas com deficiência e idosos em situação de extrema de vulnerabilidade social e residentes na comunidade e cercanias. A ampliação dos trabalhos se deu a partir da constatação de que uma busca por melhoria da qualidade de vida daqueles atendidos pela instituição, os quais permaneciam na condição de semi-internos, passava necessariamente pelo envolvimento dos grupos familiares aos quais eles pertenciam.

Os dirigentes da Associação em questão (informação verbal), quando do contato direto com as famílias dos atendidos pela entidade, verificaram, por meio de uma visita ao local, o estado de vulnerabilidade social em que se encontravam não apenas os semi-internos mas, também, os próprios familiares destes. Feita essa constatação, providências foram tomadas pela diretoria desta Associação, no sentido de estabelecer ações coordenadas coletivas visando uma melhoria das condições de vida daquela parcela da comunidade. Uma dessas ações se caracterizou no diálogo entre Associação, Secretaria da Educação e Saúde do município e assessoria do MOC, entidade que se encarregou de mobilizar especialistas (não especificados no depoimento) os quais promoveram estudos e análises acerca das potencialidades e necessidades econômicas imediatas daquela comunidade. A conclusão a que se chegou foi a de que a alternativa produtiva mais viável – dado o perfil dos agentes envolvidos – seria a da agricultura.

Associados e cooperados relatam que a maioria das famílias possuía apenas pequenos quintais para serem utilizados como área de plantio, ou sequer detinham posse de terras de qualquer extensão por mínima que fosse. A Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus, no ano de 2005, disponibilizou uma pequena área de sua propriedade para cultivo coletivo de hortaliças com o fim de melhoria da renda familiar dos integrantes¹³ dessa

¹² Informações concedidas ao pesquisador Osvaldo Junior de Oliveira Carneiro, em Ichu, 2018, e obtidas através das reuniões feitas com a diretoria da Associação Comunitária dos Amigos da COOPERAGIL, na sede da associação na comunidade Nova Esperança. Nessas reuniões foram colhidas informações acerca da história da formação da citada entidade e contou com a participação de diretores e ex-diretores, associados e cooperados, incluindo pessoas da comunidade que não mais pertencem aos grupos de produção. Colocamos

ação comunitária. Esse grupo inicial – ou núcleo do que futuramente seria a cooperativa – cresceu e atraiu outros participantes, a maioria mulheres jovens, contam ex-dirigentes.

Em sua narrativa, a fundadora sublinha que, em 2006, foi criado o primeiro grupo de produção na comunidade de Nova Esperança, denominado Sabor da Terra e que, com o auxílio do MOC, foram desenvolvidas atividades de capacitação profissional, o que permitiu a expansão do processo de produção de frutos da terra e de sua comercialização. Nesta fase, afirma ela, os agricultores produziam basicamente geleias e polpas de umbu e cajá. A partir do ano seguinte, o sistema de produção e o número de integrantes da associação cresceram, computando, hoje, 44 integrantes. Outras comunidades do município passaram a ser visitadas por grupos de pessoas ligadas ao projeto com o intuito de agregar novos interessados, foi dessa forma que a comunidade da Barra se integrou à essa iniciativa solidária. Nessa comunidade, as forças produtivas locais estavam voltadas para o plantio de mandioca e fabricação de geleias e doces produzidos com matérias primas vindas das áreas vizinhas de Licuri e Boa União. A assessoria do MOC, em parceria com a diretoria da Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus, propôs que fosse criada uma cooperativa que agregasse esforços dos trabalhadores agrícolas locais e contribuísse para a melhoria de suas condições materiais de existência, conforme diretores e ex-diretores, associados e cooperados

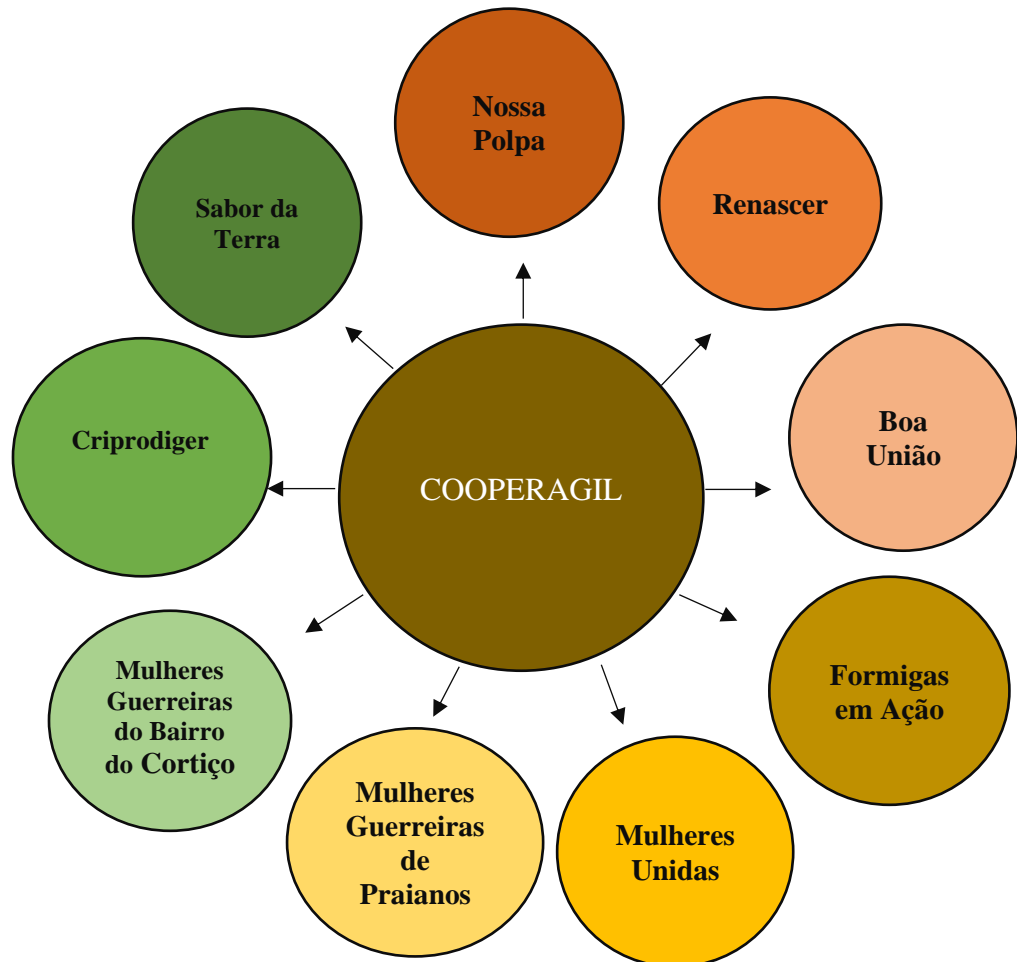
A criação formal da COOPERAGIL se deu no dia 1º de dezembro de 2007, na sede da Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus, povoado de Nova Esperança, município de Ichu. O ato fundacional foi assistido pelos 20 primeiros membros e por pessoas outras, associadas ao processo de organização da entidade cooperativa como assessores do MOC, um representante da União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia (UNICAFES-BA)¹⁴ e pessoas da comunidade (ATA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERAGIL, 2007, p.1). Um acordo firmado entre as partes interessadas permitiu que os grupos que se encontravam associados à Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus migrassem para a cooperativa e passassem a integrá-la. Esse acordo permitiu que, durante algum tempo, ambas as iniciativas de organização popular trabalhassem juntas dividindo espaço físico e equipamentos, trabalhando de forma conjugada e em dias alternados.

A COOPERAGIL atualmente está organizada em nove grupos de produção: Sabor da Terra (GST), Renascer (GR), Cripodiger (GC), Mulheres Unidas (GMU), Mulheres Guerreiras

¹⁴ Criada em novembro de 2006 e surgiu da necessidade de que uma entidade representasse e batalhasse pelos direitos e interesses das cooperativas de famílias de agricultores e economia solidária espalhadas pelo Brasil. (ONLINE, 2018). Disponível em: < <http://www.unicafesba.org.br/a-unicafes-bahia.php> >. Acesso em ago.2018.

do Bairro do Cortiço (GMGBC), Formigas em Ação (GFA), Mulheres Guerreiras de Praianos (MGP), Boa União (GBU) e o grupo Nossa Polpa (GNP) (ver figura 7), a este último será dado destaque neste estudo por se caracterizar a nossa via de objeto de análise, escolhido, por mim, pelo critério de relação de aproximação com o grupo.

Figura 7 – COOPERAGIL: grupos de produção



Fonte: Elaborado por Carneiro a partir de dados fornecidos pela COOPERAGIL, 2019.

Estes grupos atuam no segmento econômico da agricultura familiar através do processamento, beneficiamento, “industrialização” e comercialização de seus produtos. Desses grupos, há os que trabalham com derivados da mandioca e bolos, com polpas de frutas, com produção de temperos seco, e com artesanatos, os demais sócios cooperados são produtores de

hortaliças (Informação verbal)¹⁵. Estes dados e outros, como número de componentes e local de funcionamento, estão apresentados no quadro (1).

Quadro 1 – COOPERAGIL: grupos de produção

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇO PADRE LEOPOLDO GARCIA-GARCIA			
GRUPOS DE PRODUÇÃO	LOCAL	PRODUTO	COOPERADAS
Nossa Polpa (NP)	Barra	Polpas de Frutas	10
Sabor da Terra (ST)	Nova Esperança	Bolos, sequilhos e doces	10
Renascer	Licuri	Derivados de mandioca	07
Criprodiger (GC)	Sede do município	Beiju feito na hora, doces e bolos	06
Mulheres Unidas (GMU)	Morro Redondo	Derivados de mandioca	04
Mulheres Guerreiras do Bairro do Cortiço (GMGBC)	Sede do município	Tempero seco	05
Formigas em Ação (GFA)	Formigueiro	Corte e costura	07
Mulheres Guerreiras de Praianos (GMGP)	Praianos	Corte e costura	06
Boa União (GBU)	Nova Esperança	Tempeiro seco	04

Fonte: Elaborado por Carneiro, dados de pesquisa, 2019.

Afirma uma das fundadoras da associação que a cooperativa ganhou um grande impulso com o convênio de vendas firmado, em 2006, com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instrumentos de compras públicas do governo federal¹⁶. Destaca, também, que as transações comerciais de vendas, firmadas com convênios com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), permitiram significativo incremento da rentabilidade média da associação, se constituindo, com o passar dos anos, em um dos pilares de sustentação do grupo de

¹⁵ Informações obtidas através das reuniões feitas com a diretoria da Associação Comunitária dos Amigos da COOPERAGIL, na sede da associação na comunidade Nova Esperança, em 2018.

¹⁶Notícia veiculada no jornal on-line *Grande Bahia*, em maio de 2012. Disponível em :<<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2012/05/polpas-doces-e-apoio-do-mda-reforcam-renda-de-familias-em-ichu-na-bahia/>>. Acessada em: ago.2018.

trabalhadores cooperados. Todos esses convênios assinados resultaram da participação da cooperativa em processos de concorrência pública e editais.

O PAA, acima citado, foi criado no contexto de mudança da política nacional, com a posse do governo Lula, em 2003, no artigo 19 da Lei 10.696/2003, com a finalidade de incentivar a produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, englobando ações de compra e distribuição de produtos para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como para formação de estoques estratégicos de alimentos. Assim, vejamos:

[...] Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos [...]. (BRASIL, 2003.).

Em 2006, com a criação da Lei 11.326, foi estabelecida a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, ampliando possibilidades de acesso da agricultura familiar ao mercado institucional. Em 2008, através da Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus, a COOPERAGIL passou a comercializar o excedente da produção dos/as associados/as como também ampliou o acesso desses grupos aos mercados.

Com a entrada em vigor da já citada Lei de Agricultura Familiar, Lei 11.326 de 24 julho de 2006, os pequenos produtores de agricultura familiar passam a ser reconhecidos como um segmento produtivo e se encerraram as dúvidas sobre a sua conceituação legal. Os órgãos governamentais e não-governamentais passaram a adotar a conceituação proposta por essa lei para definir com clareza a abrangência do termo *agricultura familiar*, tendo em mira a aplicação das políticas de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar e, inclusive, aquelas relacionadas à previdência social.

A conceituação proposta no texto legal estabelece que para se enquadrar como agricultor familiar e empreendedor familiar rural, o trabalho deve possuir alguns pré-requisitos básicos, dentre os quais merecem ser salientados: não possuir área de terra inferior a quatro módulos fiscais; utilização predominante de mão de obra familiar nas atividades econômicas do empreendimento; que o trabalhador dirija o empreendimento junto com sua própria família. Outro ponto que merece ser mencionado como de valor positivo, é a garantia de participação de agricultores e de seus familiares na formulação e implementação das próprias políticas públicas.

Nesse contexto está a COOPERAGIL, formada majoritariamente por mulheres que se dedicam à produção de cerca de quatro mil quilos de polpa de frutas por mês e cem quilos de sequilhos por semana. Os resultados alcançados permitem reforçar a renda de 180 famílias integradas ao sistema cooperativo. Esta cooperativa se divide em dois centros de produção interligados entre si, os quais se encontram instalados nos distritos de Barra e Nova Esperança, pertencentes ao município de Ichu. Esses dois centros produzem não apenas polpa para ser comercializada junto a órgãos oficiais do governo federal, mas também doces caseiros feitos com alimentos plantados e colhidos pelos membros da cooperativa: são biscoitos ao estilo de sequilhos, beijus, pães de queijo e sobremesas feitas com o coco, todos de grande procura no mercado local.

A produção de biscoitos e produtos similares encontra-se centralizada no povoado de Nova Esperança, mais especificamente em um imóvel doado pela prefeitura do município, para este fim. Nele também funciona um outro centro comunitário, aqui já mencionado, Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus, que exerce funções sociais outras como qualificação de mão de obra, por meios de cursos profissionalizantes, e trabalho com idosos, por meio de recreação, alfabetização, artesanato, canto, dança, e atividades folclóricas. A associação trabalha também com formação de jovens, capacitando-os através de atividades ligadas à agricultura familiar e outras ligadas ao artesanato, bordados, fibras, pinturas em tecido, costura, por exemplo.

Dado a importância da COOPERAGIL para a fomentação de renda dos grupos a ela associados, busca-se verificar até que ponto a iniciativa solidária contribui para a melhoria da qualidade de vida das mulheres associadas ao grupo Nossa Polpa – centro de produção de polpa de fruta instalado na comunidade da Barra, grupo associado à COOPERAGIL.

2.2.1 Nossa Polpa: um fruto de possibilidades

O nosso objetivo central com esta pesquisa é verificar até que ponto a iniciativa solidária contribui para a melhoria da qualidade de vida das mulheres cooperadas ao grupo Nossa Polpa, visto aqui como elemento de construção do Bem Viver.

Para isto, foram realizadas revisão bibliográfica e análise de documentos a partir da pesquisa documental. Além desses procedimentos, a fim de conhecer melhor a dinâmica do grupo em estudo, destaca-se a construção da linha do tempo, elaborada pelas mulheres associadas, como suporte metodológico de representação visual dos eventos que nos ajudaram

a entender melhor a história do grupo desde a sua gênese aos dias atuais, aprofundando, assim, as informações inicialmente apresentadas.

A linha do tempo, que se configurou como um diagnóstico, foi construída em contatos anteriores em reuniões e observações sobre o espaço de participação do grupo, as quais culminaram com uma oficina¹⁷ na qual as mulheres cooperadas e participantes deste estudo foram convidadas a contar a história do grupo, em conjunto. Unidas, as mulheres cooperadas discutiram entre si e nos forneceram dados e informações que contribuíram para tecer a linha do tempo formativa da história e das perspectivas do grupo. No quadro 2 estão elencados os pontos norteadores da autocaracterização do perfil socioproductivo do grupo estudado.

Quadro 2 – Autocaracterização do perfil socioproductivo do grupo Nossa Polpa

CARACTERÍSTICAS	JUSTIFICATIVA
Surgimento do grupo	Dificuldades e necessidades para dar origem a um grupo socioproductivo
Identificação da iniciativa solidária	Necessidade de responsabilizar-se pelas atividades e avanços
Área de produção	Segmentação/especificação de área para melhor produzir
Local de funcionamento	Necessidade de espaço próprio
Segmento por cadeia produtiva	Localização de possibilidade produtiva na cadeia produtiva
Números de cooperados (as)	Necessidade de identificação definição do grupo
Estrutura física e materiais	Garantia de espaço de trabalho
Parcerias com entidades governamentais e/ou não governamentais	Identificação de parceiros afins
Dados econômicos e financeiros	Organização e medidas dos primeiros dados financeiros
Rendimento mensal médio dos cooperados	Análise dos primeiros rendimentos para perspectivas futuras
Zonalidade na produção e comercialização	Compreender o espaço/tempo de produção
Crítérios de remuneração dos cooperados	Compreensão da remuneração em relação ao trabalho, capital e à produção do grupo
Mercado de comercialização e sistema de entrega dos produtos	Observação ampla do mercado vigente e do mercado possível
Local, regional, estadual, etc.	Amplitude das ações de negócio
Característica do cliente	Compreender os clientes numa perspectiva futura e de continuidade da atividade
Identificação dos pontos críticos	Avaliação dos limites e dificuldades

Fonte: Elaborado por Carneiro, dados de pesquisa, 2019.

¹⁷ Nesta oficina foram utilizados papel metro, caneta hidrocor e hidrográfica, para a elaboração da linha do tempo.

Para as análises das informações obtidas a partir da linha do tempo, utilizou-se a Matriz “SWOT” *Strengths, Weaknesses, Opportunities, e Threats* – Matriz FOFA, Matriz de Organização, baseada nos seguintes aspectos: Fortaleza, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças. Esta matriz foi desenvolvida entre as décadas de 1960 e 1970 por Albert Humphrey, na Universidade de Stanford, e rapidamente se transformou em exercício/método utilizado por todas as principais empresas do mundo na formulação de suas estratégias por permitir cruzamento de cenários. O criador desta matriz estava preocupado em entender a falha no planejamento de grandes empresas. Hoje, os direcionamentos propostos por Humphrey são utilizados por várias empresas e atingem grupos organizacionais diversos. Encontramos a Matriz FOFA no guia prático Diagnóstico Rural Participativo (DRP), proposto por Verdejo (2010), que orienta o uso desta Matriz na defesa de que ela tem o papel de “identificar, analisar, visualizar a situação atual dos grupos para conseguir[mos] um fortalecimento organizativo” (VERDEJO, 2010, 47). No DRP, a Matriz FOFA é traduzida da seguinte maneira:

[...] **Fortalezas** são fatores no interior do grupo que contribuem para o seu melhor desempenho. **Fraquezas** são fatores no interior do grupo que influem negativamente sobre o desempenho. **Oportunidades** são fatores externos que influem ou poderiam influir positivamente no desenvolvimento organizativo do grupo, porém sobre os quais o próprio grupo não exerce controle. **Ameaças** são fatores externos que influem negativamente sobre o desenvolvimento Organizativo do grupo, porém sobre os quais o próprio grupo não tem controle [...]. (VERDEJO, 2010, p. 48, grifo nosso).

Na nossa proposta, a Matriz FOFA sofreu uma adaptação e foi utilizada como ferramenta de análise dos dados obtidos a partir da construção da linha do tempo na qual foram apresentados dados do grupo Nossa Polpa, desde o seu nascimento até os dias atuais.

Considerando as informações registradas, as quais partiram da memória do grupo de mulheres associadas, tem-se como objetivo conhecer o grupo Nossa Polpa a partir do mapeamento das atividades exercidas pelas mulheres e as cooperadas, e identificar o sistema interno de funcionamento desse grupo. Nesse primeiro momento, com as informações obtidas, o trabalho é o de análise, descrição e caracterização do grupo.

Os procedimentos acima descritos foram realizados, como já apresentado, com o objetivo de conhecer o grupo a fim de caracterizá-lo e identificar as Fortalezas, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças na sua organização e na sua produção para, posteriormente, serem identificados as mudanças advindas da dinâmica do grupo e a sua representatividade na vida das mulheres cooperadas/informantes e, em seguida, avaliarmos e identificarmos os desafios a serem enfrentados pelo grupo, na tentativa de intervir, junto às mulheres cooperadas, em busca

de alternativas que visem melhorias na qualidade de vida do grupo. Para o alcance destes objetivos foram realizadas leituras norteadoras tanto para o que se refere à metodologia para coleta de informações quanto para os direcionamentos que servirão de base analítica. Os caminhos ora percorridos nos direcionam para a adoção dos pressupostos da chave analítica do Bem Viver propostos por Acosta (2006).

2.3 O BEM VIVER: DIMENSÃO HOLÍSTICA

O Bem Viver é uma conceituação de certa amplitude pois tenciona abarcar manifestações diversas da experiência humana. Mais do que uma filosofia, o conceito aponta em direção a uma mudança de paradigmas no que se refere ao modo do homem interagir com a natureza e com outros ambientes nos quais se insere. Como nos orienta Acosta (2006), a proposta teórica, em questão, deve ser entendida como uma quase ruptura civilizacional pois tem por meta a construção de sociedades igualitárias, harmônicas, solidárias e centradas num projeto de desenvolvimento sustentável. É uma forma de recriar uma simbiose entre o homem e a natureza em moldes parecidos com os que existiam em sociedades tradicionais do continente americano, notadamente as Andinas, que servem de modelo histórico para Alberto Acosta fundamentar suas teses.

[...] O Bem Viver é uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formulação de visões alternativas de vida. [...] pode servir de plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais [...]. (ACOSTA, 2006, p.33).

Acosta (2006) propõe uma crítica mais ampla daquilo que, segundo ele, foi um dos erros das formulações políticas de grupos de fundamentação esquerdista na América Latina, ou seja, o de (quando no poder) promover as mesmas formas de produtivismo e consumismo capitalista, esquecendo-se de promover mudanças de bases estruturais no que se refere às questões sociais, econômicas ou políticas.

Desse modo, o conceito de Bem Viver adquire uma significação de possibilidade ao desenvolvimento pautado em direitos humanos e nos direitos do meio-ambiente: uma lógica não atrelada ao acúmulo de capital e depredação do homem e da natureza que o cerca. Em princípio, Bem Viver é um novo paradigma que se propõe a repensar o modelo tradicional de desenvolvimento ao tempo em que se buscam novas alternativas que resgatem valores antigos de sociedades tradicionais da América. Complementaridade, reciprocidade, harmonia e respeito

ao ambiente natural são alguns dos termos que integravam a mentalidade de grupos sociais tradicionais do continente.

O conceito de Bem Viver também se encontra associado a uma perspectiva ética. Um conjunto de valores que regulamentam o padrão comportamental coletivo de um determinado grupo social. Uma ética comportamental apoiada sob uma visão holística da realidade: o mundo como uma interconexão de ações que quando não adequadamente executadas resultam em graves danos coletivos para todos. Daí porque, como insiste em destacar Hunacuni (2016), a Modernidade na cultura ocidental elegeu o “viver melhor” como um de seus fundamentos. O viver melhor sempre implicou numa ação competitiva e no cultivo de um comportamento egoísta ao estilo do homem que constrói seu próprio destino. Nesse contexto o que vigora é um cenário de todos contra todos e onde sempre vence o mais forte, o mais bem-dotado de recursos. Há outras possibilidades de organização social e de um viver em comunidade, distante desse ideário capitalista que comprovadamente trouxe aos homens desesperança coletiva e solidão. Hunacuni (2016) considera ser necessário a aplicação de novos paradigmas que contemplem uma dimensão holística e não privilegiem o ideário homogeneizador capitalista que despersonaliza e coisifica o homem.

O conceito de Bem Viver, proposto por Acosta (2016), pode ser visto como uma oportunidade de visualizar outros mundos, distintas formas de organização do sistema econômico, é o que faz notar o referido teórico. O que está em jogo – ainda segundo este estudioso – é a validade de utilização de um conceito de progresso propagandeado por dirigentes políticos latino-americanos, modelo este centrado na acumulação infinita de bens e capitais e na exploração predatória de recursos naturais, o que pode comprometer, a logo prazo, a cadeia de sustentabilidade ambiental. Muitos grupos políticos dominantes nas sociedades dos países do continente americano ainda se atrelam a uma retórica desenvolvimentista que defende uma espécie de miragem: a de que é possível obter crescimento econômico nacional depredando o patrimônio ambiental. Os resultados concretos dessa postura são do conhecimento de todos: tragédias como o rompimento da barragem em Bento Rodrigues, no distrito de Mariana, cidade mineira, em novembro de 2015 (Figura 8); e em Brumadinho (Figura 9), também em Minas Gerais, em janeiro de 2019, e outras de menores ou maiores proporções que aconteceram e, infelizmente, acontecerão nas mais diversas regiões do Brasil.

Figura 8 – Rompimento da barragem de Fundão/Bento Rodrigues- Mariana-MG



Fonte: Luis Eduardo Franco, 2015¹⁸.

Figura 9 – Rompimento da barragem da Vale em Brumadinho-MG¹⁹



Foto: André Penner/AP, 2019.

¹⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html>>. Acesso em: mar.2019.

¹⁹ Disponível em : <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/02/a-tragedia-da-barragem-de-brumadinho-em-fotos.ghtml>>. Acesso em: mar.2019. 26 de janeiro - Vista aérea da destruição, um dia após o ocorrido.

Dessa forma, Bem Viver deve ser compreendido numa acepção ampla, que incorpora possibilidades variadas, unidas pela proposta de construção, um modo alternativo de organização da sociedade, o qual não aspira necessariamente a tornar-se mais um dentre as supostas vias de contraposição ao desenvolvimento do capitalismo. Embora contenha traços de pensamento utópico, não deve ser confundido com uma utopia sem fundamento no real. Trata-se antes de uma construção teórica política que pretende interferir na realidade, tencionando aplicar um conceito de desenvolvimento baseado em princípios de solidariedade, valores humanos e sustentabilidade. Assim sendo, há um repúdio aos ideais de acumulação de bens desnecessários ou acúmulo de capital. Igualmente reprováveis seriam – como ainda nos faz saber Acosta (2016) – posturas ou práticas como a de exploração desenfreada de recursos naturais, mesmo que isso custe a depredação permanente de recursos naturais escassos.

O Bem Viver possui uma dimensão holística pois aspira ao convívio harmônico entre o as pessoas e meio ambiente numa perspectiva de uma convivência com a natureza na qual o indivíduo se vê como parte de um todo, de uma ampla rede natural com a qual deve interagir harmoniosamente. A chave analítica do Bem Viver (ACOSTA, 2016), por conseguinte, nos direcionou ao alcance do objetivo central desta pesquisa.

No capítulo seguinte, estão expostas as análises das informações obtidas a partir da construção da linha do tempo; análises estas que foram realizadas sob os direcionamentos da matriz analítica FOFA e, por sua vez, se constituíram em dados que foram analisados com base nos pressupostos da chave analítica do Bem Viver, Acosta (2016).

3 NOSSA POLPA: FORTALEZAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADE E AMEAÇAS

Há variadas formas de definir economia solidária ou empreendimento solidário, isto depende da perspectiva teórico-analítica que se tenha por referência principal. Para fins da presente pesquisa, objetiva-se uma conceituação preliminar acerca das atividades produtivas exercidas pelo grupo Nossa Polpa. Desta forma, foram utilizados os conceitos de economia solidária e o de empreendimento solidário que foram aprovados na 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (I Conaes):

A **economia solidária** é um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito que são organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob as formas coletivas, democráticas e autogestionárias.

[...] **Empreendimentos solidários** são organizações coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados. (apud, SEGATO, 2011, p.12, grifo nosso).

O grupo Nossa Polpa foi visto, desde as formulações iniciais desta pesquisa, como uma iniciativa de economia solidária. Em busca de informações que ratificassem esta assertiva, apresenta-se, neste momento, a análise das informações obtidas a partir da elaboração da linha do tempo construída pelas mulheres cooperadas, numa perspectiva nossa de conhecer o perfil socioprodutivo do grupo Nossa Polpa, considerando aspectos estruturais e funcionais, particularizando as Fortalezas, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças. Estes aspectos, como já sublinhado no capítulo anterior, foram analisados sob os direcionamentos da Matriz FOFA.

As informações aqui coletas estão descritas cronologicamente e delineadas em linhas do tempo cujas apresentações serão realizadas de acordo com cada bloco de dados. Isto exposto, apresenta-se, aqui, as informações obtidas no que diz respeito à formação do grupo, à infraestrutura e aos equipamentos (figura 10); ao mercado de comercialização do grupo (figura 11); e aos dados econômicos e financeiros (figura 12). Tais informações podem ser vistas nas linhas do tempo correspondentes.

Figura 10 – Linha do tempo: formação do grupo infraestrutura e equipamentos



/ Fonte: Elaborado por Carneiro, dados de pesquisa, 2019.

Figura 11– Linha do tempo: mercado de comercialização do grupo



Fonte: Elaborado por Carneiro, dados de pesquisa, 2019.

Figura 12 – Linha do tempo: dados econômicos e financeiros

PRODUÇÃO ANUAL DE POLPA	FATURAMENTO ANUAL	RENDIMENTO ANUAL DO GRUPO
2006		
4.200kg 16.800,00 1.400,00		2007
		4.600kg 18.400,00 1.840,00
2008		
4.400kg 19.800,00 1.980,00		2009
		5.200kg 24.960,00 2.496,00
2010		
5.500kg 26.400,00 2.640,00		2011
		5.800kg 29.000,00 2.900,00
2012		
5.400kg 27.000,00 2.700,00		2013
		800kg 3.700,00 370,00
2014		
850kg 4.250,00 425,00		2015
		620kg 3.162,00 316,20
2016		
2.100kg 10.710,00 1.071,00		2017
		3.800kg 22.800,00 2.280,00
2018		
4.200kg 25.200,00 2.520,00		

Fonte: Elaborado por Carneiro, dados de pesquisa, 2019.

Analisando esta linha do tempo que apresenta os dados econômicos e financeiros do grupo estudado, observamos que de 2006 para o ano de 2007 houve aumento no valor monetário individual (sobra) recebido pelas cooperadas; este resultado é creditado à saída de duas integrantes do grupo, que era formado por 12 mulheres, passando a compor 10 mulheres. Além

disso, as vendas no grupo, impulsionadas pelas compras institucionais, tiveram um crescimento significativo de 9,5%, ao longo desses dois anos. Observa-se que a produção anual de polpa, no período de 2008, tem uma queda, o faturamento anual e o rendimento do grupo, no entanto, aumentaram. O crédito para estes resultados está no aumento no preço do quilograma da polpa, que passou de R\$ 4,00 para R\$ 4,50.

Entre 2009 e 2011, nota-se um crescimento no faturamento anual do grupo, apresentando uma proporcionalidade de aumento na produção – em razão da comercialização com a prefeitura – e no preço do quilograma da polpa, que passa de R\$ 4,50 para R\$ 4,80 (conforme apresentado na figura 12). Em 2012, como pode ser verificado na linha do tempo *Mercado de comercialização do grupo* (figura 11), o Nossa Polpa se desvincula do PAA, o que faz com que caia a produção e, conseqüentemente, o faturamento e a renda sofram conseqüências de igual teor. Nesse ano, começam a surgir os primeiros sinais da queda na comercialização das polpas. Essa queda fez com que o grupo buscasse outras possibilidades, filiando-se à ARCO Sertão Central, uma Rede de Cooperativas que atuam na comercialização de produtos da Agricultura Familiar.

Em 2013, a nova gestão municipal, somada à desvinculação do grupo do PAA, agrava ainda mais a situação das cooperadas, pois a produção de polpa sofre uma queda acentuada, sendo, novamente, a desvinculação da prefeitura, via PNAE – principal órgão comprador das polpas –, fator determinante para estes resultados negativos. A queda foi de aproximadamente, 86%, o que causou grande desânimo no grupo. Este período de escassez durou até o ano de 2015, obrigando o grupo a buscar outros espaços de comercialização, como a Arco Sertão Central, que é uma cooperativa de comercialização em Rede, a qual a COOPERAGIL se encontra filiada desde 2013. Outro passo importante para a manutenção do grupo, dado com muita dificuldade, foi a busca do mercado comum dentro do município de Ichu.

Todas estas iniciativas trouxeram resultados positivos, mas o retorno da prefeitura na lista de compradores das polpas, para a distribuição na alimentação escolar, alavancou as vendas em 238%: a produção que em 2015 era de 620kg. passa em 2016 para 2.100kg. Assim, o grupo passa de um extremo a outro apresentando aumento considerável na produção, no faturamento e na renda. Sublinhamos que o comportamento da prefeitura se dá em cumprimento a Lei Federal de nº. 11.947,2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica (BRASIL, 2009). Esta lei, dentre outras imposições, impele que:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo **30%** (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios **diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações** [...]. (BRASIL, 2009, grifo nosso).

Este sentimento de bem-estar não durou muito. O município, novamente, passa a ter uma nova gestão, e o grupo sofre no período em que o novo governo “arruma a casa”, fato este ocorrido em 2017, e a produção que era de 7.500kg passa a 4.500kg, queda esta que se mantém em 2018, ano que marca o limite temporal deste estudo, com uma produção de 4.000kg com valor de R\$ 6,00 por quilograma.

Com o objetivo de melhorar este cenário, as mulheres cooperadas solidárias às questões sociais, cientes de seus direitos, e em busca de fazer valê-los, foram à luta e saíram às ruas reivindicando e mostrando que todos devem “ter um lugar ao sol”. A solidariedade no contexto destes grupos se apresenta:

[...] na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e; no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; no predomínio da teoria do valor-trabalho sobre a teoria do valor-utilidade, diferenciando-se, assim, da simples economia popular ou informal [...]. (LIMA, 2011, p, 4).

Todas as características acima apresentadas por Lima (2011) desenham o grupo Nossa Polpa e estão presentes na dinâmica deste grupo e registradas na sua prática diária. Na figura 13, temos o registro das mulheres cooperadas protestando contra a falta de alimentos de qualidade na merenda escolar no município, no dia 09 de setembro de 2017. A participação ativa dessas mulheres teve destaque neste protesto.

Figura 13 – Protesto contra a falta de merenda escolar no município de Ichu



Fonte: Site do MOC, 2017²⁰.

Singer (2005) deixa claro que as práticas pedagógicas não podem ser executadas apenas por via de proposições teóricas, elas devem estar atreladas a uma vivência ou a uma exposição, como esta ação desenvolvida pelas mulheres cooperadas, unidas por uma mentalidade coletiva. Estas mulheres, além de protestarem contra a falta de alimentos de qualidade na merenda escolar, na cidade de Ichu-Ba, protestam contra o afastamento da prefeitura no que diz respeito ao não cumprimento do contrato de compra e venda já estabelecido por lei.

A causa é referente à compra na chamada pública realizada pela prefeitura municipal de Ichu, onde a ARCO Sertão concorreu e venceu, no entanto, a prefeitura não tem cumprido com o contrato. Desde o mês de setembro não houve repasse para pagamento a ARCO, que por sua vez repassa para as cooperativas, causando um transtorno na vida das mulheres cooperadas e conseqüentemente aos estudantes do município que deixam de ter uma merenda de qualidade nas escolas. (MOC, 2017 on-line).

²⁰ Disponível em: <<https://www.moc.org.br/publicacao/geral/2657/protesto-contr-a-falta-de-merenda-escolar-no-municipio-de-ichu->>

Géssia de Jesus, representando da COOPERAGIL, em entrevista ao MOC, comenta:

[...] se a licitação foi para comprar produtos da agricultura familiar, a prefeitura só pegou até o mês de agosto descumprindo o contrato, e ainda por cima servindo merenda sem nenhuma qualidade às crianças. Não apenas como integrante da cooperativa, mas também como mãe, não podemos admitir essas práticas da prefeitura. [...] as crianças não podem ficar se alimentando com biscoito industrializados, com café, nós servimos *cupcake*, sequilhos, sucos de frutas naturais, mingau alimentos da agricultura familiar e com qualidade. (MOC, 2017 On-line).

Além da atuação acima descrita, as mulheres cooperadas da comunidade da Barra passaram a entender que uma ação de organização econômica, inicialmente projetada como forma de combate direto à pobreza, por via da geração de emprego e renda, transformou-se num instrumento de enfrentamento de questões políticas e sociais e, com isto, elas passam a ocupar funções e responsabilidades não mais restritas ao espaço rural/doméstico. Assim vemos: L., atualmente, é diretora da Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus, diretora de comunicação e relações públicas. Sublinha-se aqui que o Centro São João de Deus, faz parte da Rede Arco Sertão, e que L. representa este espaço.

A cooperada (1) é presidente da COOPERAGIL e está em vários espaços de representação. Em 2017, ela apresentou a experiência da COOPERAGIL no *IX Encontro Estadual das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária*. Ela também é integrante do Conselho Municipal de Direitos da Mulher. A cooperada (2) é diretora financeira da COOPERAGIL e está nos espaços públicos de diálogo com o gestor municipal de Ichu. A cooperada (3) representa, junto a outras cooperadas, a cooperativa nos espaços de formação territorial sob gestão das organizações de mulheres e faz parte da rede de mulheres de Ichu, a qual trata de diversas ações voltadas para mulheres, como exemplo temos o enfrentamento à violência de Gênero. A cooperada (4), mulher que tem sua história de vida registrada na revista do Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA/2009), é instrutora e viaja para dar curso de capacitação. Assim, a agricultura familiar funciona não apenas como célula social agregadora de indivíduos sob uma mesma iniciativa, mas também como via de inserção desses grupos em outros núcleos sociais.

Acosta (2006), com a sua proposta do Bem Viver, preza por uma construção teórica política que pretende interferir na realidade, tencionando aplicar um conceito de desenvolvimento baseado em princípios de solidariedade, valores humanos e sustentabilidade. Analisando a imagem acima, o que vemos são mulheres politizadas convidando os moradores à cidadania a partir de um evento que diz respeito a todos. São mulheres da iniciativa solidária

desenvolvendo um senso de cidadania que as faz perceber que as mudanças não podem ser alcançadas apenas com luta e organização coletiva. São as mulheres fazendo história, resignificando e conscientizando a sociedade na qual elas vivem. São mulheres buscando a inclusão e rejeitando o papel de agentes sociais passivos. O que elas querem, portanto, não é apenas inclusão, querem também o direito de exercício pleno de suas aspirações interiores. Estas mulheres não aspiram tornar-se mais uma dentre tantas outras.

O grupo Nossa Polpa concilia-se ao Bem Viver por não ser apenas mais um dentre as supostas vias de contraposição ao desenvolvimento do capitalismo. Trata-se de uma iniciativa que agrega um grupo de pessoas (10 mulheres trabalhadoras rurais) que atua num sistema de cooperativa autogestionada de produção de pequeno porte. A ES não visa ao lucro incessante, muito menos visa à exploração da mão obra. Nessa direção, o grupo Nossa Polpa pertence a todas as cooperadas, o que possibilita uma gestão democrática, e sobre cada uma recai um mesmo conjunto de regras que coíbem possibilidades de lucros ao estilo do grande capital financeiro, o rendimento é compartilhado de forma igualitária entre as cooperadas. Todas as tarefas são definidas por elas em assembleias, inexistente um sistema de divisão hierárquica de trabalho ou um grupo de chefia encarregado de decisões administrativas tomadas isoladamente.

Nessa direção, portanto, a totalidade das integrantes possui cotas de participação financeira e cotas de responsabilidade sobre a gestão coletiva e elas trabalham harmonicamente pois todas são importantes na produção das polpas de frutas: “[...] aqui cada uma tem uma função, se eu parar aqui, não funciona aqui. Aí, essa daqui se parar já não funciona, a dali da despoldadeira, a mesma coisa [...]” (COOPERADA 6, 2019). Todo o processo para que o produto final seja produzido é realizado com muita responsabilidade e carinho por elas. Uma das cooperadas explica como faz para colocar as polpas ensacadas no freezer: “ para arrumar as polpas tem que pegar elas com muito carinho para que ela fique bem certinha, porque não adianta a gente fazer com tanto trabalho e depois entortar, né. Elas têm que ficar perfeitinha [risos]. Aí quando elas empedram, elas ficam perfeitinhas. Aí quando a gente não arruma ela direitinho, aí ela fica toda torta, aí até na hora da entrega pra gente arrumar ela no isopor é dificuldade porque ocupa muito espaço. Então, por isso que a gente tem que ter aquele cuidado de arrumar elas direitinho porque nosso produto é de qualidade, e como é que a gente pega um negócio de qualidade todo mal feito pra entregar, não tem como né? (COOPERADA 4, 2019). Nota-se, no relato, que há uma grande preocupação com a qualidade do produto.

Outra questão que é essencial ser apontada aqui é a satisfação que estas mulheres têm em trabalhar em grupo, e neste grupo. Elas (cooperadas 8 e 2) falam de um ambiente harmônico e solidário. Assim vemos: “[...] aqui eu tô com minhas amigas, a gente se dá todo mundo

super bem. O dia da gente aqui é maravilhoso. Então prefiro ficar aqui do que voltar pra Salvador” (COOPERADA 8, 2019). “Pra mim é muito gratificante tá no grupo não só pelo trabalho mas também pela união que o grupo tem e consideração que tem, assim, em relação às dificuldades, tá uma unida pela outra, ajudando a outra, coisas que não é só aqui no grupo, mas fora na rua também. Eu acho que cada uma aqui tem esse interesse de lá fora fazer o mesmo, querer ajudar as pessoas como aqui a gente ajuda uma a outra. Em relação ao trabalho também é sempre bom e quando fica sem trabalhar todo mundo fica doido, como eu mesmo tô afastada vai fazer três meses que não participo da produção toda por conta da gestação e eu fico em casa doida pra tá aqui na resenha com elas [risos] e eu acho que todo mundo aqui sente a mesma coisa porque não é bom você dentro de casa, e aqui a gente se diverte muito com nossas resenhas e eu acho que o importante de tudo é isso: é a gente aprender uma com a outra aqui dentro, ter sentimentos, e levar lá pra fora e mostrar lá fora também o que é isso, porque tem muitas pessoas que não têm nem ideia do que é trabalhar em grupo, não têm ideia do que é sentir pena da outra, querer ajudar a outra, e aqui isso acontece”(COOPERADA 2, 2019). Como bem sublinha Lima (2011, p.3), a solidariedade e a cooperação são “[...] princípios basilares para um processo educativo e de formação política, do excluído [...]”.

Nota-se, nas falas das mulheres participantes deste estudo, que há um grau considerável de satisfação envolvendo toda a dinâmica diária delas no grupo. As palavras-chave que definem este universo são traduzidas em solidariedade, humanidade, cuidado, amizade, companheirismo e união. Os relatos acima apresentados tomam força quando uma das cooperadas diz: “ o grupo pra mim é tudo! Desde quando eu saio de casa pra vir pra cá fazer nosso trabalho, tá aqui reunidas, então pra mim já é uma alegria tá compartilhando com elas. Até na dificuldade que a gente tem, quando uma precisa da outra, nós tá aqui pra ajudar. Então pra mim, eu tô amando tá aqui” (COOPERADA 7, 2019).

Ao analisar os dados obtidos, tanto a partir da linha do tempo quanto das observações realizadas no grupo, foi possível comprovar o apontado de início: o grupo Nossa Polpa se caracteriza em uma iniciativa solidária e se constitui um elemento de construção do Bem Viver. Estas afirmações podem ser constatadas nas análises seguintes.

Ainda descrevendo e conhecendo o grupo, partimos para a análise dos dados constantes na linha do tempo, tendo como ferramenta analítica a Matriz FOFA, atentando para as Fortalezas, Fraquezas, Oportunidade e Ameaças apresentadas pelo grupo. Nos quadros 3 e 4, subsequentes, reunimos esses elementos e, a partir desse conjunto, apresentamos as considerações.

Quadro 3 – Matriz FOFA / Grupo Nossa Polpa

FORTALEZAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> - Construção da sede própria. - Aquisição de veículos próprios. - Aquisição de equipamentos. -Parcerias: MOC; Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus; Arco Sertão Bahia; Arco Sertão Central; Unicafe Bahia; Cesol Portal do Sertão; Consulado da Mulher. - União do grupo. - Determinação do grupo. - Formação continuada do grupo em parceria com as entidades parceira. - Constituição da Cooperativa de serviço, produção e comercialização. - Integra as Redes Arco Sertão Bahia e Arco Sertão Central. - Filiação à Unicafe Bahia e Nacional. -Matéria prima local/regional para o processamento. - Integrantes do grupo capacitando outros EES em outros municípios/territórios. Melhores condição de vida das cooperadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Espaço inadequado para a certificação. - Produtos sem certificação (polpas de frutas) limitando o mercado. - Falta do marketing. - Falta de ampliação na participação de espaços de incidência política à nível territorial e estadual. - Pouca experiência de gestão advinda da nova diretoria da COOPERAGIL, que integra duas pessoas do grupo na diretoria. - Plano de ação desatualizado da Cooperativa. - Sobrecarga das mulheres na dupla jornada de trabalho. - Falta de valorização pelos gestores, município e comunidade da produção local. - Falta de capital de giro. -Falta de local para armazenamento do produto na época da safra (umbu).

Fonte: Elaborado por Carneiro, dados de pesquisa, 2019.

A discussão sobre a ideia de redes comunitárias de venda se encontra na gênese da economia solidária, visto que se propõe a ser um circuito de cooperação mútua entre empreendimentos solidários dos mais diversos. O grande desafio das redes de comércio solidário é construir espaços públicos de negócios visando justiça e bem comum. Contudo, a eficaz estruturação de uma rede reclama a necessidade de criar um sistema de organização capaz de armazenar e distribuir os produtos para um mercado local ou de maior amplitude regional. Nenhuma dessas metas poderá ser alcançada sem a existência de vínculos e parcerias firmadas com entidades comprometidas com o incentivo aos projetos de organização de cooperativas solidárias, constituindo-se, dessa forma, um diálogo social fomentador de parcerias e gerador de projetos (GUERIN, 2005).

Para Acosta (2006), há outras possibilidades de organização social e de um viver em comunidade que se distanciam do ideário capitalista, que comprovadamente trouxe aos homens desesperança coletiva e solidão. Nesse universo de possibilidades, o Bem Viver pode ser visto como uma oportunidade de visualizar outros mundos, distintas formas de organização do sistema econômico.

Nesta perspectiva, o grupo Nossa Polpa manteve, desde antes mesmo de sua criação formal, vínculos com importantes associações parceiras, sem as quais talvez não fosse possível o prosseguimento dos trabalhos. O primeiro deles foi firmado com o Movimento de Organização Comunitária (MOC), que ao longo dos anos forneceu suporte teórico-prático e intermediou contatos com outras organizações governamentais ou não governamentais. Desses contatos surgiram oportunidades de negócios via assinatura de contratos com programas governamentais de aquisição de alimentos, fortalecendo, assim, o grupo. No quadro 3, acima, temos a vinculação do grupo à Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus; ao Arco Sertão Bahia; ao Arco Sertão Central; à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e à Economia Solidária-Unicafes Bahia; ao Cesol Portal do Sertão; e ao Consulado da Mulher.

Como faz notar Singer (2006), o que boa parte dos empreendimentos solidários no Brasil possui em comum é a carência de capital e a dificuldade de se consolidar e se viabilizar economicamente. Daí a importância de parcerias que possam permitir acesso a mercados de comercialização de produtos ou trazer incentivos sob forma de concessão de microcrédito para cooperados solidários. As parcerias firmadas com o objetivo de melhoria das condições materiais da cooperativa permitiram aquisição de conhecimento técnico indispensável ao prosseguimento do empreendimento solidário. Possibilitou ainda a inserção numa rede de comunidades de comercialização solidária. Wellen (2012) defende que as redes solidárias podem funcionar como contraponto ao gradativo processo de precarização do trabalho e ao retrocesso das políticas sociais que vitima os setores mais vulneráveis da sociedade.

Cumpram ainda destacar que das parcerias firmadas pelo grupo Nossa Polpa, também resultaram doações de materiais que se mostraram como instrumentos de incrementos de produção e auxílio ao comércio de produtos. Foram doados utensílios como freezers, para armazenamento de matéria prima, e um veículo automotivo utilizado para transporte da produção até aos locais de comércio. Tais doações viabilizaram os fazeres na cooperativa, os quais antes eram realizados sob sacrifícios das mulheres cooperadas, pois “era de casa, o liquidificador era de casa, do uso da gente. Aí a gente começa a amarrar as polpa, a gente

amarrava, dava um nó, né, aí a gente falava: vigem tá é feia! Mas nós vence. Daqui a pouco nós vai receber uma máquina, uma seladora” (COOPERADA 5, 2019).

Entendendo que a proposta de Acosta – Bem Viver – está sob os princípios de solidariedade, valores humanos e sustentabilidade, no conjunto de fortalezas apresentadas, temos que o grupo Nossa Polpa trabalha com produção de polpas de frutas produzidas na própria região. A matéria prima é adquirida junto a pequenos produtores da agricultura familiar ou produzida em pequenas áreas de cultivo doméstico das associadas à iniciativa solidária.

A organização de cooperativas de produção agrícola familiar pode servir como apoio para manutenção das populações rurais nas suas áreas de habitação original. As cadeias produtivas familiares, desde que com o devido apoio de políticas públicas eficazes que contemplem esse segmento econômico, podem resultar na construção de uma rede de solidariedade através das quais as respectivas comunidades possam auxiliar-se mutuamente na execução de suas metas, ressignificando seu mundo, transformando suas histórias e desenhando uma nova realidade. Isso significa interferir na sua própria realidade, pois “realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser pretendem que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar com ele [...]” (FREIRE, 1996, p.45).

As mulheres cooperadas, em estudo, encontraram na economia solidaria condições básicas que as mantêm na sua comunidade. Ao ser perguntada sobre a possibilidade de sair da sua terra natal para trabalhar em outros centros urbanos, a exemplo de Feira de Santana, respondeu: – “Não, não! Aqui eu me reencontrei, eu amo o que eu faço, eu amo produzir, e aqui é...como, como minhas companheiras diz, né, aqui dá pra gente... o pouco que a gente ganha dá pra gente sobreviver, e a gente faz com muito carinho e com muito amor, hoje eu não faria isso de jeito nenhum. Essa união, essa entrada dentro do grupo modificou a minha vida. Mudou muito, melhorou! ” (COOPERADA 3, 2019).

A cooperada aqui identificada pelo número 4 também descreve a sua satisfação em pertencer ao grupo e o seu conforto em realizar as suas atividades sem ter que se distanciar das suas amigas. Podemos inferir que essa satisfação se estende no convívio com familiares e no não distanciamento da sua terra natal: “Não tinha começado, aí quando começou, eu retornei pra cá, aí comecei a trabalhar, fiquei trabalhando, fiquei trabalhando o tempo todo aqui, aí quando foi o ano passado eu senti a necessidade que eu teria que voltar de novo porque ficou assim meio fraco, aí eu fui, mas não foi a boa escolha que eu fiz. Foi tanto que a escolha que fiz, eu achei que não foi uma boa, tanto que eu voltei pra qui e é aqui que eu estou e é aqui que eu pretendo continuar porque aqui/ficar aqui é bem melhor do que você sair daqui pra ir pra

fora. Aqui eu tô com minhas amigas, a gente se dá todo mundo super bem, o dia da gente aqui é maravilhoso! Então prefiro ficar aqui do que voltar pra Salvador (COOPERADA 4, 2019).

A produção agrícola familiar não se orienta por princípios de plantio e cultivo em larga escala. Ela possui uma lógica distinta atrelada a um nível de desenvolvimento tecnológico e a limites de extensão da área cultivável, fatores estes que conduzem ao florescimento de fortes vínculos com uma determinada localidade. Por se tratar de um núcleo produtivo que contraria o caráter de organização da chamada agricultura industrial, a produção familiar não se subordina rigidamente a índices de rentabilidade e produtividades crescentes ao estilo do grande capital financeiro (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

Em comunidades como a aqui estudada, predominam as escassas possibilidades de rentabilidade e, por isso, o regime de agricultura familiar funciona como um polo agregador de rentabilidade. A ausência de opções de meios de inserção num mercado de trabalho restrito e a quase inexistência de possibilidades de modificações da condição social, por via de vínculos empregatícios formais, tornam a produção agrícola familiar o grande atrativo para populações interioranas. Isto pode ser confirmado nos relatos das mulheres participantes deste estudo, os quais trazem indícios de existência de transformações na qualidade de vida dessas mulheres, embora a análise das falas não nos autorize a estabelecer algum tipo de interpretação em favor de uma tese que possa pleitear a possibilidade de uma substancial transformação econômica derivada da experiência de produção agrícola familiar no sistema cooperativado. Mas levando em consideração as devidas proporções, infere-se que houve mudanças significativas ao perceber melhorias nas condições materiais de existência dessas mulheres, descritas nas falas I, II, III e IV abaixo, das cooperadas de número 3, 5, 6 e 7, respectivamente.

I. “[...] Mudou muito, melhorou! Comprei alguns produtos pra minha pequena lanchonete: comprei mesas, comprei estufa, comprei fogão com o dinheiro da produção e sem contar algumas dívidas que eu tinha quitei. No ponto financeiro, a minha vida melhorou muito porque achei essa oportunidade de trabalhar aqui e, a partir daí, construí o muro da minha casa, coloquei piso na minha casa, comprei uma motinha pra mim, que me serve pra eu vim trabalhar, me ajuda muito, muito mesmo, não sabe? E como é que se diz ...tá dentro de casa, ajudo o marido na feira, quando ele não tem, tenho o meu dinheiro da polpa, a gente reúne os dois e vai. Tem alguma coisa dentro de casa que precisa, né, lençol, uma toalha, uma roupa pra filho...coloquei o piso dentro de casa que não tinha, o piso era vermelho. E isso mudou muito a minha vida, demais, demais! ” (COOPERADA 3, 2019).

- II. “[...] Começamos a trabalhar, não tinha geladeira, aí oh L.!, As meninas me chama de L., oh L. agora tu já compra tua geladeira. O pior não é a geladeira, é o banheiro [risos]. Aí peguei e fiz um banheiro, comecei uma cozinha aí, da cozinha, eu disse: não vou desistir, eu vou fazer um banheiro, precisando mais do banheiro. Tudo isso com o recurso da polpa. Aí quando eu recebi o primeiro dinheiro, eu comecei, comecei a fazer o banheiro. Graças a Deus hoje eu já tenho minha casa, já tenho meu banheiro, já tenho minha geladeira, tomo meu suco gelado..., uma maravilha! [Risos][...]” (COOPERADA 5, 2019).
- III. “[...] eu fui chamada pela professora D., quando iniciou, se eu aceitava participar desse grupo, falei pra ela que sim, e graças a Deus esse grupo mudou muito a minha vida, até porque eu já tinha a minha casa, mas necessitava de algumas coisa, né. E nisso aí, nesse trabalho que eu estou hoje e até agora, graças a Deus, eu já consegui fazer algo, né. Dei cerâmica na minha casa, já tenho banheiro, que eu não tinha, né, então tudo isso me ajudou bastante, e no momento também é um dinheiro que serve muito pra pagar uma conta de água, pra pagar uma conta de luz, me ajudou bastante, graças a Deus! já troca um bujão, já compra remédio pra um filho, né [...]” (COOPERADA 6, 2019).
- IV. “[...] Bom, antes eu trabalhava no PET, ganhava cem, depois passei a trabalhar na cooperativa, a gente tirava mais que isso e pra mim mudou muita coisa porque às vezes a gente tinha, às vezes não tinha e com a ajuda de um grande amigo consegui entrar na cooperativa, sempre vem nos ajudando, e consegui já muitas coisas com o dinheirinho: comprei minha geladeira, meu guarda-roupa, meu sofá e outras coisas menores de casa; então, pra mim, eu acho que melhorou. Se não fosse esse emprego, hoje a gente estaria pior, porque hoje em dia a prefeitura não emprega muita gente, tem aquele negócio de contrato: numa gestão você trabalha, noutra gestão você está fora, depende de quem ganha. Esse trabalho aqui não, independente de política, a gente tá no nosso trabalho e pronto e acabou, e a gente tá indo, não precisa ir lá se humilhar atrás de uma conta de água, de um bujão, de energia. Não é tão muito, mas também não é tão pouco que a gente não possa pagar nossa energia, comprar nossa carne, e é isso aí, e eu espero a Deus que prossiga cada vez mais. [...]” (COOPERADA 7, 2019).

Nos depoimentos acima, as falas estão direcionadas para uma melhoria financeira das cooperadas, no que diz respeito às condições existências, retratada na reforma do imóvel e no suprimento das despesas domésticas básicas. No discurso das mulheres, evidencia-se a

impossibilidade de elas suprirem essas mesmas despesas elementares sem que participassem da atividade exercida na iniciativa solidária.

Modificações sociais de grande vulto, resultantes dos ganhos advindos da iniciativa solidária, não se encontram referendadas nas entrevistas colhidas. O que pode ser dito é que as condições materiais de existência foram modificadas e que o sistema de agricultura familiar, associado ao grupo Nossa Polpa, também sofreu incrementos por conta do aumento de produção derivada das necessidades da cooperativa.

Sublinhamos mais uma vez o que diz Mance (2000) ao contrapor o Bem Viver ao consumismo, nos atentando que a proposta não é atrelar o conceito de Bem Viver, necessariamente, à perspectiva consumista de existência, pois, um modo de vivência centrado no solidário deve buscar essencialmente consumir aquilo que é necessário ao existir de um indivíduo, evitando, dessa forma, o consumismo vazio e o acúmulo de bens, postura esta que serve apenas para a depredação dos recursos naturais finitos.

Na comunidade da Barra, as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo associativo coletivista se mostraram favoráveis à formação de uma certa independência econômica, por parte das mulheres associadas, do sistema de produção cooperado. Nas falas das mulheres empreendedoras, encontramos alguns indícios que comprovam essa assertiva, pois ao mesmo tempo que o acesso dessas mulheres a políticas públicas (grupo de iniciativa solidária Nossa Polpa) proporciona a elas ganhos financeiros, também serve de alerta para a existência de outras formas de desenvolvimento econômico, pois elas colocam em prática o que aprendem na cooperativa e direcionam esse conhecimento na fomentação de sua renda, ou seja, elas não ficam presas às finanças da cooperativa e nem acomodadas, elas tomam iniciativas aquecendo a sua economia. Esta assertiva encontra-se explicitamente nos depoimentos (V e VI) que se seguem:

V. “ [...] C. me convidou, aí fui, aí chegou lá tomei bomba de pimenta na cara, aí ela viu que eu era uma mulher guerreira mesmo, me convidou se eu queria fazer parte de um grupo de produção, eu falei que queria, mas a princípio eu não ia entrar como produtora de polpa de fruta e, sim, como pão de queijo. Como eu tinha um pouco de ... de dom, aí vim, aí ela viu que eu levava jeito pra coisa da polpa, aí me colocou também polpa de fruta. Aí daí pra cá, a minha vida é totalmente diferente né? Tomei vários cursos. Hoje...os cursos que eu tomei coloco em prática, hoje sou confeiteira de mão cheia de bolo, faço meus produtos em casa mesmo. Faço para revender pra fora, tenho as encomendas e..e espero que ingresso cada dia mais né? Ter mais oportunidades[...]” (COOPERADA 3, 2019).

VI “[...] O grupo da gente tá de parabéns né? O grupo da gente..., já ganhamos a nossa unidade já tamo perto de mudar pra lá, em nome de Jesus, né? Aí o grupo tá aí né? de parabéns. Também vamos ver agora outra forma de a gente vender outros produtos além da polpa né? O sonho de crescer, crescer mais ainda, ter embalagens pequenas, porque a gente vende mais pra as escolas, e o povo cobra da gente embalagens menores de... Em nome de Jesus vamos chegar lá, em nome de Jesus! [...]” (COOPERADA 6, 2019).

Talvez a implicação mais importante, a menos visível desse processo de ampliação do universo de experiências, seja a do paulatino desenvolvimento de uma consciência política. Da superação das condições precárias de subsistência, resulta um certo nível de abertura intelectual que convida a experimentar novas possibilidades de existência até então desconhecidas ou inacessíveis. O acesso a um instrumental de produção coletiva talvez tenha sido o primeiro e decisivo passo rumo a um processo emancipatório econômico.

Dos depoimentos colhidos, infere-se que as mulheres, membros da cooperativa, obtiveram acesso à atividade e renda, o que lhes permitiu uma melhora na autoestima e aumento nos padrões de vida material. Dessa combinação de fatores, foram geradas outras consequências mais duradouras: as mulheres deixaram de ter como referência laboral, e mesmo social, o trabalho doméstico. Dessa forma, elas passam a interagir com a realidade como sujeitos de suas práticas e como responsáveis pela edificação de seus respectivos projetos de existência. As mulheres cooperadas da comunidade da Barra passaram a entender que uma ação de organização econômica, inicialmente projetada como forma de combate direto à pobreza, por via da geração de atividade rentável, transformou-se num instrumento de enfrentamento de questões políticas e sociais.

Além desses pontos positivos, tem-se a construção da sede própria. “[...] O grupo da gente tá de parabéns né? O grupo da gente..., já ganhamos a nossa unidade já tamo perto de mudar pra lá, em nome de Jesus, né? Aí o grupo tá aí, né, de parabéns. Também vamos ver agora outra forma de a gente vender outros produtos além da polpa né? O sonho de crescer, crescer mais ainda, ter embalagens pequenas, porque a gente vende mais pra as escolas, e o povo cobra da gente embalagens menores de... Em nome de Jesus vamos chegar lá, em nome de Jesus! [...]” (COOPERADA 6, 2019).

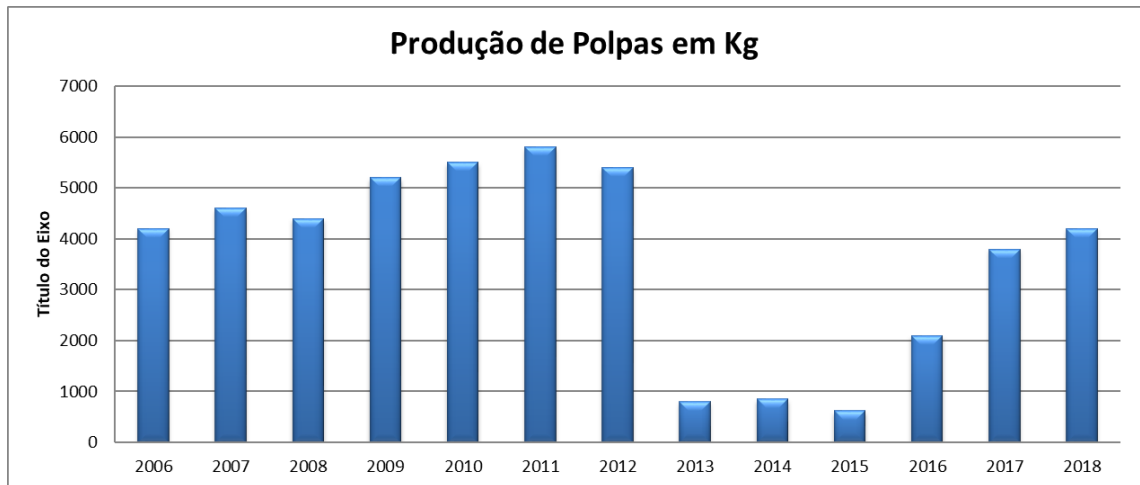
Apesar dos avanços realizados, o grupo Nossa Polpa, a exemplo de tantas outras iniciativas solidárias espalhadas pelo Brasil, se encontra diante de um variado número de entraves a um funcionamento mais efetivo. Por se tratar de uma iniciativa de pequenos agricultores e agricultoras sem qualquer experiência anterior com práticas comerciais cooperativadas ou não, muitas dificuldades organizacionais se apresentaram no início, sendo

que algumas delas foram superadas. Dentre as questões mais urgentes, no que se refere a dificuldades enfrentadas, tem-se a falta de um espaço adequado para estocagem e armazenamento de produção de comercialização perecíveis, inviabilizando a possibilidade de obtenção de uma certificação de qualidade do produto, sem a qual a ampliação do mercado de venda das polpas de frutas se torna inviável. Dessa forma, o crescimento das atividades do grupo fica comprometido.

Há ainda ameaças mais graves a serem enfrentadas pelas mulheres cooperadas. Estas ameaças provavelmente derivaram de uma ausência de planejamento prévio à iniciativa solidária ou da falta daquilo que Kraychete (2011) denomina de procedimentos necessários ao estudo de viabilidade econômica de empreendimentos associativos. Ainda de acordo com este pesquisador, os procedimentos prévios podem permitir ganhos importantes: a identificação de condições necessárias para que o projeto tenha êxito, além do pleno conhecimento do projeto por todos os participantes, levando-os a se comprometerem com suas exigências e implicações. O estudo de viabilidade, dessa forma, almeja antes uma função essencialmente educativa e política, não econômica.

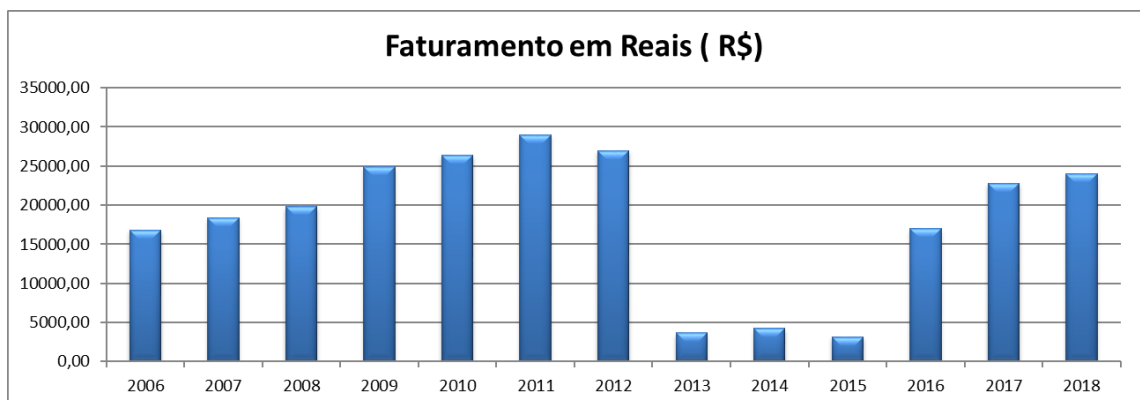
O grupo Nossa Polpa enfrenta ameaças burocráticas como pendências de regulamentação de documentações exigidas pela Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), e falta de valorização por parte do poder público municipal dos produtos da cooperativa. Além de ameaças de outra natureza mais diluídas e de um enfrentamento direto mais difícil – como crises econômicas de conjuntura nacional –, longos períodos de estiagem podem comprometer a produção agrícola. Outra questão comprometedora são as mudanças de governo, visto que novos gestores, a nível governamentais, podem trazer novos paradigmas no que se refere aos programas de incentivo e apoio aos pequenos agricultores e às iniciativas solidárias. As referidas mudanças constam nas linhas do tempo *Mercado de comercialização do grupo* (Figura 11) e *Linha do tempo Dados econômicos e financeiros* (Figura 12), ambas já apresentadas. Nestas linhas do tempo, temos a desvinculação do grupo do PAA em 2012; desvinculação da prefeitura por um período considerável de 2013 a 2015, no qual cai a produção e, conseqüentemente, o faturamento e a renda do grupo, em razão do decréscimo do quantitativo da compra de polpa de frutas. Tal situação está bem representada nos respectivos gráficos de correspondentes figuras de numerações: 14, 15, 16.

Figura14 –Produção de polpas do grupo Nossa Polpa



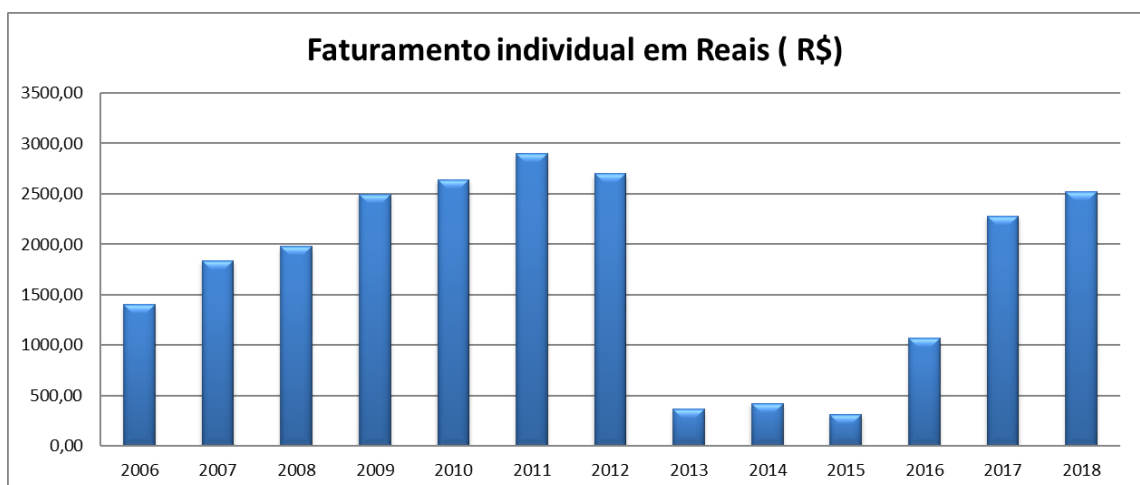
Fonte: Elaborado por Carneiro, dados de pesquisa, 2019.

Figura 15 –Faturamento anual do grupo Nossa Polpa



Fonte: Elaborado por Carneiro, dados de pesquisa, 2019.

Figura 16 –Faturamento individual do grupo Nossa Polpa



Fonte: Elaborado por Carneiro, dados de pesquisa, 2019.

Seguimos com a análise do quadro 4, que trata das oportunidades e ameaças apresentadas pelo grupo Nossa Polpa, quando da narrativa de sua história a partir da elaboração da linha do tempo.

Quadro 4 – Matriz FOFA: Oportunidades e ameaças – Grupo Nossa Polpa

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Acesso aos Programas e projetos voltados para Agricultura Familiar (PRONAGER, Projeto Prosperar, PPIGRE, PAA, PNAE, Projeto ATER Mulheres, Programa Mais Gestão); - Acesso a 1ª. e 2ª. água; - Acesso a projetos governamentais de investimentos (CAR/BNDES, BNDES/CONAB, PROINF); - Parceria com o Consulado da Mulher, na doação, para o grupo, de equipamentos de linha branca; - Acesso ao FRS pela Arco Sertão Bahia; - Comercialização via Arco Sertão Central. 	<ul style="list-style-type: none"> - Regularização da documentação da cooperativa, a qual depende da agilidade da JUCEB; - Crise Política/econômica; - Mudança de governo; - Longas estiagens.

Fonte: Elaborado por Carneiro, dados de pesquisa, 2019.

Conforme aponta Singer (2006), uma das grandes propostas ilusórias do capitalismo é o da primazia do mercado sobre quase tudo. Defende-se a fantasiosa premissa de que o mercado é uma forma de realização pessoal, visto que por meio da competitividade cada um poderia tomar iniciativas, fundar empresas e vender os frutos de seus respectivos trabalhos. Sabe-se, contudo, que a experiência histórica aponta para a falácia dessa estrutura argumentativa. A competição brutal produz desigualdades e níveis crescentes de empobrecimento de camadas vulneráveis da sociedade. Alguns alcançam acúmulo de capital enquanto a maioria acumula apenas perdas. A defesa da competição como a da tese falaciosa de que o mercado é essencial ao capitalismo tem apenas gerado a exploração da força de trabalho e a desumanização do homem.

A racionalidade econômica tradicional impera em todas as dimensões, isso é fato. No cenário da economia solidária, a dimensão econômica:

[...] é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais; uma espécie de ponto de partida das relações sociais e produtivas, sem a racionalidade econômica tradicional, neoclássica, como princípio. (LIMA, 2011, p.4).

O grupo Nossa Polpa manteve e mantém vínculos com outras importantes associações parceiras como a Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus; o Consulado da Mulher; a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); e, principalmente, com as agências Arco Sertão Bahia e Arco Sertão Central. Esta última de significativa importância devido a criação do armazém da agricultura familiar e economia solidária. Um espaço de comercialização articulado em rede e que viabiliza o comércio de parte do que é produzido por diversas iniciativas solidárias do território de cidadania do Sisal, entre as quais se inclui o grupo Nossa Polpa, que utiliza, como matéria-prima para produção, suas comercializáveis frutas originárias da própria região.

Constatamos que o grupo Nossa Polpa teve, ao longo de sua trajetória de formação histórica, algumas oportunidades de crescimento, resultantes de apoio de entidades parceiras, das quais cumpre destacar as mais importantes: o acesso aos programas – por via de participação em editais – e projetos voltados para Agricultura Familiar, Projeto Prosperar, Programa de Aquisição de Alimentos PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), informações verificáveis na *Linha do tempo: Mercado de comercialização do grupo* (figura 11) e no quadro 4 *Matriz FOFA: Oportunidades e ameaças – Grupo Nossa Polpa*. Conforme apontam Mello, Streit e Rovai (2006), um processo contínuo de desenvolvimento local solidário deve se dar através de uma rede de cadeias solidárias, e estas não podem encontrar espaço para seu pleno desenvolvimento agindo isoladas entre si. Por isso, é de grande importância a atuação em redes e a interação com entidades parceiras que forneçam os necessários subsídios teóricos e práticos.

A maior parte dos empreendimentos solidários possui um vínculo que os une – a ausência de capital financeiro para investimentos de produção e custos. Kraychete (2011) diz que essas iniciativas solidárias possuem basicamente o chamado “capital humano”, carecendo, portanto, de meios efetivos de se viabilizarem economicamente. Parcerias firmadas com organismos públicos estatais ou participação em editais de concorrência pública de programas governamentais podem contribuir para suscitar capital de giro e reservas para uso de manutenção. O PAA pode ser uma dessas possibilidades potencialmente capazes de gerar resultados.

A proposta da cooperativa de economia solidária Grupo Nossa Polpa mostra-se, em suas linhas gerais, sintonizada com as propostas do Bem Viver. Sabe-se que o conjunto de reflexões defendido por Acosta (2016) desenvolve uma filosofia, ainda em construção – como bem ele sublinha –, que objetiva primariamente por uma ruptura com as tradicionais teorias de desenvolvimento econômico pautadas numa atitude predatória sobre a natureza e os recursos naturais como um todo. A ideia de competição e exploração desordenada é substituída por um ideário centrado num novo padrão de ordenamento social, político e econômico.

A atenta análise do quadro de número 4 mostra como as ações efetivas do grupo Nossa Polpa podem ser melhor compreendidas à luz da chave interpretativa do Bem Viver. A antiquada proposta dicotômica que divide os países do globo entre áreas de “desenvolvidos” e “em desenvolvimento” não se adequa à realidade de um país de economia periférica como o Brasil, muito menos condiz com as condições vigentes no semiárido baiano. A falaciosa tese do desenvolvimentismo traz consigo a premissa perversa de que se deve imitar modelos de produção importados de zonas que “deram certo”, ou seja, de países ricos. A grave questão é que essa prática conduz, dentre outras coisas, à negação de raízes culturais e à tentativa de imitação de referências simbólicas vindas de alhures. A tese desenvolvimentista exalta a falta de compromisso e de colaboração, propala a suposta eficiência da corrida de todos contra todos e, mais que tudo, elege o egoísmo e o distanciamento como modelos de conduta social (ACOSTA, 2016).

No modelo de gestão associado ao grupo Nossa Polpa vigoram princípios de outra natureza. Trata-se de um paradigma ecosocial e humano que elege como vetor fundamental a solidariedade produtiva com respeito e cuidado aos sistemas de preservação ambiental. Não se mira a produção desenfreada, que aspira o acúmulo de bens matérias mesmo que isso traga consigo nefastas consequências para o ecossistema. “Nem todos atores da economia agem motivados pelo lucro”, diz Acosta (2016, p. 186). As trabalhadoras rurais da cooperativa agem em consonância com esses princípios. Demonstram a viabilidade de ações produtivas que não necessariamente se fundamentam na depredação da natureza em nome de ganhos e mostram ser possível repensar a relação entre as necessidades humanas fundamentais e produção predatória. É possível um outro sistema de relacionamento com o produzir objetivando a sobrevivência.

Do que se fala não é necessariamente de uma apologia à pobreza, mas, sim, de uma nova relação entre produção e consumo – a qual envolva necessariamente a contenção, a solidariedade, no que se refere ao convívio laboral – e de um envolvimento com a natureza, marcado por uma postura preservacionista já que os recursos disponíveis são finitos. Em outras palavras, privilegiar relações renováveis, sustentáveis e autossuficientes. Acosta (2016, p. 167)

sugere adoção de uma prática em tudo condizente com a realidade das cooperadas: “recuperar a produção camponesa proveniente de cada localidade para consumi-la localmente”. Ainda segundo este pesquisador, isso não deve implicar num isolamento de mercados internacionais, mas numa predominância de mercados locais vinculando rural e urbano. A auto dependência de localidades comunitárias poderia contribuir para superar o consumismo e o produtivíssimo predatório ao conceder aos trabalhadores de áreas rurais o protagonismo sobre seus métodos de produção. Os usos de novos artefatos tecnológicos poderiam também incentivar a produção e o consumo de materiais locais, feitos de forma artesanal, e a agricultura orgânica, o que contribuiria para o processo de empoderamento dessas pequenas comunidades e de suas economias (ACOSTA, 2016).

As trabalhadoras rurais do grupo Nossa Polpa, embora inseridas numa rede de produção e consumo ainda incipiente, conseguiram viabilizar micro cadeia produtiva que gera rentabilidade, produzindo sem estar necessariamente subordinadas aos ditames de concepções econômicas tradicionais. Tem-se como resultado do processo uma rede de comércio que integra pequenas comunidades que aspiram um fazer a um fazer autônomo e a um reconhecimento enquanto sujeitos capazes de gerirem seus destinos individuais e coletivos. Os grupos comunitários se apoiam e oferecem auxílio mútuo no que se refere a questões de gestão e de partilha de saberes. Iniciativas de cooperativas solidárias podem gradualmente oferecer contributos para fortalecimento de uma democracia mais inclusiva. Isso pode acontecer por meio da valorização da pluralidade cultural e de suas idiossincrasias como autogoverno e autodeterminação no que tange a temas econômicos. Não seria apenas uma questão de reconhecimento de grupos sociais periféricos ou marginalizados pelos mais diversos motivos, seria muito mais a construção de instituições distintas capazes de superar conceitos como marginal e periférico por via da incorporação do diferente e do que foge aos padrões tradicionalmente construídos. Nesse sentido, também deve ser valorizada uma reinterpretação racional da natureza. Perceber que a relação entre trabalho e meio ambiente deve ser de convívio harmônico sob pena de consequências a médio prazo (ACOSTA, 2016).

Sendo assim, uma desmercantilização dos recursos naturais é algo que se faz premente. O sistema de trabalho e produção, mantido pelas cooperadas do Grupo Nossa Polpa, caminhou em direção a esse ideário, a começar pela postura adotada no que se refere ao uso de matérias-primas, considerando que as frutas são extraídas de pomares das associadas ou são adquiridos da produção de agricultores locais da comunidade, ou seja uma fruticultura que prescinde do uso de agrotóxicos e outras formas de agressão ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atender ao chamado da utopia pode parecer, a princípio, um gesto de idealização excessivamente romântica que não conduz a nada além de uma fuga do real. Quanto analisado de modo mais detido, o atendimento ao chamado de uma utopia mostra-se como um estímulo necessário ao prosseguir lutando e vivendo. Não basta apenas ao homem o simples existir no mundo. Parece pouco crível que algum indivíduo encontre contentamento com o mero e simples estar existindo. Todos necessitam de algo mais, de poderosos estímulos que nos arremessem para a frente em demanda de tempos melhores ou de experiências que apontem para novas realidades. É da perseguição constante e interminável de novos mundos ou de realidades alternativas que se nutre o pensar utópico no seu sentido mais amplo.

Na atual conjuntura global de precariedade das formas de trabalho decorrente do crescimento de ideários políticos anti-humanistas, mostra-se cada vez mais necessária a constante formulação de novas maneiras de pensar a organização do mundo laboral. As propostas em vigor defendem com mais intensidade a penalização do trabalhador, sob duros regimes de trabalho, em nome do lucro incessante e infinito. O crescimento do capital sem fronteiras traz consigo um efeito paradoxal: o agigantamento dos números que refletem taxas de desemprego e exclusão. A grande crise capitalista moderna afeta primordialmente os mais vulneráveis economicamente e os empurra para condições de vida material cada vez mais precárias e destituídas de padrões mínimos de dignidade humana.

A presente pesquisa que ora se encerra buscou examinar uma experiência de iniciativa de cooperativa de trabalhadoras rurais da comunidade da Barra, município de Ichu, a qual tem proposta de organização laboral centrada em princípios da solidariedade, contrapondo-se ao ideário da competitividade desenfreada de todos contra todos. Este foi o meio encontrado pelos membros da citada comunidade rural para manterem-se economicamente num contexto acirramento da exclusão. Com base neste contexto, a proposta de pesquisa foi verificar, sob os pressupostos da chave analítica do Bem Viver (ACOSTA, 2016), até que ponto o cooperativismo contribui para a melhoria da qualidade de vida da população local, mas, em especial, das mulheres envolvidas com o processo econômico cooperativista ligado ao grupo Nossa Polpa – Centro de Produção de Polpa de Fruta, inserido no sistema econômico alternativo de economia solidária. Para responder esta questão, fomos conhecer o grupo a fim de caracterizá-lo e identificar as Fortalezas, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças na sua organização e na sua produção.

Diante do principal objetivo desta pesquisa, o grupo Nossa Polpa foi visto, desde as formulações iniciais deste estudo, característico de uma economia solidária. Isto foi confirmado quando da elaboração da linha do tempo na qual consta a história deste grupo: trata-se de um grupo de dez mulheres cooperadas atuando em um sistema de cooperativa autogestionada de produção de polpa de fruta; apresenta uma gestão democrática como um todo, isto inclui as questões administrativas, deliberativas e financeiras.

No que diz respeito aos fatores que unem, viabilizam e fortalecem o grupo, a construção da sede própria condiciona uma identidade mais solidificada. Junto a isto, foi percebido a cumplicidade entre as mulheres cooperadas. Verificamos que há instrumental para a produção de polpa de fruta (esta se constitui de matéria prima local e regional para o processamento), inclusive veículos próprios, que facilitam não apenas o transporte, mas, também, a comercialização do produto. Além desses pontos positivos, considerados como fortalezas, o Nossa polpa conta com parceiros como MOC; Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus; Arco Sertão Bahia; Arco Sertão Central; Unicafes Bahia; Cesol Portal do Sertão; Consulado da Mulher. Além disso, as Integrantes do grupo recebem formação continuada oferecida pelas entidades parceiras e tornam-se multiplicadoras capacitando outros EES em outros municípios/territórios.

Considerando as oportunidades verificadas, percebemos que o grupo tem acesso aos Programas e projetos voltados para Agricultura Familiar como PRONAGER, Projeto Prosperar, PPIGRE, PAA, PNAE, Projeto ATER Mulheres, Programa Mais Gestão, projeto governamentais de investimentos (CAR/BNDES, BNDES/CONAB, PROINF), acesso ao FRS pela Arco Sertão Bahia. Mantém também parceria com o Consulado da Mulher e comercializa via Arco Sertão Central.

Muitas questões foram apresentadas como ameaças para o desenvolvimento do grupo e, conseqüentemente, para a sua permanência e visibilidade, tanto na comunidade em que ele está inserido quanto na sociedade de forma mais ampla. A falta do marketing e a falta de ampliação na participação de espaços de incidência política, a nível territorial, apresentam-se como entraves que impossibilitam que a dinâmica do grupo seja conhecida. Ressente-se, portanto, de uma estrutura de marketing que possa contribuir para a realização do referido projeto. Sendo assim, com o objetivo de proporcionar a visibilidade do grupo Nossa Polpa, como produtos finais deste estudo, têm-se a escrita deste relatório e a produção de um vídeo de curta duração (Apêndice A), resultante da história fundacional do grupo e de relatos de experiências das cooperadas. Intenta-se, com isso, a difusão do grupo, por mim e pelas mulheres cooperadas, em espaços de feiras e eventos associados ao cooperativismo, dentre outras possibilidades.

Acreditamos que colocando esta proposta em prática, além de o Nossa Polpa passar a ser mais conhecido, terá a possibilidade de atrair recursos e ganhar mais credibilidade. Esta ação também se caracteriza em compartilhamento de uma experiência que pode ter valor para outras entidades populares que tencionam realizar iniciativas similares em suas comunidades.

Contribuindo para o alcance do objetivo geral, identificamos as mudanças advindas da dinâmica do grupo Nossa Polpa e a sua representatividade na vida das mulheres cooperadas/participes deste estudo. Atestamos que houve perceptível melhoria das condições gerais de existência material das trabalhadoras rurais associadas à cooperativa. Esses ganhos mostram-se como importantes para o desenvolvimento de outras possibilidades de existência. A lucratividade, embora não tenha sido muito significativa – em termos quantitativos –, foi suficiente para desencadear processos outros de natureza complementar. Atuando em conjunto, as trabalhadoras rurais desenvolveram um senso de que a solidariedade é vital para novos modos de organização econômica. Também perceberam a necessidade de engajamento para garantir retorno válido de suas pautas de reivindicações, sejam elas coletivas ou individuais.

Para as análises do nosso terceiro objetivo – identificar e avaliar os desafios a serem enfrentados pelo grupo Nossa Polpa – os resultados demonstraram que há ainda alguns pontos que comprometem – mas não inviabilizam – a iniciativa solidária. Por se tratar de uma organização autogestionária dotada de poucos recursos, a cooperativa necessita de apoio de políticas públicas de incentivo a pequenos produtores rurais. Há espaço para crescimento e ampliação das possibilidades de atuação das cooperadas, com conseqüente melhoria de padrões de vida, mas depende de apoio governamental para que isso possa, de fato, acontecer.

Contudo, para além da necessidade de apoio e incentivos de setores governamentais, evidenciou-se que as iniciativas cooperativadas podem funcionar como elemento de construção do Bem Viver. Utopias, no sentido de construções alternativas de realidade, ainda são possíveis e podem e devem incentivar ações. A solidariedade e as iniciativas sob forma de cooperativas de trabalhadores rurais não contribuirão para modificações profundas na natureza do tecido social ou econômico, isso é óbvio. E não é disso que se fala aqui. O que se propõe é a possibilidade de disseminação de um modelo de organização das atividades laborais que tem como o centro de suas concepções o agir coletivo, visando a obtenção de ganhos para todos os integrantes da associação. Esse modelo não é novo, como já apontado, ao contrário, ele antecede o paradigma de produção capitalista de competitividade brutal. As mais antigas formas de organização social foram cooperativas e colaborativas. Em sociedades tribais, atividades de caça e coleta ainda se fazem em termos de ação conjugada de esforços.

Dessa forma, a experiência das cooperadas do grupo Nossa Polpa, comunidade da Barra, retoma antigos modelos de gestão e organização do trabalho: a solidariedade substituindo a exploração do homem pelo homem em demanda da lucratividade. O princípio do ganho não deixa de existir, mas ele é direcionado e conduzido por uma estrutura teórica que estabelece uma divisão igualitária dos ganhos. É algo que se aproxima de uma valorização do esforço realizado pelo trabalhador – um sistema de compensação mais justo pelo trabalho realizado que o simples pagamento de um salário que não cobre o real esforço empregado no processo produtivo.

REFERÊNCIAS:

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ARAGÃO, Gilton Alves. O cooperativismo como base econômica para uma sociedade transformada. **Bahia análise & Dados**, Salvador, v. 23, n. 1, p.9-21, jan.-mar. 2013.

BAHIA, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA –SEPLAN, 2004. Disponível em: < <http://www.seplan.ba.gov.br/>>. Acesso em: dez.2018.

BANDEIRA, Muniz. **O Feudo: A casa da Torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Charles Fourier, os falanstérios e a crítica à civilização industrial. **RIPS**, Vol. 15, núm. 2, 2016, 223-238. Disponível em: < <file:///C:/Users/usuario/Downloads/2586-18507-1-PB.pdf>>. Acesso em Jun. 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador.** Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. Lei nº. 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, 2 de julho de 2003; 182º da Independência e 115º da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em Jun. 2018.

BRASIL. Lei nº. 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em jun., 2018.

BRASIL. Lei Federal de nº. 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 16 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: jan,2019.

CANÇADO, Airton Cardoso; VIEIRA, Naldeir dos Santos. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular: entendendo e discutindo as diferenças entre cooperativas tradicionais e populares. **Bahia análise & Dados**, Salvador, v. 23, n. 1, p.23-40, jan.-mar. 2013.

CHATELET, François. **História das Ideias Políticas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FLAMARION, CARDOSO CIRO. **Modo de Produção Asiático.** São Paulo: Campus, 1990.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Rio de Janeiro: Editora: Paz & Terra,1996.

GAIGER, Luiz Inácio G. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **A economia solidária no Brasil: Uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014, 160.p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUERIN, Isabelle. **As Mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HICKENBICK, Cláudia. **Economia Solidária e arranjos produtivos locais**. Florianópolis: IFSC, 2014.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HUANACUNI, Fernando. Vivir Bien/ Buen Vivir: Filosofia, Políticas, Estratégias y Experiencias Regionales. In: ARKONADA, Katu. (Coordenador) **Trasiciones Hacia El Vivir Bien**. La Paz: Ministério de Culturas, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –**IBGE- Cidades**. 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em jun.2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –**IBGE- Cidades**. 2013. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em jun., 2018.

JORNAL GRANDE BAHIA. **Polpas, doces e apoio do MDA reforçam renda de famílias em Ichu**. Maio, 2012. Disponível em:<<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2012/05/polpas-doces-e-apoio-do-mda-reforcam-renda-de-familias-em-ichu-na-bahia/>>. Acesso em jun., 2018.

KRAYCHETE.Gabriel. Estudos de viabilidade dos empreendimentos associativos: Uma metodologia apropriada.In: **Economia solidária**. Bahia Secretaria do trabalho, emprego, renda e esporte. Salvador: SETRE, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. 305 p.

LAVILLE, Jean Louis. Economia Solidária: um movimento internacional. São Paulo: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Número 84, mar. 2009. Páginas 7- 47.

_____. **Mudança Social e Teoria da Economia Solidária. Uma Perspectiva Maussiana**. Porto Alegre: Sociologias, Ano 16, Número 36, Mai-Ago 2014. P. 60-73.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.) **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LIMA, José Raimundo Oliveira. A economia popular e solidária como possibilidade de política pública capaz de contribuir para o desenvolvimento local sustentável. **PPGEduC**, 2011. Disponível Em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/A%20ECONOMIA%20POPULAR%20E%20SOLID%20C3%81RIA%20COMO%20POSSIBILIDADE%20DE%20POL%20C3%8DTICA%20P%20C3%9ABLI CA%20CAPAZ%20DE%20CONTRIBUIR%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20LOCAL%20SUSTENT%20C3%81VEL..pdf>>. Acesso em: jul.2019.

_____. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Otra Economía**, vol. 10, n. 18, enero-junio 2016, p. 3-17. Disponível em :<<http://revistas.unisinis.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.01/5337>>. Acesso em jul., 2018.

MANCE, André. **A Revolução das Redes**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELLO, Clayton. STREIT, Jorge. ROVAI, Renato. (Org) **Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

MORUS, Thomas. **A Utopia**. Brasília: UNB, 1992.

MOURÃO, Leila. Cooperativismo: utopias, realidades e avatares **Bahia análise & Dados**, Salvador, v. 23, n. 1, p.41-55, jan.-mar. 2013.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo. Ed.Martins Martins Fontes, 2002.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério, F. da. **Nova história em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

ROESE, M. **A metodologia do estudo de caso**. Cadernos de sociologia, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, v. 9, p. 189-200, 1999.

ROSA, João Guimarães. **A hora e a vez de Augusto Matraga**. Rio de Janeiro. Ed Nova Fronteira, 1986.

SCHRAMM, W. **Notes on case studies of instructional mediaprojects**. Working paper, the Academy for Educational Development, Washington, DC., 1971.

SEGATO, Norian. **Conexão Solidária: Diagnóstico de Empreendimentos Solidários**. São Paulo: Limiar, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Uma outra economia é possível**. São Paulo: Contexto, 2003a.

_____. **Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003b.

_____. Economia Solidária Como Ato Pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

_____. O Desafio é Criar Cadeias Solidárias. In MELLO, Clayton, STREIT, Jorge. ROVAI, Jorge. (org) **Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

SOUZA, André Ricardo de. Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SINGER, Paul. **Uma outra economia é possível**. São Paulo: Contexto, 2003, p.27- 45.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP, 2011.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP**. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010, 62 p: il.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da “ economia solidária. ”** 1ª ed. – São Paulo: Outras expressões, 2012.440p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e método**. Tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. – 4ª Ed. – Porto alegre: Bookman, 2005.

_____. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Fontes:

Ata da Assembleia geral de Constituição da Cooperativa de Produção e Comercialização, e Serviço pe.Leopoldo Garcia Garcia – COOPERAGIL, datada 01/12/2007.

Estatuto Social da Cooperativa de Produção e Comercialização e Serviço Pe.Leopoldo Garcia Garcia – COOPERAGIL datado em 01/12/2007.

Ata de assembleia geral extraordinária de eleição e posse do conselho administrativo e conselho fiscal da Cooperativa de Produção e Comercialização e Serviço Pe.Leopoldo Garcia Garcia – COOPERAGIL, datada 25/05/2017.

Lista dos (as) associados (as) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, emitida em 27/03/2018 com validade até 27/03/2020.

Sites:

<https://www.moc.org.br/>

http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tc/tr_043_do_sisal_ba_mar_2009.jpg

[file:///C:/Users/usuario/Downloads/Pergil%20de%20Ichu%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/Pergil%20de%20Ichu%20(2).pdf)

[file:///C:/Users/usuario/Downloads/Pergil%20de%20Ichu%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/Pergil%20de%20Ichu%20(2).pdf)

<https://www.google.com/search?q=comunidade+da+Barra+ichu+bahia&rlz>.

<http://fotosdoichunoticias.blogspot.com/2013/01/chuvas-em-ichu-na-noite-de-18-19-de.html>.

<http://www.unicafesba.org.br/a-unicafes-bahia.php>

<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2012/05/polpas-doces-e-apoio-do-mda-reforcam-renda-de-familias-em-ichu-na-bahia/>

<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html>

<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/02/a-tragedia-da-barragem-de-brumadinho-em-fotos.ghtml>

<https://www.moc.org.br/publicacao/geral/2657/protesto-contr-a-falta-de-merenda-escolar-no-municipio-de-ichu->

<https://www.greenpeace.org/brasil/>

<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2019/07/governo-libera-51-agrotoxicos-44-genericos-e-sete-com-novas-moleculas.html>

APÊNDICES

APÊNDICE A – CD- Depoimentos das mulheres cooperdas do grupo Nossa Polpa
comunidade da Barra- Ichu-Ba.

ANEXOS


ANEXO A – Ata da assembleia geral de constituição da Cooperativa de Produção e Comercialização, e Serviço Pe. Leopoldo Garcia Garcia – COOPERAGIL, datada 01/12/2007

Bha *Garcia*

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO, E SERVIÇO Pe. LEOPOLDO GARCIA GARCIA – COOPERAGIL. No primeiro dia do mês de Dezembro de dois mil e sete (01/12/2007) às 14:00 h (quatorze horas) na sede da Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus, no povoado de Nova Esperança, Município de Ichu, no Estado da Bahia, CEP- 48725-000. Reuniram os seguintes produtores com o propósito de constituírem uma Sociedade cooperativa, nos termos da legislação vigente as seguintes pessoas: 01- Maria Dalva de Oliveira Carneiro, brasileira, viúva, maior, nascida em 29/09/1943, tem 64 anos, natural de Ichu-BA, professora aposentada, portadora do RG - 00559663-73, CPF 039230705-78, residente na Rua Otaviano Cedraz de Oliveira nº. 206, Ichu-BA, CEP-48725-000. 02- Ana Gelice Ferreira da Silva, brasileira, solteira, maior, nascida em 01/03/1988, tem 19 anos, natural de Ichu-BA. Agricultora Familiar, portadora do RG 13590336-02, CPF 033685115-48, residente no povoado de Nova Esperança, S/N, Ichu-BA, CEP-48725-000. 03 - Izabel da Silva, brasileira, maior, solteira, nascida em 27/01/1986, tem 21 anos, natural de Ichu-BA. Agricultora Familiar, portadora do RG 13590311-46, CPF 033.233.855-00, residente no povoado de Nova Esperança, S/N, Ichu-BA, CEP-48725-000. 04 - Zenaide Alves de Jesus, brasileira, maior, solteira, nascida em 31/01/1985, tem 22 anos, natural de Ichu-BA. Agricultora Familiar, portadora do RG 08205000-70, CPF 030708825-10, residente no povoado de Nova Esperança, S/N, Ichu-BA. CEP-48725-000. 05 - Sandra Rita Ribeiro, brasileira, maior, solteira, nascida em 25/08/1985, tem 22 anos, natural de Serrinha-BA. Agricultora Familiar, portadora do RG 14187602-69, CPF 033233845-20, residente no povoado de Nova Esperança, S/N, Ichu-BA. CEP-48725-000. 06 - Ana Maria Anunciação da Silva, brasileira, maior, casada, nascida em 03/10/1982, tem 25 anos, natural de Serrinha-BA. Agricultora Familiar, portadora do RG 09674770-69, CPF-013928475-32, residente no povoado de Licuri, S/N, Ichu-BA. CEP-48725-000. 07 - Maria Lucicleide de Santana, brasileira, maior, solteira, nascida em 19/01/1981, tem 26 anos, natural de Serrinha-BA, Agricultora Familiar, portadora do RG 13004390-76, CPF 010686195-62, residente no povoado de Nova Esperança, S/N, Ichu-BA, CEP-48725-000. 08 - Iranett Santiago da Silva Carneiro, brasileira, maior, casada, nascida em 07/04/1973, tem 34 anos, natural de Riachão do Jacuipe/BA, Funcionária Pública Municipal, portadora do RG 05840742-12, CPF- 620.325.425-87, residente na Rua Albertino Ferreira da Silva, S/N, Ichu-BA, CEP-48725-000. 09 - Ednéia Santos da Silva, brasileira, maior, solteira, nascida em 26/06/1982, tem 25 anos, natural de Conceição do Coité-BA, Agricultora Familiar, portadora do RG 09892925-92, CPF 019184245-19, residente no povoado de Nova Esperança, S/N, Ichu-BA, CEP-48725-000. 10 - Janne Magally Silva Portugal, brasileira, maior, casada, nascida em 01/05/1979, tem 28 anos, natural de Conceição do Coité-BA, Agricultora Familiar, portadora do RG 08109063-33, CPF 806951405-15, residente na Rua Eliene Darque, nº. 261, Ichu-BA, CEP-48725-000. 11 - Maria Regenilda Reis Silva, brasileira, maior, casada, nascida em 12/03/1969, tem 38 anos natural de Ichu-BA, Agricultora Familiar, portadora do RG 04457275-19, CPF-

Sabino Gonçalves de Lima N.
Advogado
OAB/BA nº. 19.237

ANEXO B – Estatuto Social da Cooperativa de Produção e Comercialização e Serviço Pe. Leopoldo Garcia Garcia – COOPERAGIL datado em 01/12/2007.



Cooperativa de Produção, Comercialização
e Serviços Pe. Leopoldo Garcia Garcia
CNPJ 10.247.154/0001-36
NIRE 2940003569-8
Povoado de Nova Esperança
CEP. 48725-000 - Ichu-BA
cooperagil@hotmail.com
(75) 3684-2131

ESTATUTO SOCIAL

**ESTATUTO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS PE. LEOPOLDO GARCIA
GARCIA - COOPERAGIL**

CAPÍTULO I

**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE
AÇÃO, OBJETO DA SOCIEDADE, EXERCÍCIO SOCIAL E
LEVANTAMENTO DO BALANÇO GERAL.**

Art. 1º - A Cooperativa de Produção Comercialização e Serviços Pe. Leopoldo Garcia Garcia - COOPERAGIL, constituída no dia 01 de dezembro de 2007 (01/12/2007), rege-se pela valores e princípios do Cooperativismo, pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão e por este estatuto, tendo:

- a) Sede administrativa, no Povoado de Nova Esperança, Ichu/BA, CEP: 48.725-000; Foro Jurídico na Comarca de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia;
- b) Área de ação, para fins de admissão de Cooperados, abrange todos os municípios do Estado da Bahia;
- c) Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de cada ano.


CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A Cooperativa de Produção, Comercialização e Serviços Pe. Leopoldo Garcia Garcia - COOPERAGIL, visa:


- a) Articular e Fortalecer os cooperados e os grupos produtivos que eles integram no desenvolvimento do trabalho sustentável e solidário;
- b) Organizar os grupos produtivos de mulheres, jovens e deficientes;

~ 1 ~



Certifico o Registro sob o nº 97734027 em 07/02/2018
Protocolo 180632453 de 29/01/2018
Nome da empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇO PE. LEOPOLDO GARCIA GARCIA -CO
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 135123524502022
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/02/2018
por M&R, Dirlete Damasceno - Secretário Geral

ANEXO C – Ata de assembleia geral extraordinária de eleição e posse do conselho administrativo e conselho fiscal da Cooperativa de Produção e Comercialização e Serviço Pe. Leopoldo Garcia Garcia – COOPERAGIL, datada 25/05/2017




COOPERAGIL
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS PE. LEOPOLDO GARCIA GARCIA

CNPJ 10.247.154/0001-36
NIRE 2940003569-8
Povoado de Nova Esperança
CEP 48725-000 – Ichu – BA
cooperagil@hotmail.com
(75)3684-2131

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Eleição e Posse do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal da Cooperativa de Produção, Comercialização e Serviços Pe. Leopoldo Garcia Garcia – COOPERAGIL, inscrita no CNPJ nº. 10.247.154/0001-36 e NIRE nº. 2940003569-8.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio deste ano de dois mil e dezessete (25.05.2017) a partir das 13:00h (treze horas) na sede da Cooperativa de Produção, Comercialização e Serviços Pe. Leopoldo Garcia Garcia – COOPERAGIL, situada no Povoado de Nova Esperança, Zona Rural do Município de Ichu, Estado da Bahia, CEP: 48.725-000. Reuniram para a Assembleia Geral Extraordinária de Eleição e Posse do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, em primeira convocação. A Assembleia foi aberta pela Senhora Celidalva Soares de Oliveira Presidente, que inicialmente deu boas vindas a todos e todas e solicitou que se verificasse o numero de cooperados presentes, com a finalidade segundo o Edital de Convocação publicado no Jornal Folha do Estado da Bahia no dia onze de maio de dois mil e dezessete (11.05.2017), com a seguinte Ordem do Dia: Eleição da Diretoria para o triênio 2017 a 2020, e o que ocorrer. E convidou aos presentes para refletir sobre o papel da cooperativa na vida de cada cooperado destacando a importância do acesso as políticas publicas de fortalecimento ao agricultor e a agricultora familiar e espera que essa nova gestão possa dar continuidade as ações da cooperativa na geração de renda e no empoderamento dos nossos cooperados, e que cada um assuma com garra e determinação seu compromisso como cooperados. Conforme Edital a Assembleia Geral Extraordinária foi direcionada para a Eleição do triênio 2017-2020, para Eleição e Posse do Conselho Administrativo, conforme Art. 40º do Estatuto Social. E Conselho Fiscal pelo período de 2017 a 2018. A partir desse momento assumiu a direção dos trabalhos o Comitê Especial para a Eleição, com a seguinte composição da Mesa Diretora: Senhora Maria Cristina Lima da Silva – Presidente; Maria Dalva de Oliveira Carneiro – Secretária, conforme o Art. 37º do Estatuto da COOPERAGIL. Sob a presidência da Srtª Maria Cristina Lima da Silva foi iniciada o processo de Eleição em primeira convocação. A pedido da senhora presidente do Comitê Especial, a Senhora Maria Clécia Lima Cruz, membro do comitê especial para mesa diretora, apresentou a única Chapa inscrita para concorrer ao pleito. Com a seguinte composição. **Presidente – Gecia de Jesus Sampaio Silva; Diretora Vice- Presidente – Livânia Maria dos Santos Dias; Diretora de Finanças – Tatiana Lima da Silva Ferreira; Diretora Secretária Geral - Maria Regenilda Reis Silva; Diretor de Comunicação Formação e Fomento a Economia Solidaria e Agricultura Familiar - Júnior Oliveira da Silva Araújo; Diretora de Comercialização – Elenilza Cruz de Jesus; Diretora de Fomento da Economia Solidaria e**

Dannem Maria Silva Cruz



JUCEB

Certifico o Registro sob o nº 97672795 em 20/06/2017
Protocolo 170233790 de 31/03/2017
Nome da empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇO PE. LEOPOLDO GARCIA GARCIA -COOPERAGIL
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 106280109431018
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/06/2017
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

ANEXO D – Lista dos (as) associados (as) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, emitida em 27/03/2018 com validade até 27/03/2020



Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Agricultura Familiar
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Lista de Associados com DAP

Chave do extrato: 33668720

Emitido em: 27/03/2018 às 12:38:40

DAP: SDW1024715400012703181237 Versão DAP: 3.2 Emissão: 27/03/2018 Validade(*): 27/03/2020
CNPJ: 10247154000136 Razão Social: Cooperativa de Prod. Com. e Serv. Pe. Leopoldo Garcia Garcia.

Categoria: Demais agricultores familiares

CPF	Nome	Numero DAP	Validade	Enquadramento
68657315572	ALIENE DE JESUS ARAUJO	SDW0686573155722902161113	28/02/2019	B
03368511548	ANA GELICE FERREIRA DA SILVA	SDW0033685115481904170838	19/04/2019	B
71777105587	ANA JELICI DA SILVA	SDW0024615215061901160951	19/01/2019	B
29654446572	CARMELITO DA SILVA OLIVEIRA	SDW0296644465722401181056	24/01/2020	B
02412677573	CRISTIANE DE JESUS SILVA	SDW0024126775731905171052	19/05/2019	B
67676499534	DALVA SANTANA DA SILVA	SDW0676764995341801131221	18/01/2019	B
03603913540	EDINQAN DOS SANTOS SILVA	SDW0036039135400702180836	07/02/2020	B
54052408500	EDMILSON SILVA DA INVENÇÃO	SDW0540524085001003171043	10/03/2020	B
95515690591	EDNALVA RAMOS DA SILVA	SDW0955156905912602161022	26/02/2019	B
39983269520	ELENILZA CRUZ DE JESUS	SDW0399832695201901160126	19/01/2019	B
16174658520	EPITACIO DA SILVA OLIVEIRA	SDW0161746585202702181045	27/02/2020	B
01585631529	FABIANE DE ALMEIDA DOS SANTOS	SDW0015856315292602160112	26/02/2019	B
02080325507	FLORENCE BISPO DA SILVA LIMA	SDW0020803255070511151018	05/11/2018	B
01969911530	GECIA DE JESUS SAMPAIO SILVA	SDW0019699115301801171036	18/01/2020	B
64066800572	JOANITA DA SILVA ARAUJO	SDW0640668005722902100365	28/02/2019	B
49721160563	JOSÉ CARLOS SILVA	SDW0497211605630906170311	09/08/2019	B
49722425587	JUDEMICE PEREIRA GOMES	SDW0497224255873001130212	30/01/2019	B
04216958584	JUSCÉLIA DA SILVA ARAUJO	SDW0042199585841905171033	19/05/2019	B
68657587572	LENICE SILVA DE OLIVEIRA	SDW0686575875721901160621	19/01/2019	B
49556017568	LIVANIA MARIA DOS SANTOS DIAS	SDW0495560175680511151254	05/11/2018	B
04232274596	LUCIANA MOTA DE JESUS	SDW0042322745963005121222	30/05/2018	B
66582717553	MARIA ALVES DE JESUS	SDW0665827175531901161242	19/01/2019	B
00161638503	MARIA APARECIDA PEREIRA SILVA	SDW0870906865151901160631	19/01/2019	B
67676430500	MARIA AUREA DA SILVA	SDW0676764305002601171056	26/01/2020	B
03001437537	MARIA AUTA DOS SANTOS SILVA	SDW0030014375372601171033	26/01/2020	B
64066835520	MARIA CARMELITA DA SILVA ARAUJO	SDW0640668355201306120954	13/06/2018	B
00805020594	MARIA CLÉCIA LIMA CRUZ	SDW008050205942010150236	20/10/2018	B
02276596510	MARIA CRISTINA LIMA DA SILVA	SDW0022765965101901160535	19/01/2019	B
41099540534	MARIA DALVA SILVA DOS SANTOS	SDW0353965805000802161133	08/02/2019	B
02304599516	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA OLIVEIRA	SDW0023045995161901160645	19/01/2019	B
42277620572	MARIA HELENA LIMA DE JESUS	SDW0422776205722405170543	24/05/2019	B
00106505555	MARIA JUCIMAURA SILVA MOTA	SDW0022826145772601171156	26/01/2020	B
00030425530	MARIA JUCINEIDE DE OLIVEIRA	SDW000304255302703170429	27/03/2020	B
02392015586	MARIA LUZINETE MASCARENHAS OLIVEIRA ARAUJO	SDW0023920155892010151201	20/10/2018	B
41544719568	MARIA REGENILDA REIS SILVA	SDW0410994005201901160608	19/01/2019	B
60555144534	MARINALVA DE JESUS SILVA	SDW0805551445340701131230	07/01/2019	B
01761607529	MARINDA PEREIRA DA SILVA	SDW0017616075290206160205	02/06/2019	B
49722930559	MARIVALDA DE ARAUJO GOMES	SDW0224991645490802161137	08/02/2019	B
00031379532	MARLUCIA RAMOS DA SILVA	SDW0000313795322407170924	24/07/2019	B
22674160500	MIGUEL GABRIEL DE ARAUJO	SDW0502571965872905170944	29/05/2019	B
71778322549	NAILZA RIBEIRO FERREIRA REIS	SDW0717783225492902161030	28/02/2019	B
16231988520	PEDRO PAULO DOS SANTOS	SDW0162319885202902161027	28/02/2019	B
91705916520	RAIMUNDA FERREIRA DA SILVA	SDW0497208595722601171119	26/01/2020	B
07019132588	TATIANA LIMA DA SILVA FERREIRA	SDW0070191325880810150312	08/10/2018	B

Total Categoria: 44

Total sócios: 44

(*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.

ANEXO E – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



PLANTERR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
 Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
 Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004



Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial Mestrado Profissional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado **A COOPERAÇÃO COMO UM ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: UMA ANÁLISE SOBRE A INICIATIVA SOLIDÁRIA NOSSA POLPA NA COMUNIDADE DE BARRA-ICHU-BA**, desenvolvido por **Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo **Dr. José Raimundo Oliveira Lima**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (75) 99972-3260 ou e-mail: zeraimundo@uefs.br. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é, **verificar, sob os pressupostos da chave analítica do Bem viver (ACOSTA, 2006), até que ponto o cooperativismo contribui para a melhoria da qualidade de vida da população local, mas, em especial das mulheres envolvidas com o processo econômico cooperativista ligado ao grupo Nossa Polpa – Centro de Produção de Polpa de Fruta instalado na comunidade da Barra, pertencente ao município de Ichu-BA –, inserido no sistema econômico alternativo de economia solidária.**

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevistas semiestruturadas, observação, coleta e análise de dados referentes às informações necessárias sobre produção de polpas e frutas, evolução financeira, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador e/ou seu(s) orientador (es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo/pesquisa /programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Feira de Santana (BA), 12 de JULHO de 2019

Assinatura da participante: Tatiane Feire de Silva Faria

Assinatura do (a) pesquisador (a): Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro

Assinatura do (a) testemunha (a): Joseleide do Carmo de Oliveira Carneiro



PLANTERR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
 Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
 Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004



Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial Mestrado Profissional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado **A COOPERAÇÃO COMO UM ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: UMA ANÁLISE SOBRE A INICIATIVA SOLIDÁRIA NOSSA POLPA NA COMUNIDADE DE BARRA-ICHU-BA**, desenvolvido por **Osvaldo Junior de Oliveira Carneiro**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo **Dr. José Raimundo Oliveira Lima**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (75) 99972-3260 ou e-mail: zeraimundo@uefs.br. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é, **verificar, sob os pressupostos da chave analítica do Bem viver (ACOSTA, 2006), até que ponto o cooperativismo contribui para a melhoria da qualidade de vida da população local, mas, em especial das mulheres envolvidas com o processo econômico cooperativista ligado ao grupo Nossa Polpa – Centro de Produção de Polpa de Fruta instalado na comunidade da Barra, pertencente ao município de Ichu-BA –, inserido no sistema econômico alternativo de economia solidária.**

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevistas semiestruturadas, observação, coleta e análise de dados referentes às informações necessárias sobre produção de polpas e frutas, evolução financeira, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador e/ou seu(s) orientador (es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo/pesquisa /programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Feira de Santana (BA), 12 de Julho de 2019

Assinatura da participante: Geia de Jesus Sampaio Silva

Assinatura do (a) pesquisador (a): Osvaldo Junior de Oliveira Carneiro

Assinatura do (a) testemunha (a): Cybele de Castro O. Carneiro



PLANTERR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004



Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial Mestrado Profissional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado :**A COOPERAÇÃO COMO UM ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: UMA ANÁLISE SOBRE A INICIATIVA SOLIDÁRIA NOSSA POLPA NA COMUNIDADE DE BARRA-ICHU-BA**, desenvolvido por **Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo **Dr. José Raimundo Oliveira Lima**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº **(75) 99972-3260** ou e-mail: zeraimundo@uefs.br. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é , **verificar, sob os pressupostos da chave analítica do Bem viver (ACOSTA, 2006), até que ponto o cooperativismo contribui para a melhoria da qualidade de vida da população local, mas, em especial das mulheres envolvidas com o processo econômico cooperativista ligado ao grupo Nossa Polpa – Centro de Produção de Polpa de Fruta instalado na comunidade da Barra, pertencente ao município de Ichu-BA –, inserido no sistema econômico alternativo de economia solidária.**

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevistas semiestruturadas, observação, coleta e análise de dados referentes às informações necessárias sobre produção de polpas e frutas, evolução financeira, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador e/ou seu(s) orientador (es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo/pesquisa /programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Feira de Santana (BA), 12 de Julho de 2019

Assinatura da participante: Elenilza Cruz de Jesus

Assinatura do (a) pesquisador (a): Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro

Assinatura do (a) testemunha (a): Osvaldo Junior de Oliveira Carneiro



PLANTERR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
 Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
 Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004



Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial Mestrado Profissional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado :**A COOPERAÇÃO COMO UM ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: UMA ANÁLISE SOBRE A INICIATIVA SOLIDÁRIA NOSSA POLPA NA COMUNIDADE DE BARRA-ICHU-BA**, desenvolvido por **Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo **Dr. José Raimundo Oliveira Lima**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº **(75) 99972-3260** ou e-mail: zeraimundo@uefs.br. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é , **verificar, sob os pressupostos da chave analítica do Bem viver (ACOSTA, 2006), até que ponto o cooperativismo contribui para a melhoria da qualidade de vida da população local, mas, em especial das mulheres envolvidas com o processo econômico cooperativista ligado ao grupo Nossa Polpa – Centro de Produção de Polpa de Fruta instalado na comunidade da Barra, pertencente ao município de Ichu-BA –, inserido no sistema econômico alternativo de economia solidária.**

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevistas semiestruturadas, observação, coleta e análise de dados referentes às informações necessárias sobre produção de polpas e frutas, evolução financeira, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador e/ou seu(s) orientador (es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo/pesquisa /programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Feira de Santana (BA), 12 de JULHO de 2019

Assinatura da participante: Maria Cristina Lima da Silva

Assinatura do (a) pesquisador (a): Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro

Assinatura do (a) testemunha (a): Joseide do Carmo O. Carneiro



PLANTERR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004



Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial Mestrado Profissional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado :**A COOPERAÇÃO COMO UM ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: UMA ANÁLISE SOBRE A INICIATIVA SOLIDÁRIA NOSSA POLPA NA COMUNIDADE DE BARRA-ICHU-BA**, desenvolvido por **Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo **Dr. José Raimundo Oliveira Lima**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº **(75) 99972-3260** ou e-mail: zeraimundo@uefs.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é , **verificar, sob os pressupostos da chave analítica do Bem viver (ACOSTA, 2006), até que ponto o cooperativismo contribui para a melhoria da qualidade de vida da população local, mas, em especial das mulheres envolvidas com o processo econômico cooperativista ligado ao grupo Nossa Polpa – Centro de Produção de Polpa de Fruta instalado na comunidade da Barra, pertencente ao município de Ichu-BA –, inserido no sistema econômico alternativo de economia solidária.**

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevistas semiestruturadas, observação, coleta e análise de dados referentes às informações necessárias sobre produção de polpas e frutas, evolução financeira, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador e/ou seu(s) orientador (es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo/pesquisa /programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Feira de Santana (BA), 12 de JULHO de 2019

Assinatura da participante: Cristiane de Jesus Silva

Assinatura do (a) pesquisador (a): Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro

Assinatura do (a) testemunha (a): Gisleide do Carmo O. Carneiro



PLANTERR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
 Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
 Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004



Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
 Mestrado Profissional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado :**A COOPERAÇÃO COMO UM ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: UMA ANÁLISE SOBRE A INICIATIVA SOLIDÁRIA NOSSA POLPA NA COMUNIDADE DE BARRA-ICHU-BA**, desenvolvido por **Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo **Dr. José Raimundo Oliveira Lima**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº **(75) 99972-3260** ou e-mail: zeraimundo@uefs.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é , **verificar, sob os pressupostos da chave analítica do Bem viver (ACOSTA, 2006), até que ponto o cooperativismo contribui para a melhoria da qualidade de vida da população local, mas, em especial das mulheres envolvidas com o processo econômico cooperativista ligado ao grupo Nossa Polpa – Centro de Produção de Polpa de Fruta instalado na comunidade da Barra, pertencente ao município de Ichu-BA –, inserido no sistema econômico alternativo de economia solidária.**

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevistas semiestruturadas, observação, coleta e análise de dados referentes às informações necessárias sobre produção de polpas e frutas, evolução financeira, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador e/ou seu(s) orientador (es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo/pesquisa /programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Feira de Santana (BA), 12 de Julho de 2019

Assinatura da participante: Ediranezi de Almeida

Assinatura do (a) pesquisador (a): Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro

Assinatura do (a) testemunha (a): Osleide do Carmo S. Carneiro



PLANERR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
 Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
 Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004



Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial Mestrado Profissional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado **A COOPERAÇÃO COMO UM ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: UMA ANÁLISE SOBRE A INICIATIVA SOLIDÁRIA NOSSA POLPA NA COMUNIDADE DE BARRA-ICHU-BA**, desenvolvido por **Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo **Dr. José Raimundo Oliveira Lima**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº **(75) 99972-3260** ou e-mail: zeraimundo@uefs.br. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é, **verificar, sob os pressupostos da chave analítica do Bem viver (ACOSTA, 2006), até que ponto o cooperativismo contribui para a melhoria da qualidade de vida da população local, mas, em especial das mulheres envolvidas com o processo econômico cooperativista ligado ao grupo Nossa Polpa – Centro de Produção de Polpa de Fruta instalado na comunidade da Barra, pertencente ao município de Ichu-BA –, inserido no sistema econômico alternativo de economia solidária.**

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevistas semiestruturadas, observação, coleta e análise de dados referentes às informações necessárias sobre produção de polpas e frutas, evolução financeira, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador e/ou seu(s) orientador (es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo/pesquisa /programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Feira de Santana (BA), 12 de JULHO de 2019

Assinatura da participante: Juliane de Almeida dos Santos

Assinatura do (a) pesquisador (a): Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro

Assinatura do (a) testemunha (a): Osvaldo de Carmo O. Carneiro



PLANTERR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004



Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial Mestrado Profissional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado :**A COOPERAÇÃO COMO UM ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: UMA ANÁLISE SOBRE A INICIATIVA SOLIDÁRIA NOSSA POLPA NA COMUNIDADE DE BARRA-ICHU-BA**, desenvolvido por **Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo **Dr. José Raimundo Oliveira Lima**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº **(75) 99972-3260** ou e-mail: zeraimundo@uefs.br. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é , **verificar, sob os pressupostos da chave analítica do Bem viver (ACOSTA, 2006), até que ponto o cooperativismo contribui para a melhoria da qualidade de vida da população local, mas, em especial das mulheres envolvidas com o processo econômico cooperativista ligado ao grupo Nossa Polpa – Centro de Produção de Polpa de Fruta instalado na comunidade da Barra, pertencente ao município de Ichu-BA –, inserido no sistema econômico alternativo de economia solidária.**

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevistas semiestruturadas, observação, coleta e análise de dados referentes às informações necessárias sobre produção de polpas e frutas, evolução financeira, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador e/ou seu(s) orientador (es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo/pesquisa /programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Feira de Santana (BA), 12 de JULHO de 2019

Assinatura da participante: Aliene de Jesus Araújo

Assinatura do (a) pesquisador (a): Oswaldo Junior de Oliveira Carneiro

Assinatura do (a) testemunha (a): Osvaldo Junior de Oliveira Carneiro